



Faculdade de
Educação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

FABRÍCIO SOUZA DIAS

**OS SUJEITOS DO CAMPO AMAPAENSE E A CONSTRUÇÃO DOS
PROJETOS DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA
AGRÁRIA**

Belo Horizonte, MG
2014

FABRÍCIO SOUZA DIAS

**OS SUJEITOS DO CAMPO AMAPAENSE E A CONSTRUÇÃO DOS
PROJETOS DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA
AGRÁRIA**

Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Educação do
Campo da Faculdade de Educação,
Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Dra. Maria Isabel
Antunes Rocha

Coorientador: Me. Fernando Conde
Veiga

Belo Horizonte, MG
Faculdade de Educação - UFMG
2014

FABRÍCIO SOUZA DIAS

**OS SUJEITOS DO CAMPO AMAPAENSE E A CONSTRUÇÃO DOS
PROJETOS DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA
REFORMA AGRÁRIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação do Campo, da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito para obtenção do título de Especialista em Educação do Campo.

Orientadora: Dra. Maria Isabel
Antunes Rocha
Coorientador: Me. Fernando Conde
Veiga

Data da defesa: 30 de outubro de 2014

Membros componentes da Banca Examinadora:

Dra. Maria Isabel Antunes Rocha (Universidade Federal de Minas Gerais)
Presidente e Orientadora

Dr. Charles Moreira Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais)
Membro titular

Dr. Janisse Vieiro Garcia (Universidade Federal de Santa Maria)
Membro convidado

Local: Universidade Federal de Minas Gerais
Auditório Luiz Pompeu - Faculdade de Educação
UFMG – Câmpus Pampulha

À Núbia, Juliana, Poliana e Ícaro

AGRADECIMENTOS

Grato a Deus pela lucidez na tarefa de estar junto daqueles que mais precisam.

Aos assentados, agricultores, extrativistas, mulheres e homens das comunidades da Vila do Maracá, Água Branca do Cajari e assentamento Nazaré Mineiro pela acolhida durante o trabalho de campo, em especial aos amigos Euziane, Francisco e Vicente.

Às parceiras da Secretaria de Estado da Educação, Solange, Helena, Eunice, Indira e Marineide pelas informações prestadas.

Aos professores do Instituto Federal do Amapá, Vinícius e Alexsandra pela receptividade no Laranjal do Jari.

Aos professores Maria Isabel e Fernando Conde pela orientação e co-orientação e pelas grandes lições na FaE que em muito ajudaram no despertar do tema desta monografia.

Aos amigos da turma *Carlos Eduardo Mazzetto* pela intensa troca de ideias, experiências e emoções.

Aos amigos do PRONERA - INCRA com os quais compartilhei esta grande experiência: Camila, Divina, Evilásio, Giovana, Jandira, Joseiza, Juliany, Luzia, Nelson e Sônia.

Aos meus pais pelo apoio durante os momentos de solidão na escrita e minha esposa e meus filhos na paciência e incentivo durante o processo de pesquisa.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

*Quem nunca viu o amazonas
Nunca irá entender a vida de um povo
De alma e cor brasileiras
Suas conquistas ribeiras
Seu ritmo novo*

*Não contará nossa história
Por não saber e por não fazer jus
Não curtirá nossas festas tucujú
Quem avistar o amazonas nesse momento
E souber transbordar de tanto amor
Esse terá entendido o jeito de ser do povo daqui*

*Quem nunca viu o amazonas
Jamais irá compreender a crença de um povo
Sua ciência caseira
A reza das benzedeiras
O dom milagroso*

**Jeito Tucujú
Joãozinho Gomes e Val Milhomem**

RESUMO

Esta monografia objetiva compreender quais são as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos do campo amapaense na construção coletiva dos projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Para tanto, analisou a construção dos últimos projetos apresentados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): escolarização em anos iniciais do ensino fundamental; e curso de técnico em meio ambiente. A pesquisa foi realizada através da análise documental dos arquivos do programa no Estado do Amapá e de entrevistas não estruturadas de lideranças que demandaram um dos projetos. A pesquisa teve a sua motivação na busca de alternativas e estratégias para promover a implementação da Educação do Campo através do programa. Percebemos que as dificuldades identificadas estão relacionadas a diferentes reações das comunidades (desânimo, desconfiança e desinteresse) com relação a efetivação dos projetos e a atuação dos movimentos sociais e sindicais e lideranças na condução do processo de construção dos projetos.

Palavras-chave: Sujeitos do campo. Educação do Campo. Construção coletiva de projetos. PRONERA.

ABSTRACT

This monograph aims to understand what difficulties subject field in the state of Amapá in the face of collective construction projects of the National Education Program in Agrarian Reform (PRONERA). For both examined the construction of the last projects submitted to the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA): schooling in the early years of elementary school; and technical course on environment. The research was conducted through documentary analysis of the program files in the State of Amapá and unstructured interviews of community leaders who requested the projects. The research was motivated to seek alternatives and strategies to promote the implementation of Education Field through the program. We can say that the difficulties identified are related to the different reactions of the communities (discouragement, distrust and disinterest) regarding the effectiveness of projects and activities of social movements and unions and community leaders in driving the project construction process.

Keywords: Subject field. Education field. Collective construction projects. PRONERA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	A Amazônia antes dos europeus.....	21
Figura 2 –	População indígena nas terras indígenas.....	24
Figura 3 –	Terras indígenas do Amapá e norte do Pará.....	25
Figura 4 –	Quantidade de remanescentes de antigos quilombos por município, (2000).....	37
Figura 5 –	Localização dos seringais na Amazônia na primeira metade do século XX.....	42
Figura 6 –	Distribuição dos projetos de assentamentos do INCRA no Amapá.....	52
Figura 7 –	Gestão participativa, construção coletiva e articulação dos projetos do PRONERA.....	77
Figura 8 –	Esquema das bases demandatárias do projeto de escolarização em anos iniciais do ensino fundamental pela SEED.....	101
Figura 9 –	Fábrica e usina do Projeto Jari de Daniel Ludwig (1980).....	104
Figura 10 –	Localização da região sul do Estado do Amapá com os assentamentos e áreas protegidas.....	107
Figura 11 –	Beiradão.....	108
Figura 12 –	Localização das comunidades que serviram para quantificar as demandas do projeto de curso Técnico em Meio Ambiente..	110
Figura 13 –	Esquema das bases demandatárias do projeto de Técnico em Meio Ambiente pelo IFAP.....	119
Figura 14 –	Portaria que constituiu a primeira composição do Colegiado do PRONERA.....	137
Figura 15 –	Carta de aceite da AMPRANAZA no projeto de Técnico em Meio Ambiente.....	138
Figura 16 –	Carta de aceite da ATEX-CA e AMAC para o IFAP.....	139
Figura 17 –	Carta de aceite da ATEX-MA para o IFAP.....	140
Figura 18 –	Localização das escolas dos projetos de assentamento Vila Velha do Cassiporé, Carnot e Irineu e Felipe.....	141
Figura 19 –	Localização das escolas dos projetos de assentamentos Perimetral, Pedra Branca, Munguba e Nova Canaã.....	142

LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 –	Composição do Colegiado Executivo Estadual do PRONERA no período de 1999 / 2006 - 2010 / 2013, Amapá.....	81
Quadro 2 –	Projetos apresentados ao PRONERA, Amapá 2000 - 2013.....	88
Quadro 3 –	Escolas das comunidades da Vila do Nazaré Mineiro, Água Branca do Cajari e Vila do Maracá.....	110
Quadro 4 –	Síntese das dificuldades que os sujeitos do campo amapaense enfrentar para concretizar a sua participação na construção dos projetos do PRONERA no Estado do Amapá.....	121
Gráfico 1 –	Composição do Colegiado do PRONERA, Amapá 1999/2006 - 2010/2013.....	82
Gráfico 2 –	Distribuição dos demandantários que trabalharam em conjunto com a SEED, 2013.....	100

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Apresentação no INCRA do projeto de escolarização em anos iniciais às lideranças e presidentes de associação dos assentamentos do Amapá.....	94
Fotografia 2 – Conversa com a Diretora da E.E do Cruzeiro, projeto de assentamento Cruzeiro.....	97
Fotografia 3 – Reunião com educadores na comunidade do Porto Alegre, PA. Pedra Branca.....	97
Fotografia 4 – Visita aos moradores em conjunto com a associação local do PA. Nova Canaã.....	98
Fotografia 5 – Reunião com moradores e associação local na comunidade do Primeiro do Cassiporé, PA. Vila Velha do Cassiporé.....	98
Fotografia 6 – Francisco dos Santos Vieira, Presidente da ATEX-MA.....	111
Fotografia 7 – Cozinha comunitária da AMAC na RESEX do Rio Cajari.....	114
Fotografia 8 – Elziane Ribeiro da Silva, Presidente da AMAC, e a Feira Popular.....	115
Fotografia 9 – Vicente Frazão, Presidente da AMPRANAZA, e esposa.....	116
Fotografia 10 – Escola Municipal Maria de Nazaré Souza Mineiro.....	117
Fotografia 11 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Câmpus Laranjal do Jari.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projetos de reforma agrária no Amapá e número de famílias assentadas.....	53
Tabela 2 – Demanda educacional quantificada pela SEED no projeto de escolarização em anos iniciais de 2008.....	91
Tabela 3 – Áreas da reforma agrária visitadas pelo INCRA, segundo semestre 2012.....	93
Tabela 4 – Demandantes e demandas apresentadas através de formulário à SEED e INCRA.....	95
Tabela 5 – Demandantes e demandas levantadas durante as visitas <i>in loco</i> da SEED.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACGJ -	Associação dos Assentados do Governador Janary
AMAC -	Associação de Mulheres do Alto Cajari;
AMPRAZA -	Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Assentamento Maria de Nazaré Souza Mineiro.
ASTER-AP -	Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá
ATEX-CA -	Associação dos Trabalhadores da Reserva Extrativista do Cajari
ATEX-MA -	Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agroextrativista do Maracá;
CCB -	Conselho Comunitário do Bailique
CNS -	Conselho Nacional dos Seringueiros
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
CONLAGOS -	Colegiado dos Territórios dos Lagos
CONTAG -	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COMAJA -	Cooperativa Mista Agroextrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari
CUT -	Central Única dos Trabalhadores
EFA -	Escola Família Agrícola
EFAEXMA -	Escola Família Agroextrativista do Maracá
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETTAGRAP -	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Amapá
GTA -	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA -	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
ICMBIO -	Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade
IEA -	Instituto de Estudos Amazônicos
IFAP -	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAAP -	Movimentos dos Assentados do Amapá
MDA -	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD -	Ministério Extraordinário de Política Fundiária

MMA -	Ministério do Meio Ambiente
MST -	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG -	Organização Não Governamental
PAC -	Projeto de Assentamento Casulo
PADS -	Projeto de Assentamento Dirigido
PAE -	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF -	Projeto de Assentamento Florestal
PDS -	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PIN -	Programa de Integração Nacional
PMLJ -	Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari
PNRA -	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONERA -	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTDRS -	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RAEFAP -	Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá
RESEX -	Reserva Extrativista
SEED -	Secretaria de Estado da Educação
SDR -	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural
SEAMA -	Sociedade Educacional da Amazônia
SENAR -	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAI -	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINTRA -	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá
SIPRA -	Sistema de Informações da Reforma Agrária
SOCEAP -	Sociedade Central dos Agricultores do Amapá
SR-21 -	Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amapá
TCU -	Tribunal de Contas da União
TC -	Tempo Comunidade
TE -	Tempo Escola
UC -	Unidade de Conservação
UEAP -	Universidade Estadual do Amapá
UNDIME -	União dos Dirigentes Municipais na Educação
UNEFAP -	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas
UNIFAP -	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 ORIGENS DOS SUJEITOS DO CAMPO AMAZÔNICO E AMAPAENSE.....	19
1.1 Os sujeitos esquecidos: ameríndios.....	19
1.2 Os outros sujeitos: caboclos, quilombolas e imigrantes.....	26
1.2.1 Caboclos.....	29
1.2.2 Quilombolas.....	32
1.2.3 Imigrantes nordestinos.....	38
2. OS SUJEITOS CONTEMPORÂNEOS DO CAMPO AMAZÔNICO E AMAPAENSE.....	45
2.1 Colonos e assentados: a Amazônia como fronteira na colonização e reforma agrária.....	45
2.2 Extrativistas: a floresta como território.....	54
3. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PRONERA.....	63
3.1 A Educação do Campo: a luta pela emancipação dos sujeitos do campo.....	64
3.2 PRONERA: política pública, emancipação e cidadania.....	71
4. OS SUJEITOS DO CAMPO AMAPAENSE E OS PROJETOS DO PRONERA.....	76
4.1 O PRONERA no Estado do Amapá.....	79
4.1.1 Colegiado Executivo Estadual do PRONERA.....	80
4.1.2 Projetos do PRONERA.....	87
4.2 A construção do projeto de Escolarização em anos iniciais do ensino fundamental.....	90
4.3 A construção do projeto de Técnico em Meio Ambiente.....	102
4.3.1 Breve histórico da região sul do Estado do Amapá.....	103
4.3.2 Os mandatários do Projeto: AMPRANAZA, AMAC, ATEX-CA e ATEX-MA.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXOS.....	137
APÊNDICE.....	143

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da construção coletiva dos projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como condição essencial para legitimar esta política pública. Esta condição foi conquistada através das lutas em torno da Educação do Campo e dos territórios camponeses. Assim, o PRONERA representa a concretização destas lutas e o instrumento que os sujeitos do campo possuem em favor do direito à educação.

Porém, a construção coletiva é uma prática que exige organização dos sujeitos do campo através dos seus movimentos sociais e sindicais, os quais devem possuir a representatividade necessária para traduzir as demandas por Educação do Campo.

Neste contexto, no propósito de viabilizar a efetiva implementação do PRONERA no Estado do Amapá, a pesquisa busca responder a seguinte questão: Quais são as dificuldades que os sujeitos do campo amapaense enfrentam para concretizar a sua participação na construção dos projetos do PRONERA?

Como hipótese de resposta a esta questão, compreendemos que no Estado do Amapá existem ações coletivas representadas por movimentos, lideranças, associações, sindicatos e cooperativas que, diante das contradições do espaço amazônico, possuem dificuldades na construção dos projetos devido ao isolamento, falta de integração e ausência de uma visão ampla dos problemas do campo. Entendemos que essas poderiam ser as principais dificuldades que debilitariam a construção coletiva dos projetos do PRONERA.

Portanto, a pesquisa tem como principal objetivo compreender as dificuldades que os diferentes sujeitos do campo amapaense enfrentam para concretizar as demandas para o PRONERA. Detalhando metas mais específicas, a pesquisa objetiva: a) Identificar os movimentos sociais que participam ou podem participar da construção dos projetos do PRONERA no Estado do Amapá; b) Analisar a construção de projetos do PRONERA e como tem se dado a participação dos movimentos sociais e sindicais como

protagonistas da política pública; c) Compreender as causas da ausência ou dificuldades de organização e representatividade dos movimentos sociais e sindicais na construção de projetos do PRONERA.

Inicialmente a busca por resposta ao problema vem da intenção de compreender a nossa própria prática no trabalho técnico como Assegurador do PRONERA no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Superintendência Regional do Amapá (SR-21). Esta responsabilidade nos foi conferida desde 2007, período que nos permitiu acompanhar o último projeto que efetivamente desenvolveu suas atividades no Estado do Amapá, assim como analisar quatro proposições. Posto isto, a relevância técnica desta pesquisa encontra sua possibilidade de reflexão sobre as práticas do PRONERA para, coletivamente através do Colegiado Executivo Estadual do programa, transformarmos a realidade desta política pública.

A pesquisa mostra relevância científica quando soma-se aos estudos da Educação do Campo, que apresentam a luta pela educação como a estratégia de conquista de territórios mais justos e solidários para a sociedade brasileira. No contexto do Estado do Amapá, a pesquisa se apresenta como um estudo inédito quando aborda a relação entre sujeitos do campo e PRONERA na construção da política pública.

Quando os resultados podem se tornar um instrumento de subsídio ao PRONERA, na compreensão das dificuldades existentes na construção dos projetos, a pesquisa ganha a sua relevância social. Podendo assim ser uma contribuição na implementação da Educação do Campo e, conseqüentemente, da democratização do acesso à educação aos sujeitos do campo amapaense.

A pesquisa foi realizada junto com lideranças dos movimentos sociais e sindicais que demandaram os projetos de escolarização em anos iniciais e de curso Técnico em Meio Ambiente, através de uma investigação qualitativa com base na *filosofia da práxis*, compreendendo o movimento ação-reflexão-ação, no qual, segundo Gramsci (1987), é possível a emancipação e protagonismo dos sujeitos.

Os procedimentos de coleta de informações ocorreram da seguinte forma: a) análise documental dos arquivos do PRONERA no Estado do Amapá (memorandos, ofícios, atas, processos, anotações, etc.) na análise da construção do projeto de escolarização em anos iniciais do ensino fundamental

pela Secretaria de Estado da Educação (SEED); b) análise documental (processo administrativo) e entrevistas com as lideranças dos movimentos que demandaram o projeto de curso de técnico em meio ambiente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - Câmpus Laranjal do Jari (IFAP).

As entrevistas foram realizadas com as seguintes lideranças:

- Francisco dos Santos Vieira, 63 anos, nasceu no Igarapé do Lago no Maracá. Filho de mãe negra nascida no Município de Mazagão, Estado do Amapá, e pai imigrante cearense que trabalhou como seringueiro na região. Participa desde 1984 da luta pela terras do atual assentamento. Em 1991, passou a viver com a família na Vila do Maracá. É presidente da Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agro-extrativista do Maracá (ATEX-MA). Define-se como assentado;
- Euziane Ribeiro da Silva, 37 anos, nasceu em Água Branca do Cajari, seus pais são da região do Cajari. Participa desde 2004 da Associação de Mulheres do Alto Cajari (AMAC), a qual preside desde 2009. Identifica-se como mulher extrativista.
- Vicente Frazão, 67 anos, nasceu no meio rural do Maranhão. Veio para o Laranjal do Jari em 1976, onde passou a trabalhar inicialmente como serrador e, posteriormente, como segurança no Projeto Jari, onde ficou até 1985. Viveu no Beiradão com a esposa, a qual lhe convenceu em 1992 a reivindicar uma terra firme para morar. Participou da luta pelas terras do atual Projeto de Assentamento Casulo Maria de Nazaré Souza Mineiro, o qual foi criado em 2000. É presidente da Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Assentamento Maria de Nazaré Souza Mineiro (AMPRANAZA), desde 2011. Considera-se um agricultor.

As três entrevistas foram realizadas entre os dias 14 à 16 de julho de 2014, após algumas entrevistas pré testes que ajudaram na observação das comunidades. Foram entrevistas não estruturadas e com questões abertas que

possibilitaram compreender a visão dos movimentos quanto a construção dos projetos.

Esta monografia é estruturada em quatro capítulos. O primeiro apresenta os sujeitos do campo amazônico e amapaense, através da gênese dos sujeitos ameríndios, caboclos, quilombolas e imigrantes nordestinos. O segundo mostra a contemporaneidade destes sujeitos diante dos padrões diferenciados de desenvolvimento da região. O terceiro, o papel da Educação do Campo como política pública voltada à cidadania e emancipação destes sujeitos. E, por fim, o quarto, a participação dos sujeitos do campo na construção dos projetos do PRONERA no Estado do Amapá.

Capítulo 1. AS ORIGENS DOS SUJEITOS DO CAMPO AMAZÔNICO E AMAPAENSE

Oficialmente a história estabelece como início da ocupação da Amazônia o período entre 1530 à 1668, com as expedições de Vicente Yáñez Pinzón, Pedro de Anzures, Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana. Este último ficou conhecido como o “descobridor” da Amazônia em razão da sua viagem pelo interior do rio Amazonas (da nascente à foz) e o quanto "(...) essa expedição abriu os olhos do Ocidente para o universo privilegiado da natureza e a multiplicidade da riqueza amazônica." (PIZZARO, 2012. p. 40).

1.1. Os sujeitos esquecidos: ameríndios

Numa leitura atual das crônicas das viagens dos exploradores europeus é possível perceber que a várzea amazônica foi bastante povoada pelos ameríndios¹. Assim, também é compreensível, diante de uma análise a partir de estudos arqueológicos, que os ameríndios possuíam uma grande sociodiversidade², em razão da variedade de línguas, multiplicidade cultural e diversidade de organizações sociais e políticas.

Esta história esquecida apresenta uma diversidade de sujeitos, dos quais milhares ocupavam vastas áreas da bacia amazônica. Segundo Neves (2006), os povos que viviam no território, conhecido hoje como Amazônia, iniciaram sua ocupação há cerca de 11.000 anos e por volta de 8.000 anos passaram a domesticar plantas selvagens e desenvolver uma agricultura que se associava à floresta.

¹ O termo Ameríndio corresponde aos povos nativos que viviam nas terras denominadas desde do século XVI como América. É utilizado nesta monografia em contraposição ao termo "índio", utilizado pelos colonizadores de modo pejorativo para identificar os nativos.

² O conceito de sociodiversidade surge na Antropologia quando dos estudos das relações culturais das tribos indígenas com a natureza em contraposição com as culturas dominantes. A sociodiversidade também é observada nos estudos arqueológicos sobre a rica diversidade social e cultural dos ameríndios em períodos pré-coloniais e durante os primeiros anos do processo de colonização. Em Neves (2006. p. 22), compreende-se que a sociodiversidade, através de um processo de coevolução, resultou das diversas formas de apropriação da natureza por diversificados grupos sociais. Na geografia, o conceito de sociodiversidade está relacionada com as noções de diversidade de riqueza cultural dos modos de vida e territorialidades.

Pode-se considerar a emergência da agricultura como um processo coevolutivo no qual seres humanos e plantas desenvolveram uma dependência mútua que tornou a vida de ambos impossível sem a presença do outro. A mandioca é um bom exemplo: foi domesticada na Amazônia e atualmente é consumida em larga escala pela América Latina, Caribe, África e Ásia. Ela é tão dependente dos seres humanos para se reproduzir que muitas variedades já perderam a capacidade de lançar sementes no solo. (NEVES, 2006. p. 22).

É possível compreender que essa sociodiversidade era reflexo de um modelo de desenvolvimento que se construiu diante da biodiversidade da região e estabeleceu uma harmonia entre as necessidades sociais e os recursos disponíveis. Segundo Nunes Filho (2011), este modelo pode ser um exemplo para o ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs³, pois

(...) as provas arqueológicas mostram que as sociedades que se desenvolveram na Amazônia antes da conquista européia [sic] adotavam sistemas de manejo a não agredir o meio ambiente, conseqüentemente [sic], de não prejudicar as gerações futuras, onde utilizou-se uma forma de desenvolvimento planejado que otimizou-se o uso dos recursos disponíveis num lugar, dentro das restrições ambientais locais. (NUNES FILHO, 2011. p. 101).

Segundo Porro⁴ (1996 apud NUNES FILHO, 2011), o que floresceu na Amazônia pré-colonial foram várias sociedades que possuíam uma organização sociopolítica complexa, grandes territórios tribais, estratificação social, poder político dos cacicados, dominação intertribal, religião estruturada, comércio entre tribos, mitologias e produção de artesanatos. Foi nesta Amazônia, antes dos europeus, que surgiram sociedades complexas encontradas pelos exploradores nas suas primeiras expedições no século XVI, conforme a ilustração da Figura 1.

Segundo Barreto (2008), "(...) algumas estimativas populacionais propõem que a população ameríndia da Amazônia chegou a seis milhões de indivíduos no século XV" (BARRETO, 2008. p. 110). Após o contato com os colonizadores europeus estas sociedades foram assimiladas, sendo que a maior parte dizimada em razão de doenças, guerras e escravidão (NEVES, 2006).

³ Segundo Sanchs (apud MONTIBELLER FILHO, 1993. p. 132), ecodesenvolvimento é "(...) o desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio".

⁴ PORRO, Antônio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Na contextualização histórica presente na contribuição à arqueologia do Amapá de Hilbert (1957), em estudos de sítios arqueológicos presentes no baixo rio Cassiporé, é possível entender este processo de assimilação e dizimação dos sujeitos pré-coloniais. Durante a primeira metade do século XVII, várias feitorias de ingleses, franceses e holandeses, localizadas ao longo da costa guianense, amapaense e foz do rio Amazonas, formavam "(...) sociedades comerciais particulares e seu único objetivo era estar em boa amizade com os silvícolas, para assegurar um comércio lucrativo." (HILBERT, 1957. p. 4).

O crescimento dessas atividades mercantis aguçou os portugueses a reivindicar o direito de posse dessas terras, conseqüentemente, isso provocou a fundação da cidade de Belém em 1616, assim como de pontos estratégicos e estações missionários. No intuito de romper o próspero comércio dos demais estrangeiros, os portugueses travaram guerras contra as feitorias e tribos aliadas, das quais "(...) grupos inteiros foram deslocados e submetidos a trabalhos forçados, sendo dêsse (*sic*) modo destruída, em parte, sua primitiva vida tribal." (HILBERT, 1957. p. 4).

O início da exploração europeia na Amazônia também revelou a resistência dos ameríndios contra as investidas civilizatórias, pois

(...) o índio sempre reagiu à escravidão, o que levou o Governo Português a adotar uma atitude drástica contra o índio "rebelado"; essa rebeldia "justificava" a guerra, a escravização e o genocídio, permeadas essas medidas com a tentativa em geral de aculturação (em verdade deculturação) do gentio. (RIBEIRO, N., 2005. p. 67).

Esta estratégia belicosa dos portugueses provocou, desde 1794, o despovoamento de toda a foz do rio Amazonas e a costa do Amapá (HILBERT, 1957). A saída para os grupos que não foram dizimados foi a migração para terras mais ao interior, longe das tropas de guerra e de resgate. Contudo,

(...) cêrca [*sic*] de 1737, os Emerillon e os Oiampí emigraram do sul para essa região [alto Uaçá], por mêdo [*sic*] dos portugueses; no entanto, participaram mais tarde com êstes [*sic*] das caçadas de escravos, nas quais as principais vítimas foram os Karib. (...) Em 1831, Leprieur encontrou os Palikúr no rio Caripí, no Uaçá e no Urucauá, menciona também os maravan, em número superior a cem pessoas, como os Karipuna no baixo Oiapoque; os remanescentes dêstes [*sic*] ainda hoje [1957] vivem no Caripí e Uaçá. (HILBERT, 1957. p. 6).

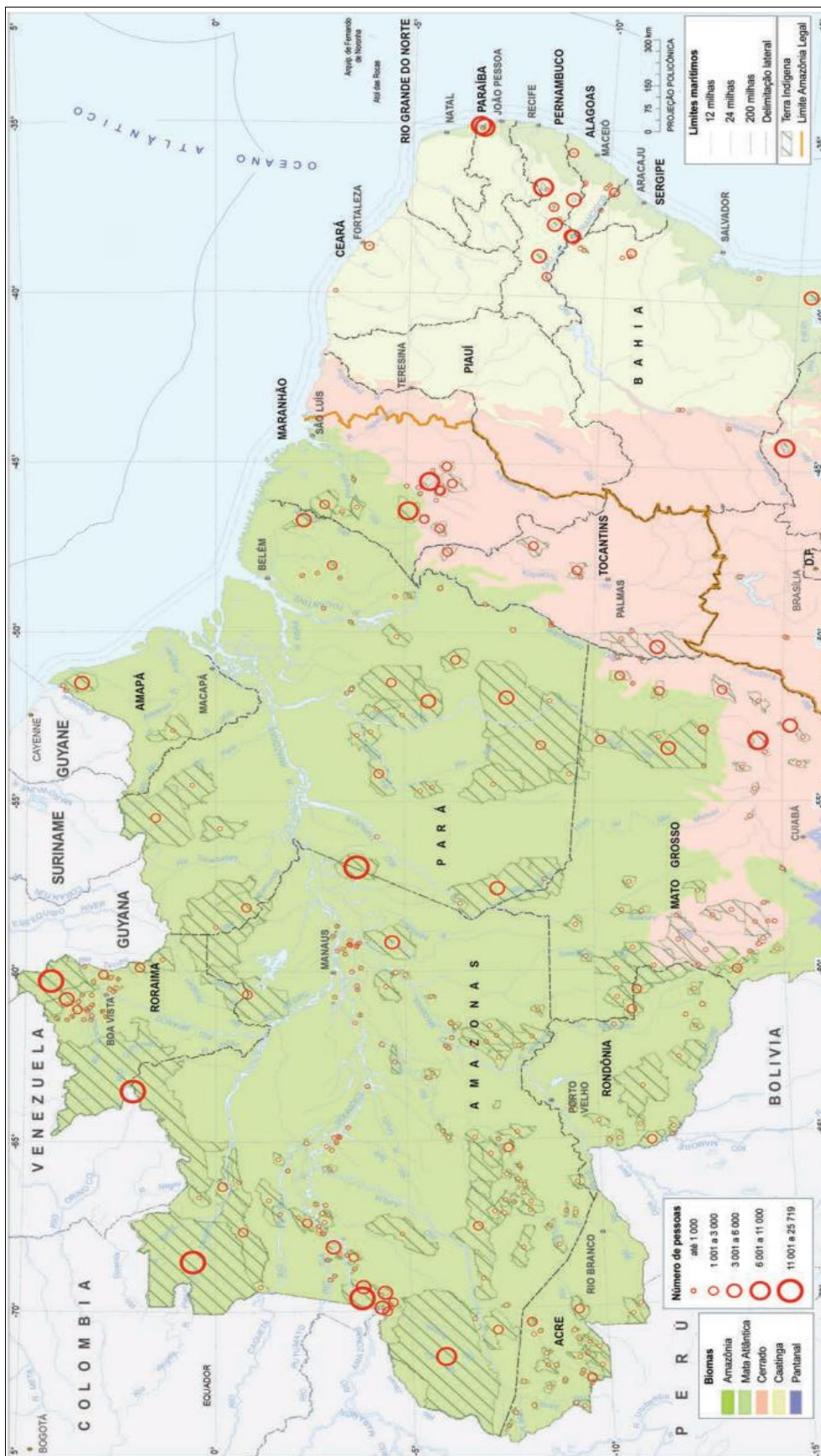
Com base em Freire J. (2000), um caso ilustrativo dessa resistência e posterior migração forçada de ameríndios, assim como de despovoamento da foz do rio Amazonas e conseqüente extinção de um grupo étnico, foi o dos ameríndios Aruan, da etnia Aruak, que originalmente habitavam a costa norte da ilha do Marajó e a Ilha Caviana.

Segundo Freire J. (2000), os Aruan, ao lado dos holandeses, lutaram contra as tropas portuguesas de Bento Maciel Parente na região de Gurupá. Passaram mais de cem anos resistindo aos ataques das tropas lusas, até que no início do século XVIII, uma parte do grupo de forma forçada foi transferida para o baixo Tocantins, onde com o passar do tempo desapareceram como entidade étnica. Os demais Aruans migraram e fugiram pelo Amapá até as terras da Guiana Francesa, onde foram localizados por um viajante francês no final do século XIX. Em 1926, ocorre o último registro sobre este grupo, realizado pelo etnólogo alemão Curt Nimuendaju, o qual informa a existência de um grupo que ainda se identifica como Aruan, mas falando o dialeto francês "creóle". Ainda segundo Freire J. (2000), "(...) hoje não existe nenhum povo que reivindique esta identidade. (FREIRE, J., 2000. p. 31)

Esses deslocamentos forçados, reconfiguraram a localização dos ameríndios pelas terras do atual Estado do Amapá. Da várzea amazônica a costa amapaense, estes grupos refugiaram-se para o interior, próximo a nascente dos principais rios da região. Este exemplo pode ilustrar, conforme a Figura 2, o que ocorreu com a população indígena em suas terras em toda a Amazônia, onde, segundo Barreto (2008), atualmente a região se apresenta com uma população de aproximadamente 350 mil indígenas com uma tendência de crescimento, mas ainda existindo a possibilidade de extinção de muitos povos.

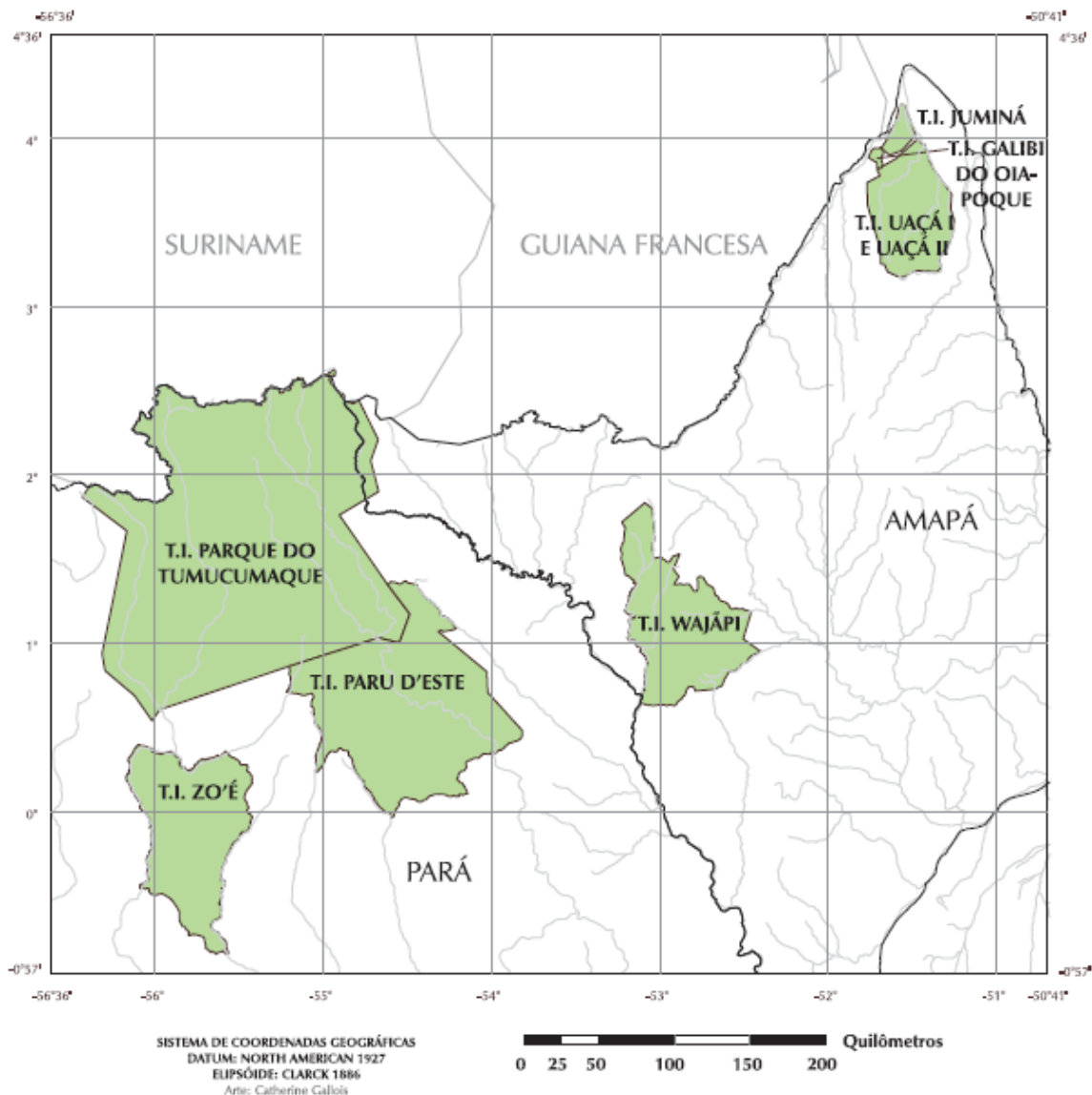
No atual Estado do Amapá, cinco terras indígenas (Uaçá, Juminã, Galibi do Oiapoque, Waiãpi e Parque do Tumucumaque) representam a resistência aos cinco séculos de exploração. Atualmente, estes povos totalizam uma população de aproximadamente 6.000 sujeitos, distribuídos conforme a Figura 3, pelo rio Oiapoque, rio Uaçá, alto rio Jari e serra do Tumucumaque (GALLOIS; GRUPIONI, 2003).

Figura 2 – População indígena nas terras indígenas



Fonte: IBGE, 2010. (Houve alterações na ilustração com a alteração do posicionamento das legendas).

Figura 3 – Terras indígenas do Amapá e norte do Pará



Fonte: PPTAL; FUNAI, 2003 apud GALLOIS; GRUPIONI, 2003. p. 12

Onde anteriormente viviam os ameríndios pré-coloniais, hoje restam vestígios arqueológicos que coincidem com as modernas moradias rurais (HILBERT, 1957). Estes vestígios, tão frequentemente encontrados em comunidades rurais e centros urbanos, comprovam a expressividade da ocupação ameríndia na região. Contudo, a história oficial tem omitido a existência milenar dos ameríndios, produzindo um sujeito esquecido, porém na raiz de muitos sujeitos do atual campo amazônico e amapaense.

1.2. Os outros sujeitos: caboclos, quilombolas e imigrantes

Na várzea amazônica, onde foi território ameríndio, surge uma população cabocla e quilombola que compõem territórios que se estabelecem da aculturação dos remanescentes ameríndios à cultura colonizadora.

Esse processo de aculturação, segundo Marconi e Presotto (2006), corresponde as inter-relações ou contatos entre culturas diferentes em que é possível a predominância da cultura dominante sobre a cultura dominada. A aculturação se dar de várias formas, mas para a história do Brasil foram predominantes a ocorrência por assimilação e por dominação: esta representa o momento em que a cultura dominadora impõe, quase sempre de forma violenta, o seu padrão de vida, obrigando a cultura dominada a deixar seus costumes e tradições; e aquela representa o processo em que os diferentes sujeitos se integram sócio-culturalmente, adquirindo padrões de costumes e tradições da outra parte. (MARCONI e PRESOTTO, 2006)

Deste modo, os caboclos e quilombolas vão surgindo da assimilação, a qual, apesar de indicar conceitualmente um processo mais pacífico de aculturação, foi marcado historicamente pela resistência dos sujeitos originais e dos resultantes deste processo.

A partir das tribos da Amazônia, Schaden (1967), exemplifica essa resistência ao processo de assimilação não como um retorno à cultura original, mas, através do "espírito de coesão tribal", uma oposição "aos representantes do mundo civilizado", reivindicando o usufruto dos "bens da civilização".

Várias tribos da bacia do Rio Negro e os Tukúna do Alto Solimões são conhecidos pelos surtos messiânicos que em seu seio se registra de tempo em tempo. Trata-se aí (...) de grupos já em alto grau acabocladados, que se toma por critério o seu atual estado de cultura e a sua participação na economia daquelas áreas. Entre eles [sic], porém, os fenômenos de messianismo, em que não há quase anseios de revivalismo da cultura de origem, mas a pretensão de usufruir as prerrogativas e a situação vantajosa dos brancos, constituem inequívoca demonstração de tenaz resistência à assimilação. Esses [sic] movimentos, dirigidos contra o branco e a sua hegemonia social e econômica, traduzem a revivescência do espírito de coesão tribal, que se opõe aos representantes do mundo civilizado. É enquanto índios que os protagonistas desses [sic] levantes reivindicam para o grupo um lugar que lhe permita usufruir os bens da civilização, não como silvícolas que o teriam deixado de ser e que, assim, se considerariam em tudo iguais aos brancos, inclusive em seus direitos. (Galvão, 1959; Cardoso de Oliveira, 1964; Schaden, 1966). (SCHADEN, 1967. p. 13).

Este exemplo representa o quanto uma cultura não desaparece por completo quando entra em contato com outra. Ela é mutável, ou seja, viva, o que indica a sua dinamicidade em dar novos significados aos hábitos e costumes. Mesmo diante da assimilação, o que se observa é que os sujeitos resultantes da cultura resignificada passam a mantê-la viva na prática da sua resistência.

Contudo, a própria ideia da assimilação, na sua integração sociocultural, pode deixar, segundo BOSI (1996), discreto o domínio e a violência da colonização.

Os vários modos da chamada *assimilação* luso-africana e luso-tupi adquirem (...) um relevo tal que acabam deixando em discreto ou subentendido segundo plano os aspectos estruturais e constantes de assenhoreamento e violência que marcaram a história da colonização (...). (BOSI, 1996. p. 27).

Sobre este problema, Bosi (1996), sugere uma "retificação semântica" do termo assimilação, a partir de críticas à *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, em relação, por exemplo, a ideia do "convívio racial democrático" entre o colono português e as escravas. Para Bosi (1996), a forma com que se aplica o termo assimilação nesta obra leva o problema a duas questões:

(...) foi a colonização um processo de fusões e *positividades* no qual tudo se acabou ajustando, carências materiais e formas simbólicas, precisões imediatas e imaginário; ou, ao lado de uma engrenagem de peças entrosadas, se teria produzido uma dialética de rupturas, diferenças, contrastes? (BOSI, 1996. p. 29).

Como resposta, Bosi (1996) opta pela assimilação como um processo dialético, pois

(...) como o Eros platônico, que é filho da Riqueza e da Penúria, não sendo uma nem outra, mas vontade de livrar-se do jugo presente e ascender a fruição de valores que não pereçam, assim o labor simbólico de uma sociedade pode revelar o negativo do trabalho forçado e a procura de formas novas e mais livres de existência. (...) A condição colonial, como o sistema, é reflexa e contraditória. (BOSI, 1996. p. 30).

Sendo "reflexa e contraditória", esta condição colonial fez da assimilação o seu principal instrumento e entre as estratégias desta "engrenagem de peças entrosadas", a miscigenação foi a principal. Assim, assimilação não ocorreria sem miscigenação, pois, como ilustra Schaden (1967),

(...) se o avanço do processo aculturativo não se acompanha de um número crescente de uniões mistas entre índios e caboclos, que levem a tribo a transformar-se em população mestiça, são, pois muito fracas as expectativas de uma verdadeira assimilação. (SCHADEN, 1967. p. 14).

Nesse sentido, podemos nos remeter ao início do século XVII, quando a presença portuguesa na Amazônia se intensificou com o estabelecimento de missões, que representaram um marco da penetração portuguesa na Amazônia. O trabalho das ordens religiosas em catequizar os ameríndios também possibilitou a assimilação de centenas de grupos. Para efetivar essa tarefa colonizadora, as ordens foram distribuídas por toda a região, concentrando-se nas margens do rio Amazonas e nos seus principais afluentes (Jesuítas no alto, médio e baixo rio Amazonas; Carmelitas no rio Negro; Mercedários no médio rio Amazonas; e Franciscanos no baixo e foz do rio Amazonas).

As missões religiosas constituíram-se em pontos estratégicos de exploração das drogas do sertão⁵, tomando para si o direito de administrar os ameríndios, através da educação catequética e do trabalho nas missões. De um modo ou de outro, esta administração caracterizava-se por uma escravidão equivalente a promovida pelos colonos de fora das missões. O resultado deste processo já foi visto anteriormente: a redução expressiva das populações ameríndias na várzea amazônica.

Parte deste esvaziamento populacional foi provocado pela miscigenação com brancos e negros. Segundo Lima (1999), "(...) a colonização da Amazônia incluiu políticas para integrar (ou seja, escravizar, estimular casamentos mistos e 'civilizar') a população indígena à sociedade colonial" (LIMA, 1999. p. 6). Portanto, a colonização deu origem a sujeitos e modos de vida mais adaptados à civilização eurocêntrica, assim como potencialmente resistentes a este mundo "civilizado".

⁵ As "Drogas do Sertão" é um expressão que se refere as especiarias exploradas no interior (sertão) brasileiro, principalmente na região amazônica nos primeiros séculos da colonização europeia. Corresponhia as ervas aromáticas e medicinais, assim como à extração da baunilha, castanha-do-Brasil, guaraná, canela e cacau, que possuíam altos preços nos mercados europeus.

1.2.1. Caboclos

Um novo sujeito, que representou o resultado desta integração assimiladora, não deixou de manter uma identidade com seus antepassados ameríndios. A sua moradia, produção e cultura, expressivamente adaptados e dependentes dos recursos da floresta, indicam a sua ancestralidade. Assim, esta história da colonização portuguesa na Amazônia fez surgir um sujeito regional único no Brasil: o caboclo.

Entre as hipóteses de origens etimológicas do termo, que indicam esta ancestralidade e miscigenação temos, segundo Cascudo (1957), entre as mais comuns as derivadas do tupi *caa-boc*, que significa "aquele que vem da floresta", e *kari'boca*, "filho do homem branco". Entretanto, o uso do termo caboclo para os sujeitos que surgiram desse processo de assimilação não é consenso como uma categoria de identidade regional na Amazônia.

Igualmente ao termo caipira, matuto, tapuio, bugre e tantos outros, que foram e são utilizados para identificar populações supostamente inferiores, o termo caboclo também foi e é utilizado de modo pejorativo. Sendo assim, o termo não se caracteriza como uma autodefinição, mas como uma identidade construída de fora para dentro, objetivando manter as distinções sociais na região. Segundo, Lima-Ayres⁶,

(...) a categoria caboclo é complexa, ambígua e está associada a um estereótipo negativo; no uso acadêmico, refere-se aos pequenos produtores rurais de ocupação histórica, também classificados como camponeses (...) no sentido coloquial, o caboclo é uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe (...) na região amazônica o termo é também empregado como categoria relacional; o termo identifica uma categoria de pessoas que se encontra em uma posição social inferior em relação ao locutor (...) os parâmetros desta classificação coloquial incluem a qualidade rural, descendência indígena e "não civilizada" (analfabeta e rústica) que contrastam com as qualidades urbana, branca, civilizada (...) Como categoria relacional, não há um grupo fixo identificado como caboclo; o termo pode ser aplicado a qualquer grupo social ou pessoa considerada mais rural, indígena ou rústica. O uso coloquial do termo leva à suposição de que existe uma população concreta que pode ser imediatamente identificada como cabocla e carrega a identidade de caboclo. (apud RODRIGUES, 2006. p. 122).

⁶ LIMA-AYRES, Déborah. A construção histórica da categoria caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural. In: *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, nº 2, UFPA. 1999.

Após séculos de ocupação do espaço amazônico, o termo caboclo foi se incorporando à identificação dos sujeitos do campo amazônico. Isto posto, o caboclo pode ser interpretado como um sujeito que resiste ao processo centenário de exploração da Amazônia. Para Rodrigues (2006. p. 127),

(...) matar o caboclo enquanto conceito / categoria seria fingir que não existe uma diferença que se construiu historicamente, que se instalou de fora para dentro, do nacional para o local, e que se desdobra continuamente, contra, entre, dentro do espaço-tempo amazônico, com relação a seus diversos grupos populacionais pensados, nesse contexto, como primordiais e, portanto, essencializados, como uma raça de cultura mestiça e costumes atávicos; resistentes à modernidade, verdadeiros exemplos da contra-modernidade que ainda sobrevivem no mundo ocidental. (RODRIGUES, 2006. p. 127).

Essa condição à margem da modernidade foi produzida pelas formas externas de exploração da Amazônia. Da economia mercantil das drogas do sertão à economia extrativista da borracha, esses ciclos econômicos utilizaram esta população como mão de obra na produção de bens de mercado. Nesta perspectiva, a Amazônia foi integrada a economia mundial objetivando subjugar os seus principais sujeitos. Assim foi que se produziu a condição marginal do caboclo.

Diante desta pejoratividade e marginalidade, o caboclo foi se constituindo na Amazônia e no Brasil como a suposta imagem do atraso, que pretensiosamente deve ser modernizado. Segundo Rodrigues (2006), o caboclo, ao não possuir atributos positivos de uma categoria, seria um sujeito não integrado à sociedade brasileira. Deste modo, se explicaria a origem da "(...) sua propalada invisibilidade, sua falta de memória, sua história silenciada e sua ausência nas instâncias políticas e sociais mais amplas" (RODRIGUES, 2006. p. 124).

Esse processo pretensioso e intencional de construção do atraso como produto da modernização é elucidado por Gonçalves (2001), como a submissão à lógica produzir-produzir.

A modernidade busca permanentemente o (des)envolvimento, isto é, procura quebrar o envolvimento, a coesão interna, submetendo-os à sua lógica de produzir-produzir com uma distribuição desigual da riqueza. Dissocia o lugar de produção do lugar de consumo, ao dissociar, também, quem produz a riqueza de quem dela se apropria.

Com essa lógica de transformação permanente, desigual no tempo e no espaço, os diferentes povos e suas regiões estão sempre sendo atualizados no seu "atraso", precisando ser novamente (desenvolvidos). (GONÇALVES, 2001. p.67).

Nessa lógica do processo de atraso-modernização, o caboclo situa-se à margem da modernização e, portanto, supostamente permanece na condição de atrasado. Segundo Rodrigues (2006), o caboclo, na sua não definição como categoria, "(...) é aquele que está nas franjas, nas fronteiras da modernidade, o que estava antes da modernidade, o que é, de certo modo, contra a modernidade" (RODRIGUES, 2006. p. 125).

O que de fato deve ser questionado neste processo é a razão que faz este sujeito, supostamente atrasado, ainda não ter sido modernizado nos padrões do elitismo regional e nacional. O seu modo de vida, resultado de séculos de construção conflituosa do espaço amazônico, se apresenta atualmente como de modo contraditório com a modernidade. Podemos compreender esta contradição a partir do "mito da modernidade", no qual "(...) o bárbaro tem uma 'culpa' (opor-se ao processo civilizador) que permite à 'Modernidade' apresentar-se não somente como inocente, mas também como 'emancipadora' dessa 'culpa' de suas próprias vítimas" (LANDER, 2006. p. 205).

Mesmo diante de uma adaptação à modernidade, o caboclo tem no seu modo de vida, caracterizado por uma relação orgânica com a natureza, a possibilidade de manutenção da sua riqueza social (sociodiversidade) e garantia de conservação da biodiversidade dos seus territórios.

A contradição entre os caboclos e a modernidade está, conseqüentemente, na resistência do seu modo de vida, ou seja, na possibilidade desta resistência ser uma resposta ao "mito da modernidade". À vista disto, Dussel (2005⁷ apud LANDER, 2006) trás a compreensão de que na modernidade, diante da alteridade dos "outros", passa a ser descoberta a sua "outro face":

⁷ DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LADER, Edgardo (Org.) *A colonização do saber, eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005.

Ao negar a inocência da "Modernidade" e ao afirmar a Alteridade do "Outro", negado antes como vítima culpada, permite "des-cobrir" pela primeira vez a "outra face" oculta e essencial à "Modernidade": o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as "vítimas" da "Modernidade") como vítima de um ato irracional (como contradição do ideal racional da mesma Modernidade). (DUSSEL, 2005 apud LANDER, 2006. p. 205).

A forma de existência social e produtiva dos caboclos, modernamente entendidos como *coisa* do passado e de baixa produtividade, muitas vezes não manifestam a sua resistência materializada em lutas em torno de movimentos sociais organizados. Contudo, essencialmente, manifestam através dos seus modos de vida e territorialidade, os quais lhe permitem serem os herdeiros da sociodiversidade.

1.2.2. Quilombolas

Nos primeiros séculos da colonização, diante dos milhares de ameríndios dizimados, assim com a resistência e fuga de tantos outros, a falta de mão de obra que garantisse a exploração da Amazônia tornou-se um grande problema para os colonizadores. Foi nessa conjuntura que o tráfico de africanos para a região tornou-se a principal solução encontrada. Segundo Funes (1995), a entrada de escravos africanos foi bastante lenta na Amazônia e as pressões dos colonos foram grandes pela introdução da escravidão negra como solução à carência de mão de obra.

Essa introdução tardia da escravidão de africanos na Amazônia revela o quão grande foi a escravidão dos ameríndios. Por sua vez, a escassez de mão de obra evidencia a grandiosidade do genocídio ocorrido na região, assim como a luta e resistência protagonizado pelos ameríndios. Neste sentido, a opção pelos povos africanos pode ser explicada pelo momentâneo êxito da estratégia de desterritorializar vários africanos e inseri-los em um novo território. Assim, a introdução de um sujeito que não tem raízes e identidades neste território seria a principal vantagem trazida pelo tráfico negreiro. Neste ponto, é fundamental compreender a importância do território como espaço material da existência de um grupo; pois, segundo Souza (2007),

(...) o espaço social delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia. (SOUZA, M., 2007. p. 108).

O tráfico negreiro extirpou este suporte material da existência dos africanos, submetendo-os a uma coisificação mediante as formas de expropriação do trabalho escravo. É fato que esta estratégia de desterritorializar também se deveu as vantagens econômicas do tráfico negreiro.

Segundo Funes (1995), a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará, em 1755, estimulou o aumento na entrada de escravos africanos na Amazônia. Este "comércio" lucrativo, de acordo com Pacheco (2010), fez da Companhia Geral, no contexto da era Pombalina⁸, a responsável pelo tráfico de "(...) quase 30.000 africanos para o Maranhão e Grão-Pará" (PACHECO, 2010. p. 51). Em outra estimativa, Gomes⁹ (2005 apud PACHECO, 2010), assinala que "(...) sem considerar o tráfico negreiro via iniciativa particular e ilegal - o contrabando e a introdução de escravos crioulos de outras capitanias -, de 1755 a 1820 entraram 53.217 africanos escravizados na Amazônia" (GOMES, 2005 apud PACHECO, 2010. p. 51).

Com relação ao Amapá, Salles (2005), indica que já no final do século XVI e início do XVII, os ingleses foram os responsáveis pela introdução de africanos para o trabalho escravo na foz do rio Amazonas e na costa do Amapá.

Estes números desmistificam as noções de que o espaço amazônico foi construído exclusivamente pelas relações entre ameríndios e colonos. A participação dos africanos foi decisiva na composição dos sujeitos do campo amazônico, os quais, juntamente com os caboclos, passaram a herdar uma sociodiversidade que se desenvolveu da conjugação de aprendizagens entre as tarefas impostas pela escravidão e as formas de resistência e relações com

⁸ A era Pombalina (1750-1777) corresponde ao momento histórico no qual o então primeiro-ministro de Portugal, Marquês de Pombal, introduziu a doutrina do "direito divino dos reis" em Portugal, praticando diversas reformas que tornaram a exploração do Brasil colônia como a grande responsável pelo enriquecimento de Portugal no século XVIII.

⁹ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

a natureza nos quilombos. Quanto às tarefas impostas na escravidão, Sampaio (2011) com base em Salles¹⁰ afirmam que

(...) os escravos foram empregados na construção de fortalezas, condução de embarcações para o Mato Grosso, no cultivo da cana, arroz, tabaco, mandioca, milho, nas fazendas de criação de gado e cavalos do Marajó. Também eram artesãos, tecelões de chapéus e de redes de algodão. Foram apanhadores de açaí, pescadores, trabalhadores do porto, das obras públicas, calafates, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, vendedores de tabaco, garapa e frutas e tantas que sabiam “coser, lavar, engomar, cozinhar e também ganhar na rua.” (SAMPAIO, 2011. p. 6).

Mesmo diante da extirpação dos seus territórios na África e as tentativas de desconstrução de suas identidades com o trabalho escravo, os africanos e seus descendentes também resistiram ao processo de adaptação imposto. A modernização também "vitimou" os negros quando fez da escravidão a forma de sua "emancipação". As manifestações através, por exemplo, de cantorias e danças sempre foram uma maneira de resistência e, de certa forma, a busca por uma territorialidade cultural-simbólica. Esta cultura de resistência pode ser evidenciada por um caso ocorrido na Ilha do Marajó, em 1797, lembrado por Pacheco (2010) com base em Vergolino-Henry e Figueiredo¹¹.

Traços de culturas festivas, sonoras, comunitárias e astuciosamente transgressoras ou declaradamente resistentes ali foram reconstruídos. Por isso, em 1797, Antônio Denis Couto reclamava em correspondência ao presidente da província do Pará, Sr. Francisco de Souza Coutinho, que nove escravos, acompanhando o capataz de sua fazenda [na Ilha do Marajó] com 60 reses para vender no mercado de Belém, à noite se embriagaram “formando um grande batuque”. O pedido para cessar o barulho e acomodarem-se os fez renovarem mais ainda “o dito batuque”. Não conseguindo conter a situação, o capataz deu-lhes “duas cipoadas em um dos cabeças com quem estavam todos os escravos meios alevantados”. Incapazes de se subordinar, como relatava o capataz em tradução por seu senhor, ao presidente da província, o comunicado ainda contava que estes batuqueiros fugiram, dentre os quais estavam os cabeças, o mulato Nicolau, José, seu filho Matias, José Mulato, Luís Gonzaga, Martinho, Clemente, João de Campos, Lisbão, Luis, Miguel, Craveiro, “desamparando todos os serviços de fazenda.” (PACHECO, 2010. p. 62).

¹⁰ SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro: FGV/UFPA, 1971.

¹¹ VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

O principal ato de resistência à escravidão foi a fuga, a qual objetivava a formação de comunidades livres e autônomas da subjugação dos colonos. Nestas fugas, os conflitos e alianças com os ameríndios sobreviventes e resistentes à assimilação foram importantíssimos para as trocas culturais entre estes sujeitos. Funes (1995), afirma que o mesmo território de refúgio dos nativos, seria ocupado pelos negros fugitivos e "o encontro desses 'dois párias da sociedade' foi marcado por momentos de conflitos e alianças étnico-culturais" (FUNES, 1995. p. 106).

Um detalhamento dessas trocas e alianças étnico-culturais pode ser observado em Pacheco (2010) com base em Pereira¹²:

Nesses universos de trabalho, dominação, astúcias e resistências, trocas culturais entre negros e índios em torno de saberes para curar a si mesmo e ao gado, como murrinhas dos bezerros, Nunes Pereira deixou ver, "rezas e ervas miraculosas que o índio" revelava ao negro. Compartilharam ainda fumos, bebidas produzidas de mandioca, altamente fermentada, que resguardavam valores, significações sociais e mágico-religiosas. (PACHECO, 2010. p. 52).

Diante do êxito das fugas e das alianças étnico-culturais, formaram-se novos territórios negros através de diversas comunidades chamadas de quilombos. Mesmo diante da aquisição de terras através de doações, heranças, pagamentos do Estado por serviços e compra, o fator fuga foi relevante no caráter transgressor e resistente dos quilombos (refúgios) e mocambos (esconderijos).

Para tanto, as rotas de fugas demonstravam, segundo Pacheco (2010), "a capacidade de inventar resistências e reatualizar suas tradições, em meio ao clima de perseguição (...) fez negros e índios embrenharem-se para diferentes cantos do território amazônico, erigindo provisórios mocambos (...)" (PACHECO, 2010. p. 58). Como exemplo, negros, ameríndios e mestiços que a partir da Ilha do Marajó, "(...) optaram muitas vezes em navegar pelos estreitos de Breves, indo 'socar-se' na fronteira Pará/Amapá/Guiana Francesa ou vice-versa" (PACHECO, 2010. p. 56).

Da Lei das Terras de 1850, que atrelava a aquisição de terras devolutas à compra, passando pela abolição da escravidão em 1888 e,

¹² PEREIRA, Manoel Nunes. Negros Escravos na Amazônia. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, 1944. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, V. 3, p. 153-185.

consequente, exclusão e/ou precarização do mercado de trabalho para a mão de obra dos negros libertos, o processo de mudança da invisibilidade dos quilombos começou pela força da luta por reconhecimento que se materializou na Constituição de 1988, no seu artigo 68, que dispõe:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos. (BRASIL, 1988. p. 155).

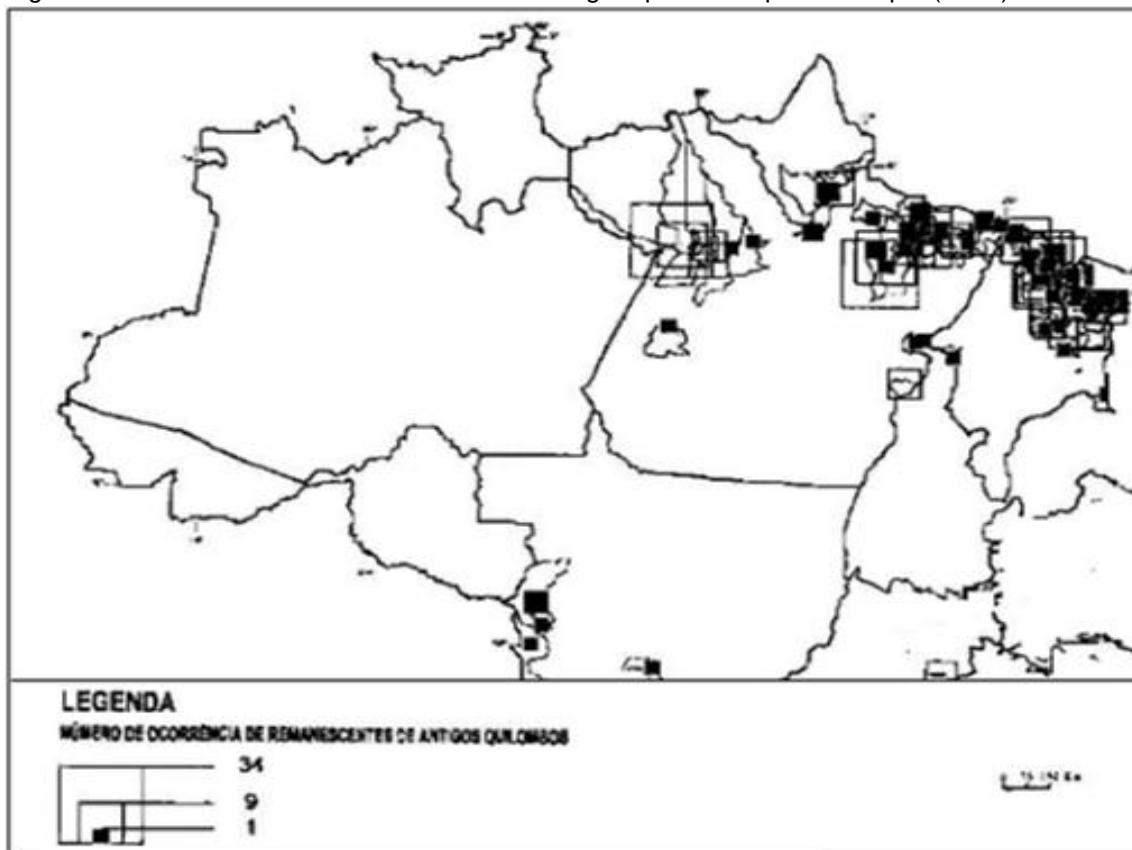
Segundo Prince (1999), a partir do artigo 68 o "(...) remanescente de quilombo se tornou uma categoria reconhecida (...), ao lado de populações indígenas e de grandes massas de sem-terra, na luta pela distribuição de terra" (PRINCE, 1999. p. 260).

Atualmente, os remanescentes dos antigos quilombos da Amazônia estão distribuídos principalmente na Amazônia oriental, no nordeste e noroeste paraense, Ilha do Marajó e sul e sudeste do Amapá. Em levantamento do espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombolas no Brasil, Anjos (2001) registrou, na região Norte, 196 comunidades no estado do Pará e 12 no Estado do Amapá. Considerando a abrangência da Amazônia Legal, também pode-se incluir parte considerável das 163 comunidades do estado do Maranhão aos remanescentes quilombolas da Amazônia, conforme a Figura 4.

No Estado do Amapá, segundo dados do INCRA (2014b), já foram abertos até 2014, 25 processos com vistas à regularização fundiária de terras em que as comunidades se autoidentificaram como remanescentes de quilombolas¹³. Essas comunidades se concentram no sudeste do Estado e, em sua grande maioria, estão localizadas na zona rural. Foram originadas por negros fugidos da escravidão submetida, por exemplo, na construção de obras públicas como a Fortaleza de São José de Macapá no século XVIII. Contudo, apenas três destas comunidades (Curiaú, Mel da Pedreira e Conceição do Macacoari) possuem título de domínio.

¹³ As comunidades são as seguintes: Curiaú; Cunani; Carvão; Lagoa dos Índios; Mazagão Velho; Rosa, Mel da Pedreira; Conceição do Macacoari; São José do Mata Fome; Ilha Redonda; Ambé; São Pedro dos Bois; São Raimundo do Pirativa; Cinco Chagas do Matapí; São Tomé do Aporema; Engenho do Matapí; Kulumbu do Patuazinho; Igarapé do Palha; Ressaca da Pedreira; Nossa Senhora do Distrito do Matapí; Santa Luzia do Maruanum; Curralinho; Comunidade São José do Matapí do Porto do Céu; Santo Antônio do Matapí.

Figura 4 – Quantidade de remanescentes de antigos quilombos por município (2000)



Fonte: ANJOS, 2001. p. 153

Segundo Anjos (2001), os remanescentes dos antigos quilombos são "(...) um dos mais relevantes processos geográficos e históricos que contribuíram e contribuem para ação do povo brasileiro" (ANJOS, 2001. p. 142). Portanto, as populações remanescentes quilombolas são um dos mais importantes sujeitos do campo no Amapá, pois tiveram uma história de resistência à escravidão e de construção da prática de uma agricultura de base familiar. Igualmente ao caboclo, o quilombola adaptou-se ao mundo moderno, mantendo o seu modo de vida com base no trabalho livre dos territórios autônomos do quilombo, em contraposição ao trabalho escravo.

1.2.3. Imigrantes nordestinos

O outro sujeito que passa a ocupar a Amazônia no final do século XIX é o imigrante nordestino, que inicia o seu deslocamento para a região, principalmente, a partir da extração do látex. Esta exploração dar início na inserção da Amazônia à economia mundial sob a égide da industrialização¹⁴.

Esta inserção provocou mudanças nas bases produtivas da região, deslocando o foco da pecuária, agricultura e drogas do sertão para a borracha, além de submetê-la ao modo de vida urbano dos grandes centros mundiais, nacionais e regionais. Neste sentido, Pizarro (2012), destaca em sua análise sobre as narrativas que se construíram na Amazônia, que a exploração da borracha revelou

(...) o horror presente num dos pilares do salto tecnológico, de final do século 19 e começo do 20: a extração da borracha, caucho ou látex, que será utilizada nos tecidos e sapatos impermeáveis, desenhados para a recente vida urbana dos grandes centros metropolitanos. (PIZARRO, 2012. p. 114).

Esta mudança nas bases produtivas da Amazônia também seria profundamente caracterizada pela introdução dos nordestinos (provenientes, principalmente do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) como novos sujeitos que se reterritorializaram no campo amazônico. Este crescimento da economia da borracha no mercado internacional teve, segundo Prado Júnior (1987), a sua razão no

(...) consumo mundial e ascensão de preços [e no] afluxo constante de trabalhadores nordestinos impelidos pelas contingências naturais de sua região nativa, ou pelas precárias condições de vida de uma terra empobrecida e em decadência. (PRADO JÚNIOR, 1987. p. 236).

¹⁴ Segundo, Gonçalves (2001. p. 83), "(...) com a descoberta do processo de vulcanização, em 1839, a goma elástica deixa de ser um produto marginal e se inscreve no cerne de novos procedimentos técnicos da Revolução Industrial como: correia de transmissão, amortecedor de impactos das engrenagens industriais, encapamento de fios etc. No final do século XIX, sua aplicação em revestimentos de rodas, dando origem aos pneumáticos, ensejará uma importante mudança, inclusive no modo de vida urbano como os automóveis e as bicicletas."

Em pleno século XIX, a conjugação entre a estrutura fundiária concentradora e as grandes estiagens no sertão nordestino forçou a migração de uma expressiva parcela da população rural do Nordeste. Na Amazônia, o contexto da economia da borracha combinou-se com a necessidade de mão de obra e, conseqüentemente, levou à introdução dos imigrantes nordestinos nos seringais.

Em sua análise da formação econômica do Brasil, Furtado (1987) explica que um dos principais problemas no século XIX foi a mão de obra no desenvolvimento do país. Segundo o autor, quando foi "(...) eliminada a única fonte de imigração que era a africana, a questão da mão-de-obra se agrava e passa a exigir urgente solução", que no caso da Amazônia, foi encontrada na imigração nordestina (FURTADO, 1987. p. 129).

Tanto incentivada pelo Estado quanto pelo aliciamento dos gatos¹⁵, a corrente migratória entre Nordeste e Amazônia, entre 1890 e 1910, segundo Nascimento (1998. p. 3) com base em Souza¹⁶, chegou aproximadamente a meio milhão de imigrantes. Assim, esse primeiro ciclo da borracha possibilitou um apogeu comercial na Amazônia que se refletiu em dois extremos: primeiro, na fortuna das elites urbanas de Manaus e Belém; e, segundo, no gigantesco contingente de imigrantes nordestinos em condições de servidão na floresta. Este arranjo entre cidade e floresta justificou a lógica de uma centralidade econômica em Manaus e Belém associada ao isolamento, solidão e dispersão dos seringueiros pela floresta.

Considerando que esta lógica teve por base os anseios norteamericanos e ingleses, que capitalizavam e exploravam a borracha na Amazônia, cabe refletir sobre a relação campo-cidade no fim do século XIX e início do XX do ponto de vista de um autor inglês. Segundo Williams (1989), o "(...) campo passou a ser associado a uma forma natural de vida - de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações - de saber de comunicações, luz" (WILLIAMS, 1989. p. 11).

¹⁵ Os gatos, também conhecidos como empreiteiros, eram os responsáveis pelo aliciamento de trabalhadores em cidade empobrecidas pelo latifúndio e seca no Nordeste. Ávidos por emprego, os trabalhadores lançavam-se na aventura de viajar até a Amazônia. É a partir destas viagens que o Sistema de Aviamento tinha início. Portanto, os gatos eram elementos chave para a servidão nos seringais.

¹⁶ SOUZA, Itamar. Migrações Internas no Brasil. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Mimeog., FFLCH/USP, 1978.

Adaptanto esta interpretação à realidade amazônica, esta lógica gerou nas elites urbanas um imaginário que justificava a atração dos imigrantes nordestinos, assim como o direcionamento para os seringais, produzindo uma desigualdade territorial.

O que de fato se desenrolou neste arranjo campo-cidade foi uma divisão social do trabalho como expressão da desigualdade mais ampla. Neste sentido, Lefebvre (2001), afirma que

(...) a divisão social do trabalho entre a cidade e o campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, e por conseguinte entre o natural e o espiritual. (...) O *campo*, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer as imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que essas representações se alastrem de atividades reais. Dessas imagens confrontadas irão nascer grandes simbolismos. (LEFEBVRE, 2001. p. 36-37, grifo do autor).

Este imaginário revela a divisão de classes do espaço amazônico, o qual institui a ideologia de que a diferença entre os sujeitos da cidade e os do campo é essencial para o desenvolvimento da Amazônia. Assim, os imigrantes nordestinos foram a base para acumulação de capital das elites regionais, que viam como inesgotáveis o látex, o imigrante e o lucro.

Neste contexto, a organização social do espaço amazônico teve por base a exploração no extrativismo do látex, através da submissão de meio milhão de imigrantes nordestinos ao sistema de aviamento, no qual, segundo Gonçalves (2001),

os trabalhadores agenciados chegavam aos seringais com a dívida dos custos da própria viagem, além de ter que pagar os utensílios que utilizavam e os víveres que lhe eram antecipados pelo seringalista que, por sua vez, os recebia de algum comerciante vinculado a alguma casa aviadora. Assim se estruturava o famoso Sistema de Aviamento, uma espécie de crédito sem dinheiro, e que se sustentava com base em relações clientelísticas por todo o vale amazônico. (GONÇALVES, 2001. p. 86).

Neste sistema de aviamento, Gonçalves (2001) explica que o seringueiro se achava submetido a uma sistema próprio de dependência nos seringais, ao contrário do "(...) verdadeiro fausto com que se vivia em Manaus ou em Belém, cidades que experimentavam modernizações urbanas de fazer inveja à capital, o Rio de Janeiro e mesmo a Nova York" (GONÇALVES, 2001, p. 88).

Esta divisão do trabalho, forçou o seringueiro a um isolamento na floresta e total dependência do aviador de sua força de trabalho.

Contudo, a resistência e a busca por saldo para pagar as dívidas no sistema de aviamento fez do imigrante nordestino, igualmente aos indígenas, caboclos e remanescentes de quilombolas, um conhecedor das riquezas da floresta (flora e fauna). Assim, considera-se que o espaço amazônico colocou-se como aliado destes sujeitos, pois a

(...) disponibilidade de terras, a piscosidade dos rios, a riqueza da floresta se constituíram em importantes aliados dos habitantes da Amazônia para escapar daqueles que queriam submetê-los. (GONÇALVES, 2001. p. 90).

Essa aliança entre floresta e imigrantes fortaleceu-se com a derrocada da era da borracha na Amazônia no início do século XX. Em razão da concorrência dos seringais asiáticos, que tiveram origem no contrabando de mudas de seringueiras por ingleses, a região amazônia experimentou uma decadência do sistema de aviamento. Mesmo diante de uma nova corrente migratória provocada pelo segundo ciclo da borracha durante o esforço de guerra na década de 1940, os imigrantes experimentaram modos de vidas importantes nos seringais que anteriormente eram proibidos, como a prática de agricultura e a constituição de família.

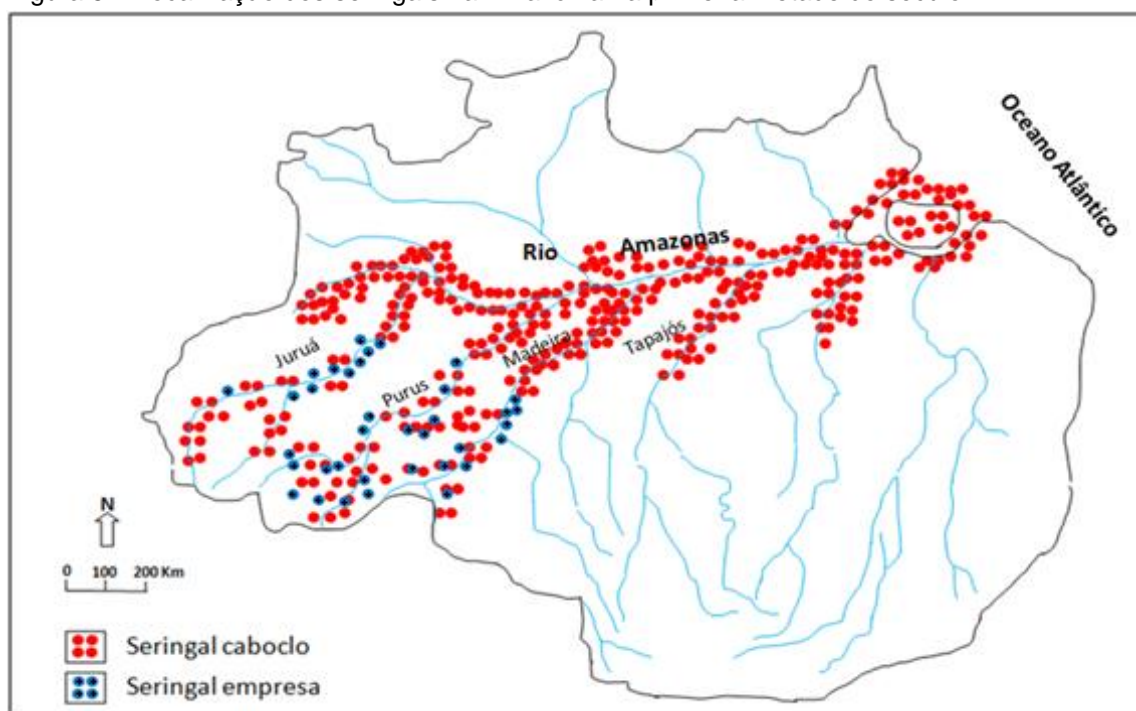
Inicia-se a formação de uma nova organização social do espaço amazônico, onde "a combinação da agricultura com o extrativismo (o agroextrativismo) dentro da floresta começou a dar ensejo a um maior enraizamento dessas populações no interior da floresta" (GONÇALVES, 2001. p. 92).

Esta população, fruto da imigração nordestina, passou a compor o espaço amazônico se incorporando aos caboclos. De certa forma, este

imigrante tornou-se um novo caboclo, pois segundo Parker¹⁷ (1985 apud LIMA, 1999. p. 20), os caboclos são definidos como “um grupo de sangue misto resultante do casamento entre os ameríndios e os primeiros colonos portugueses e, mais tarde, nordestinos.” Portanto, o imigrante como sujeito do campo nos períodos do ciclo da borracha, diante da riqueza da floresta e várzea amazônica, passou a fortalecer o caráter de resistência do caboclo.

No Amapá, a economia da borracha e, conseqüentemente, o sistema de aviamento foram mais pujantes no vale do rio Jari. Nesta região, instalou-se um império do aviamento, mesmo a região não sendo o principal centro de produção de borracha da Amazônia. No Baixo Amazonas e nas regiões das ilhas era explorada a espécie *Hevea guianensis* e *Hevea benthamiana*, menos produtivas que a *Hevea brasiliensis* do Alto rio Tapajós e rio Xingu e, sobretudo, do Alto rio Purus e rio Juruá, conforme a Figura 5.

Figura 5 – Localização dos seringais na Amazônia na primeira metade do século XX



Fonte: GONÇALVES, 2001. p. 85. (Houve alterações na ilustração com a inclusão de cores e de uma nova legenda)

¹⁷ PARKER, Eugene P. (ed.). *The Amazon Caboclo - Historical and Contemporary Perspectives*. Virginia: Studies in Third World Societies Publication no. 32, 1985, p. XVII-LI: The Amazon Caboclo: an Introduction and Overview.

No início do século XX, José Júlio de Andrade, "(...) talvez o maior latifundiário do mundo" (LINS, 1991. p. 35), possuía terras no Estado do Pará e Território Federal do Amapá que totalizavam três milhões de hectares. Segundo Lins (1991. p. 66-71), José Júlio explorava castanha do Brasil, borracha, maçaranduba, copaíba, andiroba, ouro e outros produtos nativos. Segundo Pinto (1986), José Júlio "(...) tinha direito de vida e de morte em todo o vale, exercendo-os soberanamente devido apoio das autoridades em Belém" (PINTO, 1986. p. 16).

Contudo, em 1928 ocorreu a chamada revolta do Cezário, que foi comandada por José Cezário de Medeiros, que, segundo Lins (1991),

(...) era Riograndense do Norte, tendo chegado ao Jari em 1928, na condição de aviado. Logo foi trabalhar na filial de Iratapuru no alto Jari, como "cortador de seringa", juntamente com doze companheiros e sua jovem esposa, que diziam ser muito bonita. José Cezário sabia ler e escrever muito bem e tinha na época 26 anos de idade. Diziam também que ele havia pertencido ao exército. (LINS, 1991. p. 50).

Arregimentando em torno de 800 pessoas, entre crianças e adultos da localidade de Cachoeira de Santo Antônio (LINS, 1991), Cezário adotou a estratégia de ocupar as principais filiais (barracões) do rio Jari e prender os seus chefes. Tomou um navio, que levava o rancho às filiais e embarcava os produtos explorados, para deslocar os revoltosos até Arumanduba (cede da exploração de José Júlio na região).

Aí os revoltosos quiseram saquear os depósitos de mercadoria, mas José Júlio chegou no momento e disse: "Sei que aqui tem muito cearense, mas sei também que aqui não tem ladrão." Dito isso, o pessoal afastou-se e José Júlio autorizou que tirassem o que fosse preciso para a viagem até Belém. Cezário removeu o povo para o navio Cidade de Alenquer, maior que o Cidade de Almeirim, e zarparam para Belém (...)." (LINS, 1991. p. 51-52).

A revolta dos trabalhadores do seringal foi uma iniciativa de fuga do cativo para denunciar em Belém "(...) as condições de trabalho e os crimes praticados naquele rio" (PINTO, 1986. p. 52). Mesmo o navio revoltoso sendo

intelectado por uma coveta da Marinha já próximo de Belém, a Revolta do Cezário inicia a fase de decadência do poder de José Júlio na região, o qual venderia suas terras em 1948. A revolta também representou a resistência dos imigrantes nordestinos, assim como dos caboclos explorados pela servidão característica daquele momento histórico.

A Revolta do Cezário é um exemplo entre tantas outras histórias de resistência que são quase que totalmente desconhecidas pela sociedade brasileira. A Amazônia, desta forma, tem o mesmo peso representativo do histórico de exploração do Brasil, o qual perdura na contemporaneidade.

Na Amazônia, os imigrantes, quilombolas, caboclos, indígenas e todos os demais sujeitos marginalizados, excluídos e esquecidos, têm na resistência aos processos de assimilação, desterritorialização e subordinação a sua maior resposta histórica. Deste modo, todos se fazem sujeitos de história.

Capítulo 2. OS SUJEITOS CONTEMPORÂNEOS DO CAMPO AMAZÔNICO E AMAPAENSE

Para o capital, a Amazônia sempre foi vista como uma fronteira a ser conquistada. O imperialismo das grandes potências, principalmente a norte-americana, garantiu o início desta conquista em meados do século XX com a expansão das relações capitalistas na Amazônia, através da integração da região ao restante do Brasil.

2.1. Colonos e assentados: a Amazônia como fronteira na colonização e reforma agrária

Lembrando o historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (1861-1932), que introduziu a noção de uma fronteira processual em constante movimento, Rêgo (2002), afirma que Turner via a fronteira como

(...) uma 'válvula de segurança' à pressão da população sobre os recursos econômicos, estimulando o individualismo e a competição, por meio do trabalho sobre terras abundantes ainda não apropriados. (RÊGO, 2002. p. 263).

Esta tese estimulou a ideologia expansionista norte-americana, na qual as fronteiras são as regiões para onde as populações que estejam em zonas de agitação social devam ser transferidas. Inevitavelmente, este pensamento dominou a lógica dos generais do regime militar no Brasil.

Sintetizando esta lógica em relação à Amazônia, Silva J. (1982) elucida que

(...) no plano político, a fronteira tem sido a "válvula de escape" das tensões sociais no campo. Os projetos de colonização no Brasil sempre foram pensados politicamente como alternativas a uma alteração na estrutura da propriedade da terra. O exemplo mais recente é o da abertura da Transamazônica, determinada em grande parte pela seca do Nordeste de 1971, após a célebre constatação de que a "economia vai bem, mas o povo vai mal". Basta recordarmos o lema "juntar o homem sem terra do Nordeste com a terra sem homens da Amazônia" – apresentados como justificativa última de uma ocupação afoita e desordenada – para ficar clara a intenção política daquele empreendimento. (SILVA, J., 1982. p. 118).

Na segunda metade do século XX, eclodia no Brasil a luta de classes através dos movimentos sociais, em particular, no campo. Segundo Oliveira (2007), foi através das "(...) Ligas Camponesas, nas décadas de 1940 a 1960, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional [e representou], principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses" (OLIVEIRA, 2007. p. 106). Como resposta, o Estado brasileiro, norteado pela noção da fronteira processual, abriu espaço na Amazônia para transferir famílias migradas do Nordeste, assim como do Sul, objetivando aliviar as tensões na conflituosa estrutura fundiária brasileira.

Nesta época, essa luta de classe teve uma forte interpretação como a mais ampla frente de luta no campo, a luta contra o imperialismo. Neste sentido, Guimarães (2005) compreende que esta luta foi contra os "(...) laços de dependência com os monopólios estrangeiros, laços que tornam a opressão feudal ainda dolorosa para as massas do campo" (GUIMARÃES, 2005. p. 108).

Entendendo-se o aspecto feudal no campo brasileiro como a ocorrência de formações econômicas pré-capitalistas é possível situar a economia da borracha, assim como todo o processo migratório resultante, como exemplo de relações de estruturas capitalistas com pré-capitalistas. Para Rêgo (2002),

(...) aqueles movimentos para a fronteira obedeciam à lógica da economia mercantil agroexportadora e por conseqüência [sic] determinava-se, em última análise, pelo modo de subordinação da economia brasileira ao capital monopolista internacional nas fases de transição e de consolidação do imperialismo. (RÊGO, 2002. p. 264).

Uma das principais características da região de fronteira é o fato de que "(...) as relações sociais capitalistas ainda não se introduziram predominantemente na esfera de produção" (REGO, 2002. p. 266). Desta forma, pode existir uma subordinação indireta ao capital quando, "(...) antes da expansão, formas de produção não tipicamente capitalistas podem existir (...) abrigando ainda coerções extra-econômicas entre os agentes da produção (...)" (REGO, 2002. p. 266). Este foi o caso da economia da borracha, enquanto que o período de integração da Amazônia, principalmente durante o regime militar, foi uma subordinação direta, pois "(...) a expansão da fronteira não é senão a

extensão das relações capitalistas para áreas geográficas de produção não tipicamente capitalistas (...)" (RÊGO, 2002. p. 266).

O que esta expansão do capital provocou na Amazônia foi uma mudança no padrão de organização espacial da região. Neste contexto, segundo Gonçalves (2001), a "(...) Amazônia estava descartada, aquela do padrão rio-várzea-floresta. Não é a partir das suas condições culturais e ecológicas que ela será incorporada à nova dinâmica do capitalismo (...)" (GONÇALVES, 2001. p. 101). A sua incorporação se dará a partir de um novo padrão, o "estrada-terra firme-subsolo", o qual inscreveu a Amazônia "(...) na divisão nacional/internacional do trabalho como exportadora de matérias-primas, sobretudo minerais e madeiras" (GONÇALVES, 2001. p. 102).

Entretanto, uma mudança significativa do padrão de organização espacial de uma região não é tarefa fácil, principalmente se considerarmos as dimensões continentais e a sociodiversidade da Amazônia. A saída encontrada pelos atores hegemônicos do capital foi a força do Estado, principalmente a versão autoritário do regime militar.

Neste contexto, Ianni (1986), sintetiza que

o que ocorreu na Amazônia, nos anos 1964-78, foi, principalmente um desenvolvimento extensivo do capitalismo. No extrativismo, na agricultura e na pecuária, desenvolveram-se as relações capitalistas de produção, juntamente com as forças produtivas. Esse foi o quadro geral no qual se integrou a política estatal de ocupação, inclusive a colonização dirigida, oficial e particular. A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região. (IANNI, 1986. p. 55).

Considerando o período bipolar da Guerra Fria, o regime militar lança em 1966 a Operação Amazônia, que objetivava a modernização da economia regional em conformidade com as relações capitalistas "(...) procurando inicialmente (...) o caminho da substituição de importações de bens industriais, porém concentrando-se depois na agropecuária e agroindústria" (RÊGO, 2002. p. 289).

Neste contexto geopolítico, cria-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S/A (BASA), que passam a ter a função de "(...) execução das políticas públicas de estímulo

à ocupação econômica pelo grande capital" (RÊGO, 2002. p. 290). Contudo, a efetiva ocupação do capital na região não teria êxito se não fosse precedida de uma ocupação humana. Nesse sentido, Oliveria (2007), destaca que

(...) era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da "Operação Amazônia", pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região aonde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização. Juntava-se assim a "*fome com a vontade de comer*". (OLIVEIRA, 2007. p. 122, grifo do autor).

Portanto, neste momento em que a região apresentava-se como área de expansão das relações capitalistas e, nacionalmente, o capital monopolista passou a dominar a estrutura econômica do Brasil, a colonização agrícola da Amazônia se inscreveu como uma das estratégias mais importantes deste processo de mudança para o padrão estrada-terra firme-subsolo.

Oficialmente a colonização foi estabelecida pela Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecido por Estatuto da Terra, e o Decreto n. 59.428/1966, que regulamentou os artigos do Estatuto referentes à colonização e à propriedade. Segundo Ianni (1979),

(...) a Lei de 1964 estabelece que colonização é toda atividade, oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, "pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas". Já o Decreto de 1966 estabelece certa obrigatoriedade de organização dos colonos (parceiros) em cooperativas, ao especificar que a colonização deve promover o aproveitamento econômico da terra "preferencialmente pela sua divisão em propriedades familiares, congregados os parceiros em cooperativas ou mediante a formação de cooperativas de colonização". (IANNI, 1979. p. 57-58, grifo do autor).

Com este amparo legal, o General Emílio Garrastazu Médici definiu as formas de integração da Amazônia, por meio do Decreto-Lei n. 1.106/1970, que criou o Programa de Integração Nacional (PIN). Este programa estabelecia o início das obras para a abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, assim como a colonização e reforma agrária numa faixa de dez quilômetros destas estradas. No mesmo ano é criado o INCRA, através do Decreto-Lei n. 1.110, que se destinaria a promover, coordenar, controlar e

executar a colonização (IANNI, 1979. p. 34). Em 1970 também foi o ano em que "(...) o governo toma conhecimento da organização de núcleos guerrilheiros no sul do Estado do Pará [e, assim] o início um tanto surpreendente e repentino de uma política nova, sistemática e ativa de colonização dirigida na Amazônia parece dever-se, antes de mais nada, às razões de segurança" (IANNI, 1979. p. 34).

Dessa maneira, o PIN teve entre os seus principais eixos a colonização e povoamento da Amazônia, incentivando a migração com a justificativa de criar pequenas e médias unidades de produção agrícola para a produção de alimentos. Contudo, a colonização e povoamento promovida pelo regime militar, além das razões de segurança, destinavam-se à formação de uma mão de obra para os empreendimentos do capital monopolista que se implantariam na região.

Considerando o Estatuto, a distribuição de terras foi realizada através da promessa de compra e venda, ou seja, o título definitivo de propriedade seria emitido após a sua quitação e após passados 20 anos. Esta condição para Oliveira Filho (1988. p. 204-205), juntamente com as condicionantes dos contratos de posse da terra, seriam uma forma de tutela do Estado sobre os colonos.

O que se observa na Amazônia nas décadas de 1960 e 1970, em relação à colonização e reforma agrária, foi a estratégia oficial de manutenção da estrutura fundiária concentradora do país e o controle das tensões sociais com o remanejamento de famílias migrantes para a Amazônia. Estas famílias, na condição de parcelheiros, viveram no controle do aparato estatal, assim como na condição de reserva de mão de obra à expansão do capital na região.

Todo este processo ocorrido na Amazônia representou o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o convívio de relações capitalistas e não capitalistas de produção. Essa contradição na Amazônia foi representada pelo incentivo de uma ocupação do capital monopolista ao lado da promoção da ocupação humana através da distribuição de terras. A esta distribuição pode-se entender por reforma agrária, a qual tenta solucionar a concentração de terras, buscando amenizar as tensões sociais. Nesse sentido, pode-se entender que a reforma agrária

(...) surgiu principalmente, nos países com grande concentração da propriedade privada da terra em poucas mãos, e uma grande massa de camponeses sem terra ou com pouca terra. Nesses países, a reforma agrária foi um instrumento político dos governos para frearem movimentos revolucionários cujo objetivo era a revolução socialista. Por isso, muitos governos passaram a incluir em seus planos de desenvolvimento econômicos a implantação de projetos de reforma agrária para tentar anteciparem-se às revoluções (OLIVEIRA, 2007. p. 82).

O que ocorreu na Amazônia não foi um processo protagonizado pelos sujeitos do campo, os quais já estavam na região ou os que foram se estabelecendo com a colonização. Na verdade, não houve participação de setores populares na concepção dessa reforma agrária praticada pelo Estado brasileiro, assim não pode ser considerada como uma ação camponesa revolucionária. Deste modo, cabe distinguir reforma agrária de revolução agrária, sendo que esta refere-se às lutas no campo e aquela às mudanças na estrutura agrária do país. Segundo Oliveira (2007), as revoluções agrárias

(...) sempre estiveram histórica e estreitamente relacionadas ao conceito de revolução camponesa. Dessa forma, o conceito de revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de uma outra sociedade. (OLIVEIRA, 2007. p. 71).

Nesse sentido, a reforma agrária no Brasil foi concebida a partir das pressões da disputa pela terra entre as lutas populares e os representantes do patronato rural e capital monopolista. Este embate, intensificado pelo processo de redemocratização em meados da década de 1980, teve como resultado o lançamento no Governo José Sarney (1985-1989) do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual possuía uma meta de assentar 1.400.000 famílias em pouco mais de 43.000.000 de hectares.

Já no período dos dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002), o número de 510.302 famílias assentadas foi quase seis vezes superior à somatória dos períodos anteriores¹⁸. Este

¹⁸ Com base nos dados do Sistema de Informações da Reforma Agrária (SIPRA), o número de famílias assentadas em diferentes períodos foram os seguintes: i) até 1984: 19.704; ii) de 1985 a 1994: 67.636; iii) 1995 a 2002: 510.302; iv) 2003 a 2010: 640.860; v) 2011 a 2013 (previsão): 70.000. (INCRA, 2014c).

governo pautou-se pela reforma agrária de mercado, a qual é um modelo que "(...) se insere no rol de ações do Banco Mundial voltadas para compensar seletivamente os efeitos socialmente regressivos provocados pelas políticas de ajuste estrutural, através da liberalização e dinamização de mercado de terra" (PEREIRA, 2013. p. 20). Estes números passaram a ser uma resposta do governo às crescentes ocupações originadas da ação dos movimentos sociais rurais e as repercussões das vítimas dos conflitos violentos.

Diante deste modelo mercantil, os números expressivos foram compostos pelos quantitativos de famílias cadastradas que rapidamente foram homologadas e passaram à condição de beneficiários do I PNRA, muitas sem terem efetivamente recebido um lote de terra. Grande parte destas metas foram compostas por beneficiários assentados na Amazônia, sendo que a principal característica desses assentamentos foi a ocupação a partir de ramais e vicinais abertas na floresta.

Por sua vez, o período do Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 / 2007-2010), teve destaque com o lançamento do II PNRA, que foi marcado por uma meta de 400.000 famílias assentadas até 2006, assim como pela busca pela produtividade e viabilidade econômica dos assentamentos e a universalização do direito à educação nas áreas de reforma agrária. Até o fim do seu segundo mandato, o Governo Lula assentou 640.860 famílias. Contudo, este número foi criticado por Oliveira (2007. p. 163), que considerava uma não reforma agrária no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e INCRA. Para o autor, esse resultado quantitativo agregou números dos novos assentamentos juntamente com o reconhecimento de outras áreas de regularização fundiária como áreas de reforma agrária, processo do qual falaremos mais adiante.

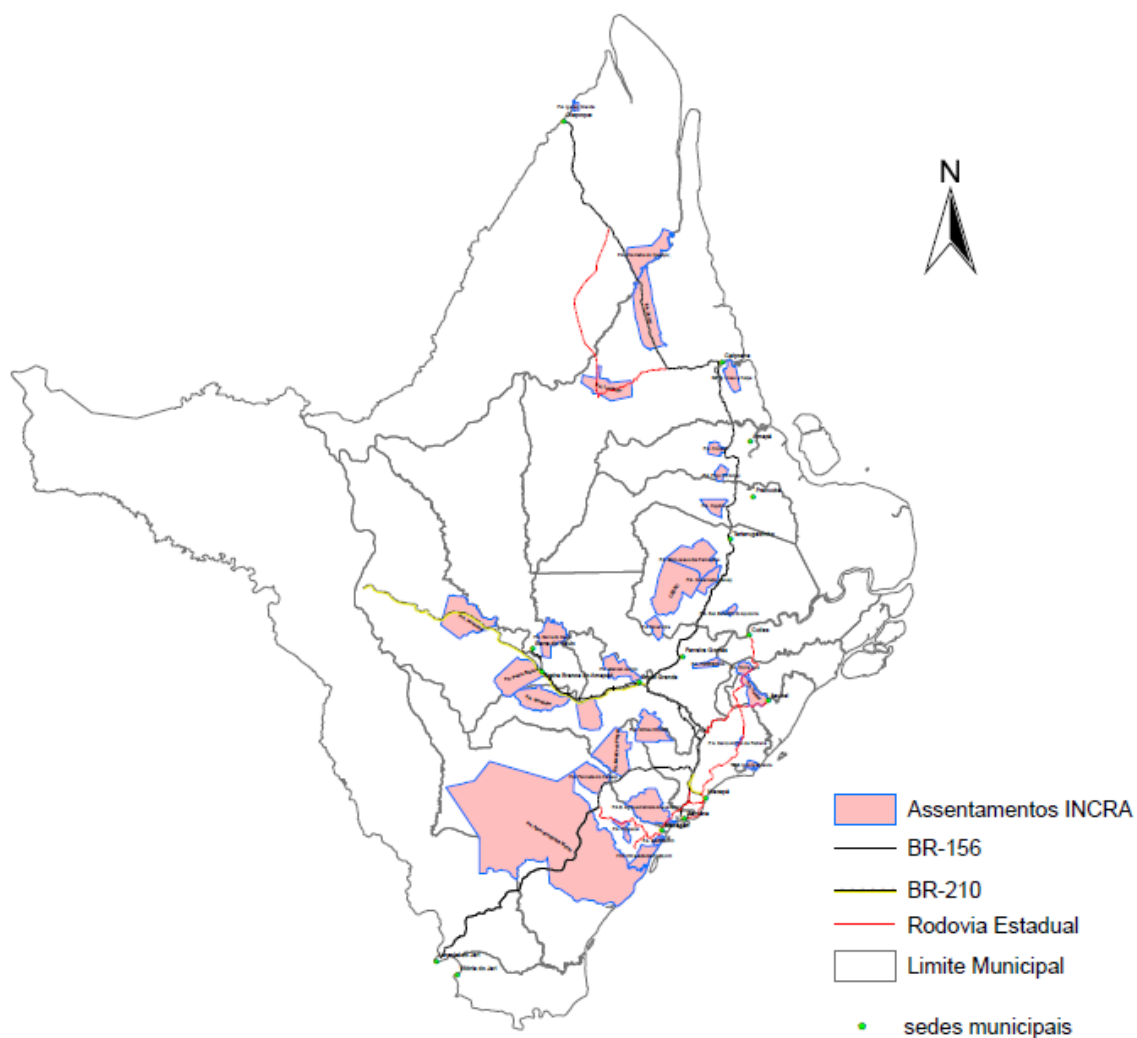
Nesta mesma lógica, pode-se verificar que o Governo Dilma Rousseff (2011-2014) não conseguiu manter a evolução dos números com a previsão de 70.000 famílias assentadas até o fim do seu mandato em 2014.

De todo modo, o simplismo e superficialidade de uma avaliação da reforma agrária através dos números de famílias assentadas não revelam as reais demandas. É sabido que as maiores pressões por reforma agrária sempre estiveram presentes nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

Contudo, a Amazônia tem se mantido como a grande fronteira responsável pelo cumprimento de metas.

No Estado do Amapá, a reforma agrária através dos projetos de assentamento está distribuída entre 45 projetos, dos quais 36 foram criados pelo INCRA (FIGURA 6) e nove reconhecimentos, sendo uma reserva extrativista, sete projetos na esfera estadual e um municipal. Das áreas de reforma agrária no Estado do Amapá, segundo INCRA (2014), são beneficiários do PNRA 13.908 famílias (TABELA 1), as quais vivem em ramais/vicinais, rios/igarapés, cerrados e florestas (INCRA, 2014a).

Figura 6 – Distribuição dos projetos de assentamentos do INCRA no Amapá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Tabela 1 – Projetos de reforma agrária no Amapá e número de famílias assentadas

Áreas de reforma Agrária	Área (ha)	Famílias assentadas	Áreas de reforma Agrária	Área (ha)	Famílias assentadas
TOTAL	2.191.446,84	13.908	Piquiazal	26.000,00	230
Piquiá do Amapá	3.670,00	65	Maracá	569.208,54	1498
PA. Cruzeiro	5.930,06	92	Pancada do Camaipi	24.054,83	386
PAE Sucuriju	9.577,59	116	Rio Cajari	501.771,10	1457
PA Carnot	72.000,00	268	Barreiro	2.113,24	100
PA. Lourenço	26.600,00	265	Foz do Mazagão Velho	13.835,26	193
PE Mutum	7.000,00	83	Vila Velha do Cassiporé	28.000,00	148
Irineu e Felipe	10.681,28	188	Igarapé Grande	3.662,64	34
Ferreirinha	5.389,69	124	Perimetral	34.000,00	407
Itaubal	13.534,83	201	Pedra Branca	251.188,00	391
Igarapé Novo	84,66	35	Munguba	32.672,89	338
Nazaré Mineiro	3.000,00	95	Nova Colina	26.643,15	309
Corre Água	210.200,00	103	Manuel Jacinto	16.390,64	270
Padre Josimo	352,09	53	Nova Canaã	20.554,00	328
Doutora Mércia	571,36	70	Cujubim	13.000,00	220
Santo Antônio da Pederira	735,92	96	Matão do Piaçacá	42.904,32	501
Ilha do Curuá	26,776,51	1325	Anauerapucu	37.058,44	494
Ilha do Marinheiro	1.946,00	806	Serra do Navio	25.000,00	135
Ilha do Franco	10.501,00	390	Bom Jesus	33.031,03	395
Ilha do Brigue	2.500,00	554	Cedro	47.970,00	573
Ipixuna Miranda	2.849,46	92	São Benedito do Aporema	2.900,00	33
Carapanatuba	3.706,95	129	Nova Vida	9.511,37	162
Nossa Senhora da Conceição	1.065,03	75	Governador Janary	11.304,79	81

Fonte: INCRA, 2014a.

De modo geral, a contradição da reforma agrária brasileira na Amazônia reside na estratégia, repetida nos seguidos governos, de utilizar as diferenças regionais como justificativa para atenuar as pressões sociais por

reforma agrária. Esta lógica contraditória foi ilustrada durante o Governo do General Médici com a frase: “um homem sem terra do Nordeste e a terra sem homens da Amazônia”. A relação deste momento histórico com a reforma agrária estava em outra estratégia, a de apresentar o processo de colonização como a efetivação da reforma agrária, ao passo que mantinha inalterado os latifúndios nas demais regiões.

De certa forma, estas estratégias ainda persistem na Amazônia, sendo que as mudanças, principalmente em torno do reconhecimento do modo de vida extrativista, só ocorreram em razão da luta dos sujeitos do campo amazônico.

2.2. Extrativistas: a floresta como território

As diversas formas de exploração da Amazônia nos últimos séculos sempre deixaram de lado os sujeitos originais desta região ou aqueles que se originaram das contradições desta exploração. Contudo, os vários exemplos de resistência passaram a representar as lutas por afirmação, identidade, modos de vida, enfim, por território.

No fim da década de 1980, o PIN já tinha deixado os seus resultados infaustos na Amazônia, como a intensificação dos conflitos pela terra entre os diferentes sujeitos sociais e econômicos. Entretanto, com a redemocratização e a Constituinte de 1988, vários sujeitos do campo brasileiro entraram no embate para reivindicarem as suas diversas demandas por direitos.

O que há de novo é a manifestação no espaço público por *direitos* daqueles que antes viviam sob a lógica *do favor*. Assim como o capitalismo, para se consolidar em várias regiões do mundo, se fez separando o homem da natureza, mercantilizando a natureza e a força de trabalho, homogeneizando as relações sociais, o que vemos posto por vários desses movimentos sociais é a exigência de um vínculo maior com a natureza, como é o caso dos seringueiros, dos indígenas, das quebradeiras de coco de babaçu ou dos pescadores, entre outros. (GONÇALVES, 2001. p. 128, grifo do autor).

No surgimento destes embates é marcante a valorização da principal característica do *campo* amazônico: a *floresta*. Segundo Silva S. (2007), "(...) a floresta sempre foi habitada, portanto, território usado". Deste modo, "(...) a

convivência do social com o natural gerou padrões de produção em que não havia a ação devastadora do 'humano' (o social) sobre o 'outro' (o natural)" (SILVA, S., 2007. p. 291).

A floresta passou a ser vista em sua dimensão territorial, a partir do momento em que os sujeitos que habitavam a floresta passaram a conhecer a si mesmos na sua condição humana. Assim como também passaram a conhecer o espaço natural em que viviam. Este processo de conhecimento pode ser compreendido em Silva A. (1998), quando explica que "(...) conhecer o território é, inicialmente, conhecer a si mesmo, nas partes e no todo. Em segundo lugar, conhecer o território é conhecer o outro" (SILVA, A., 1998. p. 259).

Portanto, é central a noção de que o território é um produto destes sujeitos sociais em suas resistências e lutas. Deste modo, esses embates para reivindicarem demandas por direitos, são exemplos de como o território da floresta se processa através das relações de poder. Neste sentido, cabe enfatizar a relação entre território, atores sociais e poder definidas por Raffestin (1993), na qual

(...) o território (...) não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um "processo" do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (...). (RAFFESTIN, 1993. p. 7-8).

Nesta produção do território, a partir do conhecimento do espaço vivido e da manifestação das relações de poder, surgiu a consciência da participação dos sujeitos sociais na construção e luta da floresta como uma dimensão territorial¹⁹.

O que se viu na Amazônia foram vários sujeitos oprimidos pelo avanço do capital reagirem pela sobrevivência do seu modo de vida e territorialidade. Neste contexto, os conflitos por terra revelaram, na verdade, uma luta pelo território de vida destes sujeitos. Segundo Loureiro (2004), esses sujeitos na Amazônia

¹⁹ Segundo Andrade (2004), "a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas." (ANDRADE, 2004. p. 20).

(...) são povos que, por continuarem vivendo do extrativismo vegetal ou dele, mas conjugado à pequena agricultura, exigem uma natureza plena e um espaço amplo para desenvolverem suas atividades. Para eles a noção de território vem exigindo uma definição, uma justificativa, uma negociação e vem implicando em conflitos. (LOUREIRO, 2004. p. 259).

Portanto, nessa luta pelo território da floresta os seringueiros são o principal exemplo de sujeitos que construíram esta territorialidade, principalmente após a crise da economia da borracha. Segundo Silva S. (2007),

(...) na emersão de modos de vida camponeses na floresta pelos seringueiros, sua territorialidade foi reforçada quando desenvolviam uma produção agroextrativista voltada para a auto-sustentação familiar. Assim, firmavam seus modos de vida em bases mais sólidas nas colocações, sem o poder de coação intensa do barracão; redescobriam e recriavam valores da vida familiar e comunitária em suas práticas sociais, culturais e religiosas. (SILVA, S., 2007. p. 297).

É na emergência desse modo de vida que os seringueiros passam a lutar pela floresta como a base da sua produção e, conseqüentemente, do seu território. Neste contexto, Silva S. (2007) elucida que

(...) na produção do espaço local, o seringueiro não se colocava como territorialidade remanescente, mas como territorialidade emergente na busca de superar a estrutura em que esteve submetido, no seringal. Para isso tinha exatamente na produção florestal, seu ponto de resistência. A floresta estava para ele tal qual está a terra da "colônia" (lote ou sítio) para o colono. Quando essas "novas forças" da rearticulação econômica e territorial do capitalismo lhes ameaçavam, é que se manifestam as condições objetivas para a reação coletiva como um *campesinato da floresta*. (SILVA, S., 2007. p. 298, grifo do autor).

Essa reação coletiva, diante do avanço da fronteira agropecuária, tem na luta dos seringueiros acreanos o seu maior expoente. Neste contexto, a luta destes sujeitos se dará em torno da floresta, num enfrentamento contra o desmatamento e na defesa do modo de vida dos *povos da floresta*²⁰. Assim, a resistência passa a ser a maior estratégia deste movimento de luta, através dos

²⁰ Sobre a ideia de povos da floresta, Chico Mendes definiu como uma aliança entre os seringueiros e os indígenas. Foi a estratégia encontrada para unificar as lutas destes povos, que historicamente viveram em conflito. Nesta aliança perceberam que a culpa por estes conflitos era daqueles que os exploravam (seringalistas, banqueiros, por exemplo). (GRZYBOWSKI, 1989. p. 26).

empates²¹, os quais "(...) defendem a terra florestal como forma de sua manutenção, enquanto sujeitos sociais que são" (SILVA, S., 2007. p. 299).

Diante de toda a força da modernização capitalista na região, a resistência passou a ser a saída dos pequenos diante dos grandes e, neste caso, a história de vida do maior líder seringueiro foi um exemplo, pois: "(...) resistir foi a lição de cidadania que nos deixou Chico Mendes, o homem da floresta" (GRZYBOWSKI, 1989. p. 15).

A luta dos seringueiros por reconhecimento de sua identidade e respeito ao seu modo de vida inevitavelmente provocou embates dentro do movimento, o que culminaria na mais relevante proposta política dos seringueiros: as reservas extrativistas.

Os seringueiros a princípio, sob a direção política da Contag, se colocavam como posseiros. A partir dessa condição pleiteavam o reconhecimento da propriedade. Chegaram mesmo, a partir de confrontos, dos "empates", a negociar a troca de suas *colocações* de seringa por outros lotes. No entanto, já no início da década de 1980 começaram a perceber a situação de miséria e abandono a que estavam submetidos os colonos dos Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADS) ou os seringueiros que haviam trocado suas antigas *colocações* de seringa por lotes. A partir daí, e já sob a liderança política do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri e de Chico Mendes, em oposição à Contag do Acre, começam a formular uma proposta política original e que combinava a luta pela terra com a luta por seu modo de vida seringueiro. (GONÇALVES, 2001. p. 131, grifo do autor).

Nas palavras de Chico Mendes, as reservas extrativistas seriam uma alternativa econômica, ecológica e social para a Amazônia, pois, segundo Grzybowski (1989)

²¹ Nas próprias palavras de Chico Mendes, transcritas por Grzybowski (1989), os empates eram a estratégia de luta dos seringueiros, através da resistência pacífica contra os desmatamentos: "(...) os empates são feitos através de mutirões dos seringueiros. À medida que os seringueiros tomam conhecimento de que têm companheiros ameaçados pelo desmatamento, que uma área está sendo ameaçada pelo desmatamento dos fazendeiros, se reúne várias comunidades, principalmente a comunidade afastada, organizam-se assembleias [sic] no meio da mata mesmo e tiram-se lideranças, grupos de resistência que vão de colocar diante das foices e das motosserras de maneira pacífica, mas organizada. Tentam convencer os peões, que estão ali a serviço dos fazendeiros, a se retirarem da área. Em seguida, os seringueiros costumam desmontar os acampamentos e forçar a retirada dos peões. (...) O interessante é que o empate é composto de homens, mulheres e crianças. As mulheres sempre costumam sair na linha de frente, como bandeira, pra evitar que a política possa atirar. (...) Até o momento, nosso movimento é pacífico. Tentamos vencer e lutar com a não-violência. O movimento acha que ainda é possível se criar fatos políticos e resistir pacificamente". (GRZYBOWSKI, 1989. p. 38-39).

(...) descobrimos que para se garantir o futuro da Amazônia era necessário criar a figura da reserva extrativista como forma de preservar a Amazônia, mas como forma econômica, como proposta econômica ao mesmo tempo. Esta é uma discussão que ainda tem que ser aprofundada mais um pouco. Agora, o que nós pensamos inicialmente? Nós entendemos, os seringueiros entendem, que a Amazônia não pode se transformar num santuário intocável. Por outro lado, entendemos, também, que há uma necessidade muito urgente de se evitar o desmatamento que está ameaçando a Amazônia e como isto está ameaçando até a vida de todos os povos do planeta. A gente pensou inicialmente em criar esta alternativa de preservação da floresta, mas uma alternativa ao mesmo tempo econômica. Então pensamos na criação da reserva extrativista. (GRZYBOWSKI, 1989. p. 24).

Os seringueiros enfrentaram a duras penas a efetivação da sua principal pauta de luta. Mesmo diante de toda a repercussão nacional e internacional da resistência dos seringueiros na Amazônia, o Governo Federal não reconhecia as reservas extrativistas como alternativa agrária e mantinha a política tradicional de colonizar como solução. Foi apenas após o assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, pela reação violenta dos latifundiários do Acre, que "(...) as reservas extrativistas foram efetivadas como projeto de desenvolvimento territorial em que se legitimava a condição de ser do seringueiro no seu espaço historicamente produzido na floresta" (SILVA, S., 2007. p. 299).

Deste modo, a reserva extrativista (RESEX) passou a ser a reforma agrária dos extrativistas, mais do que uma questão de assentar famílias seria a busca "(...) pelo reconhecimento de seu direito à terra, mas também ao seu modo de vida formado na interação com a floresta" (SILVA, S., 2007. p. 301). A conquista das reservas extrativistas através da luta coletiva dos seringueiros apresenta-se para a Amazônia como "(...) um modelo de desenvolvimento que se faça como e a partir de populações que têm um saber tecido na convivência com a floresta" (GONÇALVES, 2001. p. 132).

Considerando que os modelos de desenvolvimento da Amazônia sempre foram propostos de fora para dentro, revelando que antes da pretensão do desenvolvimento, está o desejo da mais pura exploração, a RESEX é o exemplo de construção de dentro para fora, a partir do protagonismo dos sujeitos do campo amazônico. Assim, a vitória dos extrativistas também representa as possibilidades que estes sujeitos tem de

(...) criar uma relação nova da sociedade civil com o Estado que merece ser analisada, ainda mais num momento como o que vivemos, em que a reforma do Estado está posta e, via de regra, a partir de matrizes políticas, sociais e culturais que não partem dos setores populares. (GONÇALVES, 2001. p. 133).

Como ação política popular pelo território da floresta, a experiência dos extrativistas passa a fazer parte das políticas conservacionistas e preservacionistas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), ao invés da política agrária do INCRA (SILVA, S., 2007. p. 301). Considerando a lógica da colonização e reforma agrária praticada na Amazônia, a *escolha* pela política do IBAMA reside na pouca participação popular na constituição da política agrária do INCRA, principalmente, na criação de projetos de assentamentos e como estas instituições não se adéquam a realidade do território da floresta.

Mesmo diante da tutela do IBAMA e atualmente do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBIO), a relação dos extrativistas com o Estado passou a ser um exemplo de construção participativa na gestão da política pública, pois a RESEX é "(...) reconhecida como uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Direto, cabendo à organização dos moradores traçar Planos de Utilização que serão submetidos ao órgão gestor" (SILVA, S., 2007. p. 301). Desta maneira, abriu-se uma possibilidade de diálogo entre sociedade civil e Estado, que podem compreender a floresta como um território na questão agrária brasileira.

"A RESEX combina assim o usufruto de cada família individualmente e a propriedade comunitária, (...) mas sob a gestão participativa das entidades da sociedade civil organizada, tendo em vista garantir um uso sustentado dos recursos naturais e, assim, gerando as condições institucionais para que se vá além de um desenvolvimento sustentado, mas sim em direção a uma sociedade que dispõe de instituições que apontam para autogestão. Como nenhuma sociedade ou grupo social é auto-suficiente, o vínculo institucional com o Estado abre a possibilidade de diálogo no qual pactos de regulação podem ser ensejados com a sociedade envolvente. (GONÇALVES, 2001. p. 133)

Mesmo as reservas extrativistas estando fora da tutela do INCRA, a lógica extrativista adentra a política agrária do Instituto desde 1986 com a criação de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), sendo que

atualmente já existem as modalidades de Projetos de Assentamentos Florestais (PAF) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). A iniciativa do PAE foi uma resposta aos conflitos entre pecuaristas e seringueiros no Acre e já representam a adoção de um modelo que considera o extrativismo e não somente as práticas agrícolas como atividades abarcadas pela política da reforma agrária na Amazônia. Contudo, segundo Silva S. (2007), "(...) continuam sendo propósitos externos que são impostos à região" (SILVA, S. 2007. p. 301).

Em 2002, o Governo Federal passou a reconhecer as reservas extrativistas como áreas de reforma agrária, na qual as famílias extrativistas passariam a contar como meta de famílias assentadas no PNRA²². Deste modo, o INCRA passou a reconhecer ocupações e usos do solo mais consolidados na região e menos conflituosas do que os modelos tradicionais de assentamentos.

É importante esclarecer que o reconhecimento das reservas extrativistas corresponde às ações de regularização fundiária e não de reforma agrária. Segundo Oliveira (2007), a reforma agrária está relacionada com a de assentamentos originados

(...) de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas, [assim como a regularização fundiária constitui-se no] (...) reconhecimento do direito das famílias (...) já existentes nas áreas objeto da ação (...)." (OLIVEIRA, 2007. p. 168).

Segundo Oliveira (2007), o Governo Lula, através do MDA e INCRA, passaram a considerar o cumprimento da Meta I (assentamentos novos) do II PNRA, somando aos números, por exemplo, da Meta II (regularização fundiária). Entretanto, "(...) sempre foram metas distintas, porque não são as mesmas coisas, pois as formas de obtenção das terras são diferentes" (OLIVEIRA, 2007. p. 163).

As metas do II PNRA não foram cumpridas e, segundo Oliveira (2007), o MDA/INCRA não quis nem fazer a reforma agrária prevista no plano e houve duas possibilidades: ou a base partidária do Governo deveria entender que

²² As reservas extrativistas criadas pelo IBAMA passaram a ser reconhecidas através da Portaria Interministerial MDA/MMA/Nº. 13, de 19 de setembro de 2002.

"(...) a reforma agrária não é mais necessária em termos teóricos, políticos e ideológicos; ou são incompetentes como gestores públicos" (OLIVEIRA, 2007. p. 164-165).

Independente da possibilidade, o reconhecimento das reservas extrativistas nas metas da reforma agrária, assim como a execução de ações do INCRA nestas áreas, demonstram uma gradual introdução da noção dos territórios florestais para dentro das políticas agrárias na Amazônia. Com relação ao INCRA, cabe uma ampliação do diálogo com as reservas extrativistas em torno da gestão participativa das ações gerenciadas pelo instituto, a exemplo da concessão de créditos, assistência técnica, infraestrutura e Educação do Campo.

De todo modo, a luta dos extrativistas ofereceu à Amazônia um modelo de desenvolvimento que não busca reproduzir modelos pensados de fora para dentro. Esta luta, que busca um modelo de desenvolvimento originalmente amazônico, revela a resistência na defesa da histórica organização espacial através do padrão rio-várzea-floresta. Segundo Gonçalves (2001), este padrão,

(...) sob diferentes modos de produção e de vida, as populações tradicionais da região combinavam produção para o mercado com a produção voltada para a produção familiar, ou seja, não pautavam suas vidas por uma preocupação exclusivamente econômico-mercantil. (GONÇALVES, 2001. p. 101).

Portanto, a originalidade dos extrativistas²³ reside no respeito às particularidades regionais e resistência do seu modo de vida. Segundo Loureiro (2004), a Amazônia é um exemplo único no mundo de unidade entre povo e natureza e que, portanto, segundo Loureiro (2004)

²³ Gonçalves (2007), esclarece que a Reservas Extrativista está sendo enriquecida e recriada por populações indígenas e camponesas do México enquanto conceito, demonstrando a originalidade da experiência dos seringueiros da Amazônia. Segundo o autor, "(...) ainda recentemente no México pudemos observar que a idéia [sic] da Reserva Extrativista podia ser enriquecida e recriada a partir de outros contextos. A população indígena-camponesa dos chimalapas reivindicava uma área de 600 mil hectares das florestas das serras do sul do México, entre os estados de Oaxaca e Chiapas, propugnando pela criação da Reserva Campesina de Biodiversidade de Los Chimalapas, inspirados na Reserva Extrativista. Destaque-se que a reivindicação do conceito de Reserva Extrativista pelos chimalapas, ao rebatizá-la com o nome de Reserva Campesina de Biodiversidade, mostra um apreensão profunda do princípio que os seringueiros instituíram, emprestando-lhe um nome ainda mais preciso que aquele que os seringueiros inventaram (...)." (GONÇALVES, 2007. p. 391).

(...) não se pode repetir, com êxito, experiências históricas que deram certo noutros lugares e noutros contextos sociais e naturais completamente diferentes dos sistemas e contextos amazônicos, apenas transplantando-as mecanicamente para a região. Assim, qualquer concepção de desenvolvimento regional deve respeitar este seu caráter singular e se fundar numa experiência original, que leve em conta seu povo, sua cultura e sua natureza. (LOUREIRO, 2004. p. 329).

A aplicação desse modelo de desenvolvimento no Estado do Amapá é exemplificada pela RESEX do Rio Cajari, localizada no sul do Estado entre os municípios de Mazagão e Laranjal do Jari. Esta RESEX possui uma área de 501.771,1014 hectares, onde vivem 1.457 famílias. No âmbito do INCRA, existem oito PAE (Sucuriju, Igarapé Novo, Ipixuna Miranda, Carapanatuba, Nossa Senhora da Conceição, Barreiro, Foz do Mazagão Velho, Maracá e Anauerapucu) e um PDS (Irineu e Felipe), totalizando mais de 600.000 hectares e quase 3.000 famílias assentadas. Ainda existem quatro projetos agroextrativistas estaduais (Curuá, Marinheiro, Franco e Brigue). De modo geral, estas áreas extrativistas estão concentradas no sul e sudeste do estado, confirmando a vocação agroextrativista do Estado do Amapá (INCRA, 2014a).

Capítulo 3. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

Nos últimos 500 anos foi central a construção do pensamento da inexistência histórica e da condição sub-humana dos sujeitos do campo. Segundo Santos B. e Menezes (2009)²⁴, "(...) a negação de uma parte da humanidade é sacrificial na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal" (apud ARROYO, 2012. p 55).

Segundo Santos M. (2008), as ideologias dos atores hegemônicos buscam produzir uma homogeneização do planeta em prol do mercado, o que na verdade aprofunda as diferenças locais. Nessa busca, "(...) o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal" (SANTOS, M., 2008. p. 19). Estas ideologias hegemônicas levam o mundo a um pensamento único, no qual

(...) os processos não hegemônicos tendem seja a desaparecer fisicamente, seja a permanecer, mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é, capazes de uma reprodução própria. (SANTOS, M., 2008. p. 35).

O esforço em compreender a condição histórica de resistência e luta dos sujeitos do campo, no intuito da sua reprodução social, deve ser proporcional ao esforço hegemônico de construção da inferioridade que se estabelece nessa falsa racionalidade universal. Esta iniciativa em buscar as origens dos sujeitos não objetiva uma equiparação com essa racionalidade, mas um enfrentamento entre as formas de pensar que possa revelar a busca pela "libertação do mito da inferioridade de origem", compreendida por Arroyo (2012. p. 185), como o ocultamento e desprezo produzido pelas pedagogias de inferiorização para com a história dos coletivos étnico-raciais, buscando inseri-los nos padrões de poder de dominação/subordinação/classificação.

²⁴ SANTOS, Boaventura Santos; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009.

Considerando a necessidade de uma racionalidade cosmopolita (em oposição a racionalidade indolente, que é uma visão de mundo correspondente a falsa racionalidade universal), Santos B. (2004. p. 779) afirma ser necessário uma sociologia das ausências com a expansão do presente para chegarmos a uma sociologia das emergências com a contração do futuro. Deste modo, a expansão do presente permitirá conhecer e valorizar a "(...) inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje", assim como a contração do futuro levará a "(...) possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através de actividades (*sic*) de cuidado" (SANTOS, B., 2004. p. 794).

Nessa possível relação em que o passado revela as suas ausências no presente e este, construído, emerge no futuro, podemos proceder com um recorte em torno da educação. Assim é possível uma análise sobre a resistência e luta contra a marginalização, exclusão e esquecimento destes sujeitos do campo.

3.1. A Educação do Campo: a luta pela emancipação dos sujeitos do campo

Compreendermos que é na educação que a resistência e luta podem construir a emancipação social frente a condição de opressão, que é combatida por uma pedagogia do oprimido, definida como

(...) aquela que tem de ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, P., 2005. p. 34).

Segundo Freire P. (2001), dessa opressão, construída a partir de uma cultura hegemônica, teremos a ideologia discriminatória. É desta discriminação que "(...) a cultura discriminada gesta a ideologia de resistência" (FREIRE, P., 2001. p. 18). Contudo, não é possível compreender esta resistência sem dois momentos:

(...) primeiro, sem uma compreensão crítica da história, na qual, finalmente, essas relações interculturais se dão de forma dialética, por isso, contraditório e processual. Segundo, sem projetos de natureza político-pedagógico no sentido da transformação ou a reinvenção do mundo. (FREIRE, P., 2001. p. 18).

Portanto, caminhar rumo a um futuro de possibilidades é lutar no presente contra um futuro de determinações, em que "o amanhã para eles e para elas é sempre o seu presente de dominadores sendo reproduzido, com alterações adverbiais. [Como por exemplo,] é negra *mas* é muito inteligente." Nesta busca pelas possibilidades, "(...) a História não apenas é mas também demanda liberdade" (FREIRE, P., 2001. p. 19). Deste modo, "(...) pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade" (FREIRE, P., 2001. p. 20).

Nesta luta pelas possibilidades, os diversos sujeitos do campo amazônico e amapaense também buscam a sua libertação através da educação. Como forma de resistência contra a opressão desumanizadora, eles somam-se aos demais sujeitos do campo brasileiro para construir na Educação do Campo o projeto de natureza político-pedagógico que os levará no sentido da transformação do mundo.

Assim, observar os sujeitos do campo diante do pensamento único, da inexistência histórica, da condição sub-humana, da inferiorização de origem, da racionalidade indolente e da ideologia discriminatória, não poderia provocar outra reação que a luta. Contudo, esta reação só foi e é possível diante da consciência sobre a opressão destas racionalidades, ou seja, "se a tomada de consciência abre o caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão" (WEFFORT, 1967²⁵ apud FREIRE, P., 2005. p. 24). Assim, os sujeitos conscientes são sujeitos de história e, portanto, revolucionários, pois "é a tomada de consciência política - das populações primitivas - que tornou nosso século (XX) o mais revolucionário da história" (HOBBSAWN, 2002 apud ARROYO, 2007. p. 195).

²⁵ Francisco Weffort. Prefácio a Paulo Freire. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. (Cf. FREIRE, P., 2005, p. 24)

A luta social foi elemento fundamental na história destes sujeitos, pois segundo Arroyo (2012), "(...) a história oficial contada do campo, da desterritorialização seria outra se os movimentos sem terra, indígenas, quilombolas, ribeirinhos não se mostrassem resistentes, históricos" (ARROYO, 2012. p. 194). Como sujeitos de história, a luta passa a se contrapor ao pensamento da inexistência histórica, a qual foi enraizada desde a pedagogia colonizadora (a exemplo da educação missionária) e residindo hoje, por exemplo, na *educação bancária*, que segundo Freire P. (2005) serve aos opressores e jamais se orientará "(...) no sentido da conscientização dos educandos" (FREIRE, P., 2005. p. 70).

Neste sentido, a luta dos sujeitos do campo é pela humanização, identidade, afirmação, direitos que possam garantir estas conquistas, enfim, como nos explica Santos B. (1995), pela emancipação, a qual

(...) não é mais que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social conforme estabelecido na nova teoria democrática (...). (SANTOS, B., 1995. p. 277).

Segundo Santos B. (1995), estas práticas emancipatórias se dariam a partir de novas formas de democracia e de cidadania, que podem ser interpretadas a partir da nova teoria democrática, a qual

(...) deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso que daí resultará permitirá desocultar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo em que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania. (SANTOS, B., 1995. p. 271).

A partir de Santos B. (1995), podemos compreender que não há democracia sem emancipação e, a partir desta, as lutas democráticas se ampliam e se aprofundam nos espaços estruturais da prática social. Segundo Santos B. (2000), os espaços estruturais são "(...) os conjuntos mais elementares e mais sedimentados de relações sociais nas sociedades

capitalistas contemporâneas" (SANTOS, B., 2000. p. 272-273). Estes espaços são os seguintes: o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço de mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e o espaço mundial. Em cada um destes existiriam formas básicas de poder, de direito e de conhecimento característicos da vida social.

Compreendermos em Santos B. (2000), que a forma de poder e direito (na dimensão da comunidade) é monopolizado pelo poder de dominação e pelo direito territorial-estatal, assim como a forma de conhecimento é monopolizado pela ciência na dimensão mundial. Deste modo, diante do reconhecimento da perda do monopólio destas instituições sobre as formas de poder, direito e conhecimento, a emancipação deve ocorrer em todos os espaços estruturais da prática social e não somente no espaço da cidadania. No que diz respeito as formas de conhecimento, Santos B. (2000) explica que as lutas não devem se restringir nas formas de conhecimento do espaço mundial, mas "(...) sim pelas diversas constelações de conhecimentos que as pessoas e os grupos produzem e utilizam em campos sociais concretos" (SANTOS, B., 2000. p. 326).

A cidadania como unidade da prática social, onde encontramos como instituição o Estado, atualmente na sua versão neoliberal, impõe o direito territorial-estatal e o conhecimento válido somente como sendo o científico, que corresponde ao progresso universal e a cultura global. Como o mundo de hoje não tem oferecido soluções para a opressão nas vidas das comunidades exploradas, as formas hegemônicas de poder, direito e conhecimento estão em crise de regulação.

Neste contexto, a luta pela Educação do Campo seria uma luta por outras formas de poder, direito e conhecimento, que historicamente são marginalizadas nos diversos espaços estruturais. Os sujeitos do campo e seus movimentos tem na luta pela educação um campo de lutas por outras formas de conhecimento, o que, conseqüentemente, reflete os anseios de mudanças nas formas de poder e de direito.

Como exemplo, podemos citar a luta dos seringueiros acreanos na década de 1980, que, a partir da floresta, tiveram na educação uma forma

alternativa de construção do conhecimento²⁶. Esta alternativa na forma de conhecimento estava permeada pelas aspirações de mudanças nas relações de poder do Estado e os direitos territoriais na luta pelas reservas extrativistas.

Nas últimas décadas, surgem em várias porções do Brasil inúmeras experiências alternativas de educação, que são resultado das lutas emancipatórias em torno dos modos de vida e dos territórios. Atualmente, a Educação do Campo se caracteriza como um espaço de luta diversificado e com sujeitos diversificados que, segundo Fernandes, Cerioli e Caldart (2004. p. 176),

(...) tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004. p. 176).

A Educação do Campo, portanto, passa a revelar nos diversos espaços estruturais da prática social os "outros sujeitos", que segundo Arroyo (2012) são os imigrantes, os sem-terra, os sem-teto, sem-lugar, os indígenas, os negros, os mestiços, os trabalhadores dos campos, das florestas e das cidades. Todos são definidos pela sua ação coletiva e seu movimento, deste modo passam a ocupar os espaços de conhecimento, articulando a suas lutas ao acesso e à permanência nas instituições do conhecimento e cultura. Assim, entendemos que os sujeitos do campo são aqueles que devem protagonizar uma disputa territorial pelo direito à educação.

Muito além que apenas participante de uma disputa territorial, a Educação do Campo é "(...) uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento territorial" (FERNANDES, 2008. p. 41). Nesta disputa

²⁶ Sobre o projeto de alfabetização desenvolvido pelo CNS [Conselho Nacional dos Seringueiros] com base na pedagogia de Paulo Freire, Chico Mendes afirmou que "(...) tem como objetivo ensinar ao seringueiro a ter mais amor pela floresta, a aprender a viver com a realidade dele, a ter amor, a lutar pela floresta, enfim, descobrir que na floresta existem várias alternativas que podem usar, pode até aprender, fazer outras coisas mais importantes. (...) Foi a partir desta educação, desta escola que até as próprias crianças hoje [1988] estão muito mais sensibilizadas, participam, fazem questão de participar do movimento de resistência, dos empates, porque aquilo já é uma coisa que elas estão aprendendo na escola." (GRZYBOWSKI, 1989. p. 45-46)

territorial, segundo Fernandes (2008) temos dois territórios distintos, os quais estabelecem dois campos: o campo camponês e o campo do agronegócio. Estes dois campos refletem as disputas entre pessoas e mercadorias, entre heterogêneo e homogêneo, entre território como diferentes totalidades e território uno. Assim, as relações de poder entre estes dois campos é que definem os modelos de desenvolvimento.

(...) O agronegócio está, ao mesmo tempo, avançando e agonizando. Seu modelo de desenvolvimento com base na grande escala, no envenenamento dos territórios, na produção de alimentos conservados e ruins para serem vendidos em todo o mundo tem se tornado uma opção para a vida moderna. Mas, a vida moderna também está fazendo outra opção, que é por alimentos saudáveis. E alimentos saudáveis são alimentos produzidos sem veneno, em pequena escala e vendidos em mercados locais e regionais. É desse campo que o camponês participa. É desse campo que estamos falando, quando pensamos em uma Educação do Campo. (FERNANDES, 2008. p. 63-64).

Segundo Silva C. (2004. p. 335), o modelo de desenvolvimento para o meio rural é construído através de disputas políticas no contexto das lutas sociais. Assim, a Educação do Campo, como política pública disputada no Estado, representa o elemento fundamental na construção de uma alternativa ao desenvolvimento posto no campo brasileiro. É certo que esta alternativa deva ser popular. Para tanto, Santos B. (2000) nos diz que

(...) a falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscar novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento. (SANTOS, B., 2000. p. 28)

Como nos lembra Caldart (2008), a questão atual no mundo é o próprio modo de vida que a modernidade capitalista construiu e preparou para a sua autodestruição. Deste modo, está em questão na Educação do Campo

(...) uma política de educação da classe trabalhadora do campo, para a construção de um outro projeto de campo, de país, e que pelas circunstâncias sociais objetivas de hoje, implica na formação dos trabalhadores para lutas anti-capitalistas, necessárias a sua própria sobrevivência: como classe, mas também como humanidade. Formação que inclui a afirmação de novos protagonistas para pensar/construir esta política: os próprios trabalhadores do campo como sujeitos construtores de seu projeto de formação. (CALDART, 2008. p. 72).

No movimento por uma Educação do Campo, Caldadt (2002) destaca que "(...) é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo" (CALDART, 2002. p. 26).

Neste sentido, a disputa territorial pelo direito à educação passa pelas noções de igualdade formal e igualdade material presentes na Constituição Federal de 1988. Segundo Caldart (2008), "o princípio da igualdade formal, prevista no artigo 5º "(...) diz respeito à igualdade de todos perante a lei e constitui o princípio fundamental do Estado Liberal de Direito" (CALDART, 2008. p. 34). Contudo, o artigo 5º refere-se em vários incisos a "igualdades especiais", pois

(...) nem sempre a lei é feita para atingir a todos indistintamente, de forma genérica, independente de sua origem, gênero, raça, condição social, etc. Daí a importância do princípio da igualdade material, que (...) visa criar patamares mínimos de igualdade no campo do acesso aos bens, serviços e direitos sociais (constituindo-se como) o fundamento do Estado Social de Direito. (CALDART, 2008. p. 35).

Para Caldart (2008), o princípio da igualdade material obriga: o administrador a trabalhar para cumprir os objetivos da República Federativa do Brasil (Constituição de 1988, artigos III e IV); o legislador a elaborar programas de ação que concretamente reduzirão as desigualdades sociais (políticas públicas, por exemplo); e o Judiciário a julgar as possíveis omissões dos demais poderes em relação a elaboração e implementação das políticas públicas.

Entretanto, as conquistas tem torno da Educação do Campo não vieram apenas em razão dos direitos garantidos na Constituição ou tão somente pelo cumprimento dos deveres dos três poderes, vieram das reivindicações, dos embates, das ocupações, das machas, enfim, de todas as lutas dos sujeitos em movimento pelo direito à educação. É destas lutas que os sujeitos, segundo Arroyo (2003), irão descobrir e aprender sobre a sua condição de sujeitos de direitos. É da luta pela educação que "(...) vai mudando a velha auto-imagem que os próprios setores populares carregavam como clientes agraciados pelos políticos e governantes" (ARROYO, 2003. p. 30). É

apenas através da luta que os sujeitos do campo conquistam e aprendem sobre seus direitos.

Como marco deste aprendizado temos a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada pelo MST, que, saídos de vários cantos do país, levaram à Brasília em abril de 1997 várias reivindicações dos povos do campo. Com relação à Educação do Campo, o resultado da marcha se concretiza em abril de 1998 com a criação do PRONERA. O programa passaria a ser um marco nas conquistas dos direitos à Educação do Campo.

3.2. PRONERA: política pública, emancipação e cidadania

A busca por uma pedagogia da liberdade, um projeto educacional emancipatório e a afirmação, disputa e conquista dos espaços do saber fizeram parte das lógicas e diálogos que culminaram com a criação do PRONERA em 1998²⁷. A partir de então, o programa passou a representar uma política pública na educação que destinou-se a desenvolver uma dinâmica participativa e mobilizadora em torno da promoção da alfabetização, escolarização, graduação e pós-graduação para jovens e adultos residentes nas áreas de reforma agrária no Brasil.

O PRONERA passou a ser uma referência para compreender a definição de política pública, a qual deve considerar "(...) o aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos", assim como inserir as "(...) possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais" (SOUZA, C., 2007. p. 69). Assim, a partir desta dinâmica participativa e mobilizadora, o PRONERA passou a se articular através da cooperação entre movimentos sociais e sindicais, instituições de ensino e INCRA.

Deste modo, o PRONERA pode ser considerado como uma política pública em que sua regulação é marcada pela busca do exercício pleno da democracia, através da luta pelo direito à educação para os sujeitos do campo. Este exercício pleno passa antes pela formulação da política pública, que, segundo Souza, C., (2007), "(...) constitui-se no estágio em que governos

²⁷ O PRONERA foi criado em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº.10/98 do Ministério Extraordinário de Política Fundiária.

democráticos trazudem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real" (SOUZA, C., 2007. p. 69). Entretanto, nem sempre propósitos e plataformas eleitorais atendem às diferentes demandas, as quais só se transformam em programas e ações no embate entre os diferentes grupos sociais e os governos. Ou como nos diz Santos B. (1995), "(...) que a renovação da teoria democrática assenta, antes de mais, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao acto (*sic*) de votar" (SANTOS, B., 1995. p. 270).

O PRONERA apresentou-se no âmbito do planejamento das políticas públicas em educação como uma referência no período pós-Constituição de 1988. A partir dos seus princípios básicos²⁸, o PRONERA pode ser inserido no rol das políticas públicas que se implementaram como a inserção ativa de atores sociais surgidos no processo de redemocratização do Brasil, a exemplo do MST, fundado em 1984.

Esta forma de implementação do PRONERA é para os movimentos sociais uma forma de territorialização das suas lutas para dentro dos espaços do Estado até então inacessíveis. Assim, as formas de interação e articulação entre os grupos sociais e os governos se configuram numa aliança que vem reconfigurando a burocracia estatal.

Nesta burocracia-profissional, explicada por Barroso (2006. p. 51), "(...) como duas formas de coordenação que permitem que o Estado Providência se organize em torno do 'interesse público' (...) e do 'bem 'público' (...)", temos o avanço de uma regulação transnacional, que representa uma auto-regulação do mercado sobre o Estado. Neste contexto, o PRONERA aparentemente constitui-se como uma política pública que representa a hibridização entre estas duas formas de regulação. Contudo, a aliança entre grupos sociais e os

²⁸ O PRONERA tem como princípios: a *inclusão* dos sujeitos do campo na indicação das demandas educativas, nas formas de participação e na gestão; a *participação* das comunidades das áreas de reforma agrária e seus movimentos nas decisões sobre a elaboração, execução e acompanhamento dos projetos; a *interação* entre diferentes atores (órgãos governamentais, instituições de ensino e movimentos sociais) em prol da formação continuada e profissionalizante no campo; a *multiplicação* de educadores, agentes mobilizadores e articuladores de políticas públicas para as áreas de reforma agrária; e a parceria através de uma gestão participativa que objetiva a construção coletiva no acompanhamento e na avaliação dos projetos (INCRA, 2011. p. 14-15, grifo do autor).

governos faz com que o PRONERA esteja mais para o que afirma Dubet²⁹ (2002):

(...) as grandes arbitragens éticas e políticas (...) são delegadas aos actores [sic] de base, que devem, deste ponto de vista, comportar-se como sujeitos políticos e morais obrigados a deliberar e a produzir arbitragens. (apud BARROSO, 2006. p. 65-66)

Esta reconfiguração burocrática, entendida por Barroso (2006) como uma metarregulação, que significa uma tentativa de superação da dicotomia entre Estado e mercado, nos leva a enfatizar a importância de políticas públicas implementadas sob uma intervenção do Estado embasada numa "(...) plena inclusão de todos os cidadãos (particularmente dos que até aqui têm sido sistematicamente excluídos, do interior e do exterior)" (BARROSO, 2006. p. 67).

Para além da condição de política pública, o PRONERA também é uma referência no confronto com às ideologias dominantes e os contextos sociais e políticos desta dominação, que fazem parte das práticas pedagógicas tradicionais. A construção dos projetos, tendo como protagonistas os sujeitos do campo, representam uma ação coletiva que permite o reconhecimento da condição de oprimido e a materialização do compromisso com um projeto de transformação. Assim, teremos o que Freire P., (2005) define o que deva ser o engajamento, "(...) a presença dos oprimidos na busca de sua libertação" (FREIRE, P., 2005. p. 64).

Podemos também considerar que o PRONERA é um abrigo para as outras pedagogias, construídas pelos outros sujeitos, dos quais nos fala Arroyo (2012). A própria história de criação do programa revela a iniciativa em ocupar o *latifúndio do saber*. Neste ponto, o PRONERA é uma estratégia que possibilita a participação dos sujeitos na desestruturação da desumanização posta ao campo.

Como estratégia, o PRONERA se materializa na iniciativa de garantir a disputa pelo território do saber, que torna-se, diante do sofrimento e conflito deste processo, a oportunidade em potencializar, segundo Santos B. (1996), a indignação, a rebeldia e o inconformismo. É assim que o PRONERA pode

²⁹ DUBET, F. *Le déclin de l'institution*. Paris: éditions du Seull, 2002.

torna-se um compromisso em prol de um projeto emancipatório, uma ponte sob a divisa abissal, do qual nos diz Santos B. (2010), entre o *nós* e os *outros*.

Seja como política pública e como projeto emancipatório, o PRONERA possibilita o surgimento de outras formas de participação política, nas quais a cidadania, segundo Santos B. (1995), deve ser um conceito que vá além das obrigações verticais entre Estado e cidadãos. Deve ser compreendido como obrigações horizontais.

Portanto, a experiência de 16 anos do PRONERA pode ser considerada como um exemplo de educação para a cidadania. Esta experiência, que se caracteriza pela construção e luta por uma Educação do Campo e pelos próprios fins da educação, se deu através da luta de classes existente na sociedade brasileira. É deste embate que a educação é vista como a busca da liberdade através da cidadania. É desta liberdade que os sujeitos do campo constroem o seu educar e não se deixam conformar diante dos conhecimentos sistematizados.

Segundo Ferreira (1993. p. 12), a partir de críticas a Saviani (1987)³⁰, a posse de conhecimentos não garante a cidadania e a "disciplina e organização (...) tanto podem servir para transformar como para conformar." Para tanto, Ferreira (1993) lança uma questão: "que tipo de sociedade queremos instruir, uma sociedade de massas ou de homens?" (FERREIRA, 1993. p. 12).

Não há dúvida que o PRONERA se estabelece como uma alternativa na construção de uma sociedade de mulheres e homens concretos e protagonistas da sua própria história. Neste sentido, Ferreira (1993), através da leitura de Giroux (1986)³¹, esclarece que a racionalidade emancipatória, a partir da dialética da crítica-ação na sociedade, leva a consciência e esta, por sua vez, faz a história. Assim, segundo Giroux (1968), uma teoria da educação para a cidadania agrupa a crítica histórica, a reflexão crítica e a ação social.

Se considerarmos as condições históricas que levaram a criação do PRONERA, principalmente em relação a mobilização dos movimentos sociais, a garantia dos direitos dos povos do campo e as estratégias de ação coletiva

³⁰ SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez/Autores associados, 1987.

³¹ GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis, Vozes, 1986.

em torno da Educação do Campo, podemos considerar que o programa conjuga-se perfeitamente como um projeto para a cidadania.

Desta forma, as possibilidades de efetivação da cidadania, através da educação, são significativas no PRONERA. A construção dos projetos ocorre através de uma disputa política, mediante o diálogo entre todos os sujeitos (movimentos sociais e sindicais, instituições de ensino e INCRA). A própria construção torna-se um ato de cidadania e, assim confere aos sujeitos a condição de cidadãos. Segundo Ferreira (1993), a cidadania aplicada ao sujeito, "(...) serve para identificá-lo na esfera pública." Assim, "(...) o Estado polariza os conflitos que o direito à cidadania acarreta" (FERREIRA, 1993. p. 20).

Portanto, a consciência de que o Estado é responsável pelo acesso a educação e, para tanto, precisa ter seu espaço ocupado, faz com que os movimentos sociais levem para dentro da estrutura do Estado a sua cidadania efetiva em contraponto à concepção tradicional de cidadania como uma participação passiva no conjunto da sociedade.

Diante do exposto, devemos compreender quais as possíveis dificuldades que os sujeitos do campo enfrentam para concretizar os projetos do PRONERA e, conseqüentemente, fazer desta política pública um verdadeiro projeto emancipatório e de pleno exercício da cidadania.

Portanto, a partir desta pretensão cabe um recorte temático que represente essa dificuldade entre os sujeitos do campo amazônico. Para tanto, a presente análise terá como foco os sujeitos do campo amapaense, que organizados em tono de lideranças ou através de associações, sindicatos e cooperativas representam, ao seu modo, a luta por uma Educação do Campo.

Capítulo 4. OS SUJEITOS DO CAMPO AMAPAENSE E OS PROJETOS DO PRONERA

O INCRA é a instituição pública responsável pela implementação do PRONERA. Possui como um dos seus princípios a parceria, o que possibilita a seguinte característica ao programa:

(...) uma gestão participativa, cujas responsabilidades são assumidas por todos em uma construção coletiva no acompanhamento e na avaliação dos projetos pedagógicos. A parceria é a condição para a realização das ações. Os principais parceiros são os movimentos sociais e sindicais do campo e as instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, além dos governos municipais e estaduais. (INCRA, 2011. p. 15)

Nessa gestão participativa, os projetos construídos coletivamente têm como um dos seus princípios o diálogo, que faz da articulação entre movimentos sociais e sindicais, instituições de ensino e INCRA a base dos projetos do PRONERA (FIGURA 7). Nesta articulação, os projetos são elaborados em conjunto, tendo os movimentos sociais e sindicais como indicadores das demandas educacionais, as instituições de ensino como quantificadoras e qualificadoras destas demandas e o INCRA como o ente responsável pela análise e parecer técnico da proposição.

Com base nesta gestão, a eficácia desta política pública só ocorre quando cada um dos seus parceiros assume seu protagonismo na construção coletiva e dialogada dos projetos. Deste modo, a construção coletiva é um preceito essencial das políticas públicas que implementam a Educação do Campo e no PRONERA temos esta essencialidade como um dos requisitos fundamentais para a validade dos projetos.

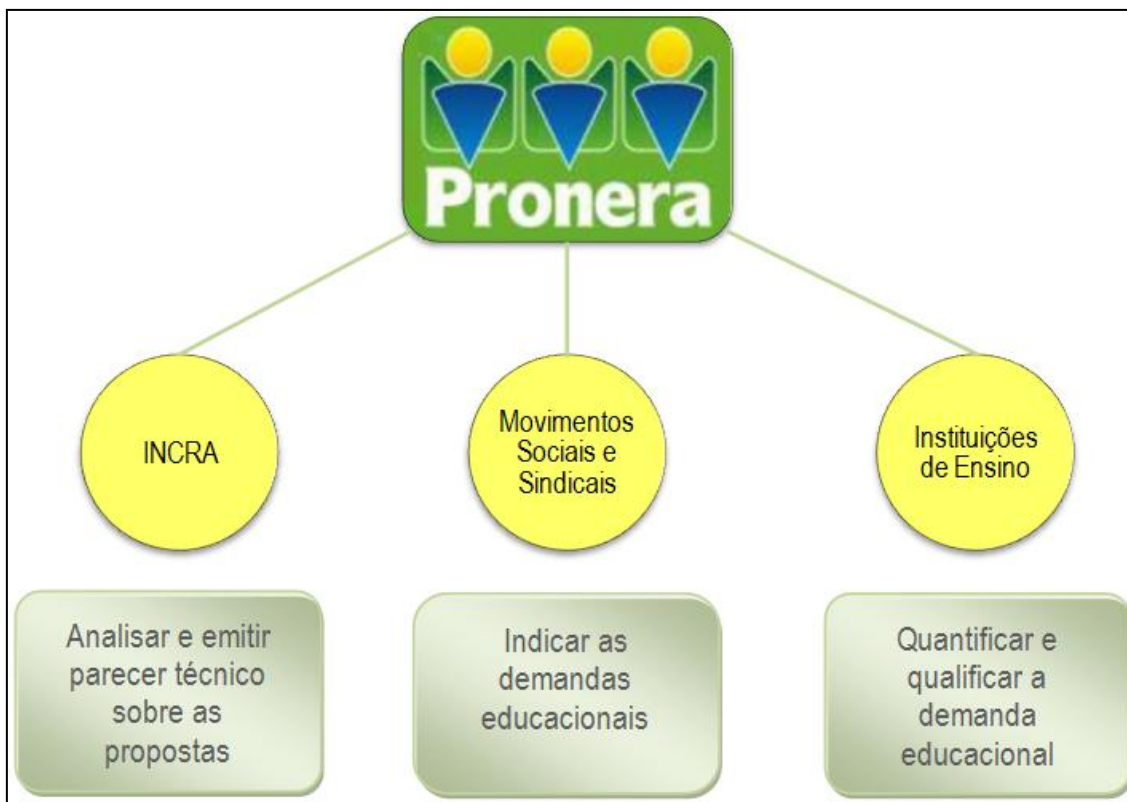
Portanto, cabe ao presente estudo compreender a problemática em torno das dificuldades que os sujeitos do campo amapaense enfrentam para concretizar a sua participação na construção dos projetos do PRONERA.

Nesse sentido, a investigação tem por base uma pesquisa participante, que segundo Demo (2008), com base nas ideias de Hall (1981)³², "(...) é

³² HALL, Budd. L. *Participatory Research, Popular Knowledge and Power: a personal reflection*, in: *Convergence*, XIV, n.3, 1981, p. 7-8.

descrita de modo mais comum como atividade integrada que combina investigação social, trabalho educacional e ação” (HALL, 1981. apud DEMO, 2008. p. 93).

Figura 7 – Gestão participativa, construção coletiva e articulação dos projetos do PRONERA



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Deste modo, esta combinação visa a garantia da análise e intervenção sobre a problemática em questão em conjunto com os sujeitos do campo amapaense envolvidos nos projetos do PRONERA. Assim, é possível, através do Colegiado Executivo Estadual do programa, pensar as melhorias na implementação desta política pública.

Para tanto, essa investigação foi realizada junto aos movimentos sociais e sindicais que demandaram, durante o processo de reformulação, o projeto de Escolarização em anos iniciais do ensino fundamental pela SEED e a primeira proposição do projeto de Técnico em Meio Ambiente pelo IFAP, Câmpus Laranjal do Jari. Neste último, a pesquisa tem o intuito de compreender as interpretações e percepções dos movimentos quanto a construção do projeto.

Também foi utilizado como procedimento de coleta a pesquisa dos seguintes documentos: a) arquivos do Colegiado Executivo Estadual do PRONERA (atas, memorandos, ofícios e anotações); b) os documentos dos convênios na SR-21 já ocorridos (principalmente o processo n. 54350.002346/2004-33, referente ao Convênio n. 001/2005); c) as atuais tratativas para a construção de novas parcerias, concentrando-se no projeto de Curso Técnico em Meio Ambiente pelo IFAP (memorandos, ofícios, projeto e processo n. 54350.000759/2013-74).

Foram realizadas três entrevistas³³ não estruturadas com as lideranças da ATEX-MA, AMAC e AMPRANAZA, entre os dias 14 à 16 de julho de 2014. Contudo, foram realizados pré testes entre os dias 24 à 25 de outubro de 2013 e 24 à 25 de abril de 2014, os quais nos permitiu apurar a observação sobre as comunidades. As questões foram abertas, pois permitiram um maior acesso as interpretações dos entrevistados sobre a construção dos projetos (APÊNDICE A). O processo teve por base Thompson (1992), que nos explica que

toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.” (THOMPSON, 1992, p.197)

Deste modo, o principal objetivo do presente estudo é compreender as dificuldades que os diferentes sujeitos do campo amapaense enfrentam para concretizar a construção dos projetos do PRONERA. Também se objetiva de modo específico: a) identificar os movimentos sociais que participam ou podem participar da construção dos projetos no Estado do Amapá; b) analisar a construção de projetos no Estado do Amapá e como tem se dado a participação dos movimentos sociais como protagonistas da política pública; c) compreender as causas da ausência ou dificuldades de organização e representatividade dos movimentos sociais na construção de projetos.

Portanto, analisar os sujeitos que têm experiências práticas com o problema em questão é compreender os movimentos sociais e sindicais

³³ Foram realizadas somente três entrevistas, pois este procedimento de coleta de informações esteve focado em pelo menos uma liderança por comunidade que assinou a carta de aceite (APÊNDICE B, APÊNDICE C, APÊNDICE D) do projeto de curso técnico em meio ambiente do IFAP.

existentes, quanto a sua organização, representatividade e participação efetiva na construção dos projetos.

A abordagem pretendida é a qualitativa, visando uma pesquisa aplicada com base no método materialista dialético do marxismo, em particular na relevância da sua *filosofia da práxis*, que segundo Gramsci (1987) é uma possibilidade de construção de uma nova concepção de sociedade em que o sujeito do senso comum se emancipe para o senso filosófico e passe a assumir o seu protagonismo na sociedade. Considerando a unidade entre o senso comum e o senso filosófico, Gramsci (1987) explica que

(...) a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade que deva existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais fossem, organicamente, os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social." (GRAMSCI, 1987, p. 18).

A *práxis*, portanto, é o caminho possível para compreender que a construção dos projetos pode ser, principalmente no momento de diálogo entre os parceiros, a tradução da cultura popular para a linguagem filosófica.

Portanto, é deste modo que a pesquisa torna possível analisar as contradições existentes e as novas contradições que requerem alternativas e estratégias para a efetiva participação dos sujeitos do campo amapaense na construção coletiva dos projetos do PRONERA.

4.1. O PRONERA no Estado do Amapá

A gestão do PRONERA no Estado do Amapá é de responsabilidade da SR-21, através do Serviço de Educação e Cidadania. A gestão possui o acompanhamento do Colegiado Executivo Estadual, o qual possui as seguintes atribuições conforme o seu regimento interno (COLEGIADO EXECUTIVO ESTADUAL DO PRONERA, 2006):

Art. 2º - Constituem atribuições do Colegiado Executivo Estadual do Pronera:

I – Divulgar, articular, implementar, acompanhar e avaliar o programa;
II – Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades de alfabetização, escolarização, em nível fundamental e médio, formação técnico-

profissional de nível médio e de nível superior junto às instituições de ensino públicas e/ou comunitárias sem fins lucrativos;

III – Promover parcerias entre governo do Estado, municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais e instituições de ensino públicas e/ou comunitárias sem fins lucrativos.

IV – Avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas no Estado.

4.1.1. Colegiado Executivo Estadual do PRONERA

Em 1999, foi constituída a primeira composição da Coordenação Estadual do PRONERA, (FIGURA 14, ANEXO A), o equivalente ao atual Colegiado Executivo. Fizeram parte desta composição: INCRA, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), SEED, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sociedade Central dos Agricultores do Amapá (SOCEAP). De 2000 à 2005, não há registros nos arquivos do PRONERA de atas de reuniões do colegiado, os registros eram elaborados por diferentes membros e foram dispersos com o passar dos anos. Contudo, observando o registro do acompanhamento dos projetos do período, a atuação da CPT, Movimentos dos Assentados do Amapá (MAAP), EMBRAPA, INCRA e SEED mostrou-se através de visitas *in loco* as turmas dos primeiros convênios (INCRA, 2004).

A partir de 2006 até 2013, novos integrantes foram se incorporando ao colegiado: Colegiado dos Territórios dos Lagos (CONLAGOS); MAAP; Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Amapá (FETTAGRAP); Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá (RAEFAP); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Instituto de Ensino Superior do Amapá (IESAP); União dos Dirigentes Municipais na Educação (UNDIME); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Sociedade Educacional da Amazônia (SEAMA); IFAP; e Universidade Estadual do Amapá (UEAP). (QUADRO 1) .

Considerando a composição do colegiado no período de 1999 à 2013, podemos observar que não houve a paridade entre movimentos sociais e sindicais com as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos. Contudo,

se considerarmos que o INCRA é a instituição pública responsável pela coordenação do colegiado e, portanto, não entraria diretamente nesta paridade, temos apenas 2008 como o ano de ocorrência de uma paridade na composição do colegiado (GRÁFICO 1).

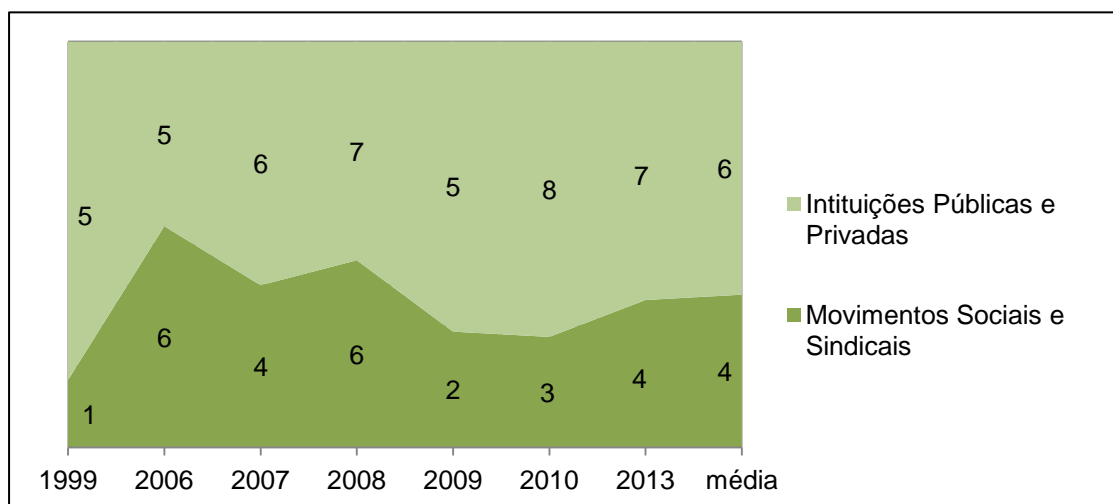
Quadro 1 – Composição do Colegiado Executivo Estadual do PRONERA no período de 1999 / 2006 - 2010 / 2013, Amapá

Ano	Movimento Social	Movimento Sindical	Instituição Pública	Instituição Privada sem fins lucrativos	Outros
1999	CPT	-	INCRA UNIFAP SEED	SOCEAP	EMBRAPA
2006	CPT MAAP CONLAGOS RAEFAP	CUT FETTAGRAP	INCRA UNIFAP SEED	IESAP	UNDIME
2007	CPT MAAP CONLAGOS	CUT	INCRA UNIFAP SEED	SENAI SENAR	UNDIME
2008	CPT MAAP CONLAGOS RAEFAP	CUT FETTAGRAP	INCRA UNIFAP SEED SDR	SENAI SENAR SEAMA	-
2009	MAAP CONLAGOS	-	INCRA UNIFAP SEED	SENAI SENAR	-
2010	MAAP CONLAGOS RAEFAP	CUT FETTAGRAP	INCRA UNIFAP SEED SDR UEAP	SENAI SENAR SEAMA	-
2013	MAAP RAEFAP	CUT FETTAGRAP	INCRA UNIFAP SEED SDR UEAP; IFAP	SENAR	-

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Nota: Os dados desta tabela foram obtidos da análise da Portaria/INCRA/SR-(21)AP/G/Nº 052/99 de 19 de outubro de 1999 e as Atas das reuniões do Colegiado Executivo Estadual do PRONERA no Amapá no período de 1999 / 2006 - 2010 / 2013.

Gráfico 1 – Composição do Colegiado do PRONERA, Amapá 1999 / 2006 - 2010 / 2013



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Nota: Os dados desta tabela foram obtidos da análise da Portaria/INCRA/SR-(21)AP/G/Nº 052/99 de 19 de outubro de 1999 e as Atas das reuniões do Colegiado Executivo Estadual do PRONERA no Amapá no período de 2006 - 2013.

Com relação aos movimentos sociais e sindicais membros, é importante destacar a CPT. Mesmo tendo um papel importante de assessoramento dos sujeitos do campo amapaense, acabou desempenhando o papel de principal movimento social do colegiado de 1999 à 2008.

A CPT representava indiretamente o público do PRONERA, pois tinha o papel de acompanhar as reivindicações em torno dos projetos executados entre os anos de 2000 a 2008³⁴. Nesta condição, a CPT correspondeu à prática das ações das principais pastorais da Igreja Católica, pois engajasse na organização da sociedade civil em torno dos direitos ainda não garantidos. Assim, a luta pelo direito a educação foi o elo de ligação da CPT com o PRONERA e os sujeitos do campo amapaense.

Quanto aos movimentos sociais resultantes das ações diretas dos sujeitos do campo, antes de qualquer comentário sobre as suas atuações é importante compreender brevemente a história recente do Estado do Amapá.

O Amapá antes da sua condição de Estado foi um Território Federal (1943-1988) criado em 13 de setembro de 1943 e, assim, esteve sob

³⁴ Em janeiro de 2009, a CPT oficializou junto ao Colegiado Executivo Estadual do PRONERA a sua saída do colegiado. Alegou que a posição deveu-se as dificuldades em obter dos executores do programa informações necessárias ao acompanhamento dos projetos. Ainda ressaltou que não deixaria de apoiar as reivindicações dos assentados sobre a Educação do Campo.

intervenção direta do Governo Federal. As necessidades da população eram atendidas através da Presidência da República e dos governadores do território, pois o acesso a direitos essenciais como saúde, educação, saneamento básico e outros se davam através da lógica da assistência, o que motivava a cultura do clientelismo estatal como única forma de acesso a direitos. Durante parte considerável do período como Território Federal, o Amapá passou pelo rigor do autoritarismo, seja através do Estado Novo (1937-1945) ou através do regime militar (1964-1984). Consequentemente, o surgimento de movimentos sociais no campo foi quase inexistente e esteve mais relacionada com reivindicações em torno das dificuldades dos colonos e posseiros em escoar a produção, além de acesso à saúde e escola.

Foi a partir do crescimento populacional estimulado por grandes projetos minerais, a redemocratização, a criação dos primeiros projetos de assentamento e a elevação para a condição de Estado, que se abre as possibilidades dos sujeitos do campo amapaense promoverem ações coletivas que reivindiquem demandas, as quais culminariam na criação das associações, sindicatos e movimentos.

É, portanto, em torno das principais reivindicações sobre as dificuldades dos sujeitos do campo nas colônias, posses e assentamentos que temos a formação de movimentos sociais do campo no Amapá. Neste contexto, podemos compreender que os movimentos sociais surgem da luta por direitos que deveriam ser pensados a partir dos sujeitos do campo e não do poder da intervenção estatal durante o período do Território Federal.

Os movimentos sociais, segundo Gohn (2012a. p. 14), expressam uma ação coletiva e são resultados da luta sociopolítica, econômica ou cultural. Possuem como elementos constituintes:

(...) demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias - que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações -, práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. (GOHN, 2012, p. 14)

Segundo Houtart (2006, p. 424) com base em Touraine (1999)³⁵, os movimentos sociais "(...) são mais do que uma simples revolta (...), mais do que um grupo de interesse (...), mais que uma iniciativa com autonomia do Estado (...), nascem da percepção de objetos como metas de ação (...)". É deste modo que se identifica o MAAP como o primeiro movimento que se propõe a ter como meta de ação, a luta pelas demandas em Educação do Campo no PRONERA.

Considerando as categorizações dos movimentos sociais propostas por Gohn (2012b, p. 269)³⁶, podemos definir o MAAP como aquele movimento construído a partir dos problemas sociais que afetam a sobrevivência cotidiana, em particular, das condições de trabalho na agricultura e da vida nos assentamentos.

A sua origem foi influenciada pelo assessoramento da CPT, que, a partir do princípio articulatório interno de um movimento³⁷, caracterizou-se como o assessor que desempenhou papel de destaque dentro do MAAP, com forte influência sobre as deliberações e a própria definição dos elementos constituintes do movimento.

A principal contribuição do MAAP ao PRONERA é a busca por soluções para os problemas que afetavam os projetos de alfabetização e escolarização em anos iniciais, principalmente aqueles relacionados à falta de local para funcionamento das salas e a avaliação dos projetos propostos e desenvolvidos (INCRA, 2004).

Em 2006, tem início no Governo Federal a implantação dos chamados Territórios da Cidadania, que objetivam superar a pobreza e promover a geração de trabalho e renda no campo através do desenvolvimento territorial sustentável. Os Territórios da Cidadania também objetivam planejar e integrar

³⁵ TOURAINE, Alan. *¿Cómo salir del liberalismo?* México: Editora Paidós, 1999.

³⁶ Segundo Gohn (2012b), os movimentos sociais fazem parte das seguintes categorias: 1) "(...) construídos a partir da origem social da instituição que o apoia ou abriga seus mandatários"; 2) "(...) movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor"; 3) "(...) construídos a partir de determinados problemas sociais"; 4) "(...) construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação"; 5) "(...) construídos a a partir de ideologias". (GOHN, 2012b, p. 268-271)

³⁷ Segundo Gohn (2012b), o princípio articulatório interno de um movimento se dá através de três elementos fundamentais: as bases mandatárias, as lideranças e as assessorias, sendo que este último é o elemento externo que "(...) dependendo do tempo de articulação, (...) terá mais ou menos força dentro do movimento; também poderá ser parte de sua gênese constitutiva." (GONH, 2012b, p. 257).

diversas políticas públicas, assim como ampliar a participação social no meio rural. Estão entre os critérios para a definição de um Território da Cidadania: concentração de agricultores e famílias assentadas, populações quilombolas e indígenas, assim como maior organização social (PTDRS, 2001).

Cada Território da Cidadania tem as suas ações discutidas através do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), que a partir de um colegiado territorial organiza as comunidades. É neste contexto, que o CONLAGOS, que representa a região dos lagos do Amapá (municípios de Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho), passou a fazer parte do Colegiado Executivo do PRONERA,

Contudo, o próprio PTDRS do território dos lagos do Amapá define o CONLAGOS como sendo

(...) uma rede social externa cuja capilaridade permitiu a conexão com organizações de representação do público beneficiário, como comunidades rurais e instituições de apoio e responsáveis por diferentes funções na sociedade (...). (PARCEIRO, 2011, p. 5).

O CONLAGOS não é propriamente um movimento social. É uma ação da sociedade civil, organizada em uma estância colegiada, que delibera sobre a mobilização social promovida pela estratégia governamental dos Territórios da Cidadania. Desta forma, a participação do CONLAGOS no Colegiado Executivo do PRONERA se deu através de um movimento componente do colegiado territorial, a Associação dos Assentados do Governador Janary (AACGJ).

A participação do CONLAGOS no colegiado do PRONERA e sua própria existência são exemplos de democracia deliberativa. Neste sentido, Gohn (2012b, p. 55) com base em Habermas (2002)³⁸, afirma que

"(...) a política deliberativa seria o âmago do processo democrático, tendo vínculo com a sociedade por intermédio da opinião pública e do processo de formação de uma vontade coletiva. A expressão disso tudo seria dada em processos reflexivos realizados por movimentos sociais, associações, partidos, grupos sociais etc., constituindo um modelo dialógico de intervenção pública.

³⁸ HABERMAS, J. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2002.

Portanto, a opinião pública e a vontade coletiva do CONLAGOS em relação, por exemplo, à legalização de terras, à melhoria dos acessos, ao aumento da produção e à Educação do Campo são formas de garantir a participação desta rede de movimentos sociais, representados pela AACGJ, no colegiado do PRONERA.

Entretanto, Gohn (2012b, p. 58) explica que, em tese, a participação da sociedade civil tem um papel ambíguo, pois pode ser fonte de pressão, assim como pode responder a um ativismo propositivo, segundo regras institucionalizadas nas instâncias criadas pelo Estado. Gohn (2012b, p. 58) ainda detalha que na prática, este papel ambíguo é resolvido pela coesão, através da mobilização organizada ou não da sociedade civil, estando ou não preparada para atuar na linha política das ações implementadas, ou pelo conflito, sendo que ainda há setores da sociedade civil que não se alinham com a política vigente.

O CONLAGOS, mesmo diante desta ambiguidade, é um representante dos sujeitos do campo no PRONERA, quando de fato articula as suas pressões e encaminha as suas demandas por Educação do Campo. No entanto, há dois cuidados que devem ser observados nesta forma de representatividade: o quanto as ações coletivas do Território dos Lagos estão representadas no colegiado do PRONERA; e no quanto as ação da sociedade civil não se tornam frágeis frente às possíveis mudanças nas políticas de governo.

Os demais membros do colegiado no âmbito dos movimentos sociais e sindicais são: RAEFAP, CUT e FETTAGRAP. Estes movimentos são os mais organizados quanto aos seus elementos constituintes. A participação destes, com exceção da FETTAGRAP, concentram-se nas reuniões do colegiado, tendo pouca presença no acompanhamento *in loco* dos projetos desenvolvidos.

Considerando as categorias de movimentos sociais de Gohn (2012b, p. 268-269), podemos enquadrar os três movimentos como aqueles que são construídos a partir da instituição que apoiam sua luta, ou seja "(...) as instituições sociais possuem ideologias específicas que orientam a forma e o próprio conteúdo das demandas." Deste modo, a RAEFAP é apoiada institucionalmente pela União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas (UNEFAP); a CUT é a representação no Estado do Amapá da CUT nacional; e

a FETTAGRAP é orientada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

4.1.2. Projetos do PRONERA

Do início do programa até o ano de 2008, o PRONERA foi desenvolvido através de três convênios³⁹, que desenvolveram projetos de alfabetização e escolarização nos anos iniciais. Nestes segmentos, os projetos iniciaram com a meta de alfabetizar 760 educandos e escolarizar 825. Entretanto, em decorrência das evasões e problemas operacionais, foram alfabetizados 465 e escolarizados 533 educandos. Atualmente, o Pronera conta com um convênio celebrado em dezembro de 2013 com a SEED, que possui como meta a escolarização em anos iniciais de 600 educandos.

Até o presente momento, todos os projetos que efetivamente foram desenvolvidos tiveram as suas proposições apresentadas pela SEED. A partir de 2008 tem início a apresentação de projetos por outras instituições, como a UNIFAP, em 2008, com o Pedagogia da Terra e o IFAP, em 2013, com o Técnico em Meio Ambiente. Outro possível projeto teve as conversações iniciadas em 2013 com a UEAP e o Conselho Comunitário do Bailique (CCB) para a realização do curso de Engenharia de Pesca no Arquipélago do Bailique, município de Macapá. Contudo, até o presente momento, esta proposta não se materializou em um projeto dentro das orientações do PRONERA.

Portanto, diante das articulações e diálogos sobre estes projetos, a partir de 2008 abriu-se as possibilidades de ampliação do PRONERA no campo amapaense, assim como o aprofundamento do debate sobre a Educação do Campo nas principais instituições públicas de ensino técnico e superior do Estado do Amapá.

³⁹ Segundo TCU (2009), o convênio é o instrumento utilizado para firmar um compromisso da União em repassar recursos a uma instituição das esferas de governo Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou a entidades privadas sem fins lucrativos, mediante a execução do objeto do convênio, o qual caracterize o interesse comum entre os partícipes (União e Estados, Distrito Federal, Município ou entidade privada sem fins lucrativos), mútua cooperação dos partícipes e descentralização física.

Até 2013 temos um total de sete projetos apresentados, sendo que apenas quatro foram desenvolvidos (QUADRO 2). Normalmente o tempo entre a proposta, através da assinatura de cartas de aceites pelos movimentos (FIGURA 15, ANEXO B; FIGURA 16, ANEXO C; FIGURA 17, ANEXO D), e o início das suas atividades é de um ano. Contudo, as últimas propostas de escolarização em anos iniciais e finais do ensino fundamental pela SEED tiveram um tempo bem maior, devido aos efeitos do Acórdão n. 2653/2008 - Tribunal de Contas da União (TCU) - Plenário, que provocou a suspensão de convênios como instrumento de parceria no âmbito do PRONERA. Somente a partir do Decreto n. 7352/2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e do PRONERA, e, principalmente, do Acórdão n. 3269/2010 - TCU - Plenário, que autorizou a celebração de convênio, foi possível o retorno das tratativas sobre os projetos pela SEED.

Quadro 2 – Projetos apresentados ao PRONERA, Amapá 2000 - 2013

Ano da proposta	Proponente	Projeto	Meta (educando)	Período do projeto	Movimentos demandantes
2000	SEED	Alfabetização	460	2001 - 2003	...
2003	SEED	Alfabetização	200	2003 - 2004	MAAP CPT
2005	SEED	Alfabetização Escolarização em anos iniciais	100 / 825	2006 - 2008	MAAP CPT
2008	SEED	Escolarização em anos iniciais	600	2014 - 2016 vigente	CONLAGOS FETTAGRAP MAAP
2008	SEED	Escolarização em anos finais	400	2017 - 2019 previsão	CONLAGOS FETTAGRAP MAAP
2008	UNIFAP	Pedagogia da Terra	100	Interrompido	FETTAGRAP RAEFAP CUT
2013	IFAP	Técnico em Meio Ambiente	40	2014 - 2016 Previsão	ATXEMA ATEX-CA AMAC AMPRANAZA

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Desta forma, é que o período de 2011 à 2013 foi caracterizado pela retomada das tratativas dos projetos pela SEED, principalmente o de escolarização em anos iniciais, o qual culminou em dezembro de 2013 com a celebração de um convênio. Por sua vez, a escolarização em anos finais está prevista para a celebração a partir de 2016, objetivando a continuidade da escolarização dos educandos envolvidos no projeto atual.

Com relação ao projeto de Pedagogia da Terra, em razão de desacordos entre UNIFAP e INCRA, na forma de execução financeira do projeto, as tratativas da proposta foram interrompidas. Quanto ao projeto pelo IFAP, este encontra-se tramitando no INCRA para a celebração de um Termo de Execução Descentralizada⁴⁰ até o fim de 2014.

Com o comparativo entre os sete projetos é possível observar o cenário dos movimentos sociais e sindicais que participaram e participam da construção dos projetos. De modo geral, podemos dividi-los em três momentos: a) 1999 à 2007: CPT e MAAP, demandantes da origem do programa que se caracterizaram pelas fortes pressões quando ao desenvolvimento dos projetos e acompanhamento *in loco* das turmas; b) 2008 à 2012: CONLAGOS, FETTAGRAP, RAEFAP e CUT, organizações e movimentos sociais e sindicais que passam a demandar projetos para além da escolarização inicial e buscam a inserção do PRONERA nas instituições de ensino superior, mas enfrentam a desmobilização em torno de novos projetos provocada pelo Acórdão n. 2653/2008; c) 2013 até hoje: Associações locais, ATEX-MA, ATEX-CA e AMAC, representantes dos movimentos sociais que possui uma abrangência mais local e regional no Estado do Amapá e possuem um histórico de atuação em torno do extrativismo.

Neste sentido, os projetos mais relevantes a serem analisados são os seguintes: Escolarização em anos iniciais do ensino fundamental pela SEED; e curso Técnico em Meio Ambiente pelo IFAP.

⁴⁰ Segundo BRASIL (2013), o Termo de Execução Descentralizada consiste no "(...) instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática."

Diante da possível ausência ou pouca participação dos movimentos sociais e sindicais, estes projetos representam no processo de construção: a) alternativas à quantificação e qualificação das demandas; b) estratégias de inclusão de movimentos sociais que têm na sua origem lutas sociais relacionadas ao espaço amazônico.

4.2. A construção do projeto de Escolarização em anos iniciais do ensino fundamental

O projeto a ser analisado foi proposto no ano de 2008 e prevê a escolarização em anos iniciais de 600 educandos. Em dezembro de 2013 foi celebrado o convênio entre INCRA e SEED para a implementação deste projeto, o qual foi resultado de uma reformulação ocorrida entre os anos de 2011 à 2013.

As reformulações do projeto, quanto aos aspectos financeiros, se deram no plano de trabalho e plano de aplicação. Com relação aos aspectos pedagógicos não houve alterações. A principal questão observada na reformulação foi a possibilidade de revisão da demanda originalmente apresentada, pois a possibilidade de desatualização era grande, principalmente levando em conta os três anos que se passaram da proposta (2008) até a retomada das tratativas (2011) (TABELA 2).

Originalmente o projeto definiu esta demanda a partir dos resultados dos três projetos anteriores, que alfabetizaram 465 educandos, assim como o resultado do convênio de 2006 à 2008, que escolarizou em anos iniciais 342 na 1ª etapa e 191 na 2ª etapa. Desta forma, a demanda de 600 foi proposta por ser o número deduzido de beneficiários do PRONERA, que ainda não possuíam a escolarização inicial. Este quantitativo foi referendado através de cartas de aceite (FIGURA ANEXO B, FIGURA ANEXO C e FIGURA ANEXO D), apresentadas por representantes da CONLAGOS, FETAAGRAP e MAAP.

Em 2011, esses movimentos foram chamados para reavaliar o quantitativo de educandos demandados anteriormente, pois o período de aguardo para o desenvolvimento deste projeto já chegava a três anos (2009 à 2011).

Tabela 2 – Demanda educacional quantificada pela SEED no projeto de escolarização em anos iniciais de 2008.

Área de reforma agrária / Comunidade	Educandos alfabetizados inseridos no Programa	Educandos novos no programa	Área de reforma agrária / Comunidade	Educandos alfabetizados inseridos no Programa	Educandos novos no programa
TOTAL	87	513	Mutum	15	-
Anauerapucu	-	30	Serra do Navio	-	25
Itaubal	20	-	Pedra Branca	-	20
Corre Água	-	20	Perimetral / Riozinho	-	20
Padre Josimo	-	-	Perimetral / Sete Ilhas	-	20
Nazaré Mineiro	18	20	Perimetral / Tucano I	-	20
Piquiazal	-	25	Perimetral / Tucano II	-	20
Maracá / Rio Preto	-	30	Nova Canaã	-	20
Maracá / Curuçá	21		Munguba	-	20
Cruzeiro	-	25	Cedro	-	20
Piquiá	-	20	Governador Janary Nunes	-	20
Carnot	-	30	Bom Jesus	-	20
Lourenço	-	20	São Benedito do Aporema	-	18
Vila Velha do Cassiporé / Vila Velha	-	25	Cujubim	-	15
Irineu e Felipe / Irineu	-	10	Ferreirinha	13	-

Fonte: SEED, 2008.

Um tempo muito grande para o recomeço do programa trouxe muito desânimo nas comunidades, que passam a duvidar dos movimentos e de suas lideranças que ainda encampam no incentivo pelo retorno do PRONERA. Um caso ilustrativo desta questão vem do PAC Maria de Nazaré Souza Mineiro, onde Vicente Frazão, presidente da AMPRANAZA, explica como se deu a reação da comunidade neste período de aguardo pelo o reinício do projeto de escolarização:

(...) quando o PRONERA veio pra cá funcionou na escola velha (...) no centro, mas como não teve organização, estavam desinformados, aí pararam. Mas foi um "bocado" [muito] que estudou lá que tá querendo voltar. Têm procurado a associação dizendo: "E aí!? O PRONERA não vem mais pra cá?". Eles querem que volte pra cá novamente. Tem gente interessado nisso. Mas fica assim meio desanimado, mas eu vou prá lá [Macapá] resolver esse problema, mas não vem. Depois de ir a primeira vez, a segunda vez, eles ficam desanimados. Mas eu vou ali conversar com o pessoal, ali na beira, "na cuíca", falando sobre o retorno do PRONERA. Dizem: "é uma beleza!". (FRAZÃO, 2014)

Contudo, a tentativa de revalidação das demandas junto aos movimentos sociais e sindicais revelou os seguintes problemas:

- As principais lideranças que apresentaram as demandas e que concentraram essas informações estavam impossibilitados em razão de doença, falecimento e desligamento do movimento;
- Mesmo diante do envolvimento de outras lideranças, observou-se que os referidos movimentos tinham uma atuação concentrada em algumas comunidades e sua atuação tinha pouco alcance e repercussão nos demais assentamentos.

Desse modo, no intuito de avaliar a demanda apresentada e levantar informações que pudessem colaborar na análise da proposta, foram realizadas pela equipe regional do PRONERA do INCRA, no primeiro semestre de 2012, visitas a 11 comunidades de oito áreas de reforma agrária. As áreas escolhidas foram aquelas mais distantes da capital Macapá e, portanto, com mais dificuldades de presença de representantes junto à SEED. Foram visitados os seguintes projetos de assentamento: Vila Velha do Cassiporé; Carnot; Irineu e Felipe; Nova Canaã; Munguba; Pedra Branca do Amapari; e Perimetral.

Foram observadas a quantidade de escolas (conforme as FIGURAS 18, ANEXO E; FIGURA 19, ANEXO F) e sala de aulas por comunidade, a estimativa de educandos para o projeto e o fornecimento de energia elétrica, conforme a Tabela 3.

Segundo INCRA (2012), estas visitas em 2012 possibilitaram compreender que a infraestrutura nas comunidades eram satisfatórias e que algumas estavam recebendo obras de construção ou reforma de escolas, além de acesso à energia elétrica. Foi observado que as comunidades com melhores condições de receber as turmas de escolarização seriam aquelas onde os moradores estavam concentrados nas agrovilas, mas esta condições não ocorriam nas comunidades Porto Alegre e PA. Nova Canaã, sendo que os assentados estão dispersos em ramais ou espalhados nas margens ribeirinhas. Mesmo com a maioria dos assentados residindo em agrovilas, foi observado que um quantitativo expressivo vive nos lotes, onde a distância média entre os vizinhos, considerando o módulo rural de 50 a 100 ha, é de 100 metros. Levando em consideração a inexistência de transporte público no interior

destas comunidades e a ausência de previsão de transporte de educandos nos projetos do PRONERA, este seriam um dos grandes complicadores para a formação de turmas em muitas comunidades.

Tabela 3 – Áreas da reforma agrária visitadas pelo INCRA, segundo semestre 2012

Área de reforma agrária / Comunidade	Forma de abastecimento de energia	Demanda estimada <i>in loco</i>	Escolas	Salas
TOTAL	..	116	21	60
Vila Velha do Cassiporé / 1º do Cassiporé	Gerador (18h-06h)	25	1	2
Vila Velha do Cassiporé / Prainha	Gerador (18h-22h)	...	1	1
Vila Velha do Cassiporé / Vila Velha	Gerador (18h-22h)	...	2	4
Carnot - Agrovila	Gerador (16h-22h)	29	2	10
Carnot - Cassiporé	Gerador (18h-22h)	...	1	2
Irineu e Felipe - Irineu	Sem fornecimento	29	1	2
Nova Canaã	-	...	-	-
Munguba - Agrovila da Reforma Agrária	Linha de transmissão	18	2	7
Munguba - Agrovila do Principal	Linha de transmissão	...	1	1
Pedra Branca - Renascer	Linha de transmissão	...	1	5
Pedra Branca - Água Fria	Linha de transmissão	...	2	8
Pedra Branca - Porto Alegre	Sem fornecimento	...	1	4
Perimetral - Riozinho	Linha de transmissão	...	1	2
Perimetral - Sete Ilhas	Linha de transmissão	...	2	5
Perimetral - Nova Divisão	Linha de transmissão	15	1	2
Perimetral - Tucano I	Linha de transmissão	...	1	2
Perimetral - Tucano II	Linha de transmissão	...	1	3

Fonte: INCRA, 2012.

Para além de problemas de infraestrutura e logística, a principal questão observada junto aos assentados nestas visitas foi a desconfiança de muitos com a possibilidade de efetivação do projeto. Muitos demonstraram que devido a problemas de visão e falta de transporte as turmas anteriores foram se esvaziando até o fechamento e interrupção completa da alfabetização e escolarização. A condição descontínua dos projetos do PRONERA seria o maior motivadora desta desconfiança.

Nos projetos anteriores ficou evidente a descontinuidade, pois, por exemplo, os educandos que concluíram o projeto de alfabetização em 2004 só tiveram a oportunidade de acessar a escolarização inicial pelo projeto que teve início em 2006.

Portanto, a maior conclusão das visitas da equipe regional do PRONERA foi que a realização do projeto de escolarização inicial da SEED só seria possível diante da mobilização das comunidades quanto a real demanda a ser escolarizada.

Neste contexto, que estava revelando as necessidades das comunidades e os limites de atuação dos movimentos sociais e sindicais no levantamento das demandas nas áreas de reforma agrária, foram adotadas as seguintes alternativas:

- Reuniões do INCRA e SEED com as lideranças e presidentes de associações na Superintendência Regional do INCRA para a apresentação do projeto e distribuição de formulários com o objetivo de colher informações que qualificassem as demandas (nome dos possíveis educandos, idades, vínculo com o assentamento e local de moradia) (FOTOGRAFIA 1);

Fotografia 1 – Apresentação no INCRA do projeto de escolarização em anos iniciais às lideranças e presidentes de associação dos assentamentos do Amapá



Fonte: Do autor, 2013

- Visitas *in loco* da SEED às áreas de reforma agrária, levantando informações quanto as condições de acesso, infraestrutura para as salas de aula, assim como qualificar as demandas educacionais em conjunto com os diretores das escolas estaduais e municipais, educadores, lideranças, associações locais e moradores.

Com relação a primeira alternativa, os resultados obtidos foram a participação de oito associações/cooperativas e nove lideranças ou educadores, os quais apresentaram, juntamente com educadores e diretores de escolas, uma demanda total de 590 educandos, distribuídos em 21 áreas de reforma agrária, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Demandantes e demandas apresentadas através de formulário à SEED e INCRA

ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA	DEMANDATÁRIOS					Número de Educandos	ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA	DEMANDATÁRIOS					Número de Educandos
	Liderança	Associação	Educador	Diretor EM	Diretor EE			Liderança	Associação	Educador	Diretor EM	Diretor EE	
TOTAL	-	-	-	-	-	590	Ilha do Brique	✓	-	-	-	-	41
Irineu e Felipe	-	-	✓	-	-	17	Ferreirinha	-	-	-	✓	-	18
Piquiazal	-	-	-	-	✓	16	Piquiá do Amapá	✓	-	-	-	-	20
Cruzeiro	-	-	-	-	✓	16	Nova Vida	-	-	-	-	✓	19
São Benedito do Aporema	-	-	-	-	✓	13	Governador Janary	✓	-	-	-	-	18
Munguba	-	✓	-	-	✓	17	Nova Canaã	✓	✓	-	-	-	24
Serra do Navio	-	✓	-	✓	-	20	Lourenço	-	✓	-	✓	-	15
Maracá	✓	-	✓	-	-	90	Rio Cajari	✓	✓	-	-	-	47
Cedro	-	-	✓	✓	✓	51	Pancada do Camaipi	✓	✓	-	-	-	24
Perimetral	-	-	✓	-	-	38	Vila Velha do Cassiporé	✓	✓	-	✓	-	39
Nova Colina	-	✓	-	✓	-	17	Foz do Mazagão Velho	✓	-	-	-	-	30

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Nota: Dados obtidos a partir da tabulação dos formulários de apresentação de demanda entregues na SEED e INCRA em 2013; As áreas de reforma agrária que possuem dois ou mais demandantes representam demandas em duas ou mais comunidades. EM: Escola Municipal; EE: Escola Estadual.

Mesmo diante da quantificação de uma demanda correspondente a 98% do número estimado no projeto original, observou-se que muitos formulários entregues, principalmente pelas associações e lideranças possuíam falhas no preenchimento, como a inclusão de educandos abaixo da idade mínima de 15 anos. Também ficou evidente que algumas áreas de reforma agrária que já possuíam turmas de alfabetização do PRONERA não apresentaram demandas e, provavelmente, possuíam educandos aguardando a escolarização nos anos iniciais.

Para tanto, a SEED realizou no primeiro semestre de 2013 visitas a 27 comunidades de 22 áreas de reforma agrária, qualificando as demandas educacionais apresentadas. Foram visitados os assentamentos: Cruzeiro, Pedra Branca (comunidade de Porto Alegre), Nova Canaã e Vila Velha do Cassiporé (comunidades de Primeiro do Cassiporé) são, respectivamente, representados pelas Fotografias 2, Fotografia 3, Fotografia 4 e Fotografia 5. Os demais assentamentos visitados foram: Lourenço; Irineu e Felipe (Irineu); Carnot; Piquiá do Amapá; Cujubim; Nova Vida; São Benedito do Aporema; Cedro (Entre Rios); Governador Janary (Janary I e Janary II); Munguba; Nova Colina; Ferreirinha; Perimetral Norte (Tucano I e Tucano II); Serra do Navio; Pancada do Camaipi (ramal da Pancada, agrovila do Camaipi e vila Santa Fé); Maracá (vila do Maracá, Curuçá, Martins, Rio Preto e Conceição do Maracá); RESEX do Rio Cajari (Água Branca do Cajari e Sororoca), Maria de Nazaré Souza Mineiro, Foz do Mazagão Velho; Piquiazal (Piquiazal e Pioneiro); Anauerapucu; Matão do Piaçacá (Matão I, Matão II e Matão III); Itaupal, Corre Água; e Santo Antônio da Pedreira.

Nestas visitas foram promovidas reuniões com os moradores, associações, lideranças, educadores ou diretores de escolas para obter a real demanda das comunidades.

Como resultado, a SEED confirmou a demanda de 600 educandos, atualizando a distribuição desta meta pelos assentamentos, conforme demonstrado na Tabela 5. Este resultado considerou os assentamentos que possuem o maior número de educandos, assim como as melhores condições de acesso e infraestrutura para a realização do projeto, a partir do trabalho em conjunto da SEED com os moradores, associações, educadores e diretores de escola, conforme distribuição ilustrada do Gráfico 2.

Fotografia 2 – Conversa com a Diretora da E.E do Cruzeiro, projeto de assentamento Cruzeiro.



Fonte: SEED, 2013.

Fotografia 3 – Reunião com educadores do Porto Alegre, PA. Pedra Branca.



Fonte: SEED, 2013.

Fotografia 4 – Visita aos moradores em conjunto com a associação local no PA. Nova Canaã.



Fonte: SEED, 2013.

Fotografia 5 – Reunião com moradores e associação local na comunidade do Primeiro do Cassiporé, Projeto de Assentamento Vila Velha do Cassiporé



Fonte: SEED, 2013.

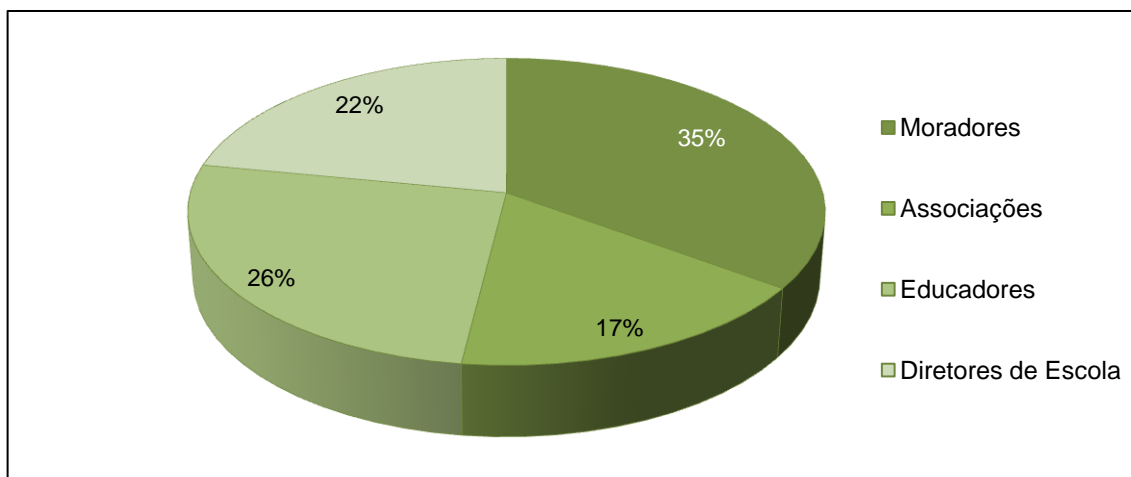
Tabela 5 – Demandantes e demandas levantadas durante as visitas *in loco* da SEED

Área De Reforma Agrária / Comunidade	Demandatários				Educandos Demandados	Área De Reforma Agrária / Comunidade	Demandatários				Educandos Demandados
	Diretores	Educadores	Associação	Moradores			Diretores	Educadores	Associação	Moradores	
TOTAL	24	28	19	38	600	Serra do Navio	✓	✓	-	✓	20
Vila Velha do Cassiporé / 1º do Cassiporé	-	-	✓	✓	19	Pancada do Camaipi / ramal da Pancada	-	-	-	✓	17
PA. Lourenço	✓	✓	-	✓	22	Pancada do Camaipi / agrovila do Camaipi	-	✓	-	✓	-
Irineu e Felipe / Irineu	-	✓	✓	✓	17	Pancada do Camaipi / vila Santa Fé	✓	-	-	✓	-
Carnot	✓	-	✓	✓	-	Maracá / vila do Maracá	✓	✓	✓	✓	37
Piquiá do Amapá	-	✓	✓	✓	20	Maracá / Curuçá	-	✓	✓	✓	25
Cruzeiro	✓	✓		✓	16	Maracá / Martins	✓	✓	-	-	-
Cujubim	-	-	✓	✓	15	Maracá / Rio Preto	-	-	-	✓	-
Nova Vida	✓	✓	-	✓	19	Maracá / Conceição do Maracá	-	✓	-	-	-
São Benedito do Aporema	✓	✓	-	✓	13	Rio Cajari / Água Branca do Cajari	✓	✓	-	✓	20
Cedro / Entre Rios	✓	✓	-	✓	28	Rio Cajari / Sororoca	-	✓	✓	✓	20
Cedro / Cedro	✓	✓	✓	✓	24	Nazaré Mineiro	✓	-	✓	✓	16
Bom Jesus	✓	✓	-	✓	20	Foz do Mazagão Velho	-	✓	✓	✓	20
Governador Janary / Janary I	-	-	-	✓	18	Piquiazal / Piquiazal	-	✓	-	✓	15
Governador Janary / Janary II	✓	✓	-	✓	-	Piquiazal / Pioneiro	✓	-	✓	✓	16
Munguba	✓	-	-	✓	17	Anauerapucu	-	✓	✓	✓	19
Nova Colina	✓	✓	-	✓	14	Matão do Piaçacá / Matão I	✓	-	-	✓	21
Nova Canaã	-	✓	✓	✓	13	Matão do Piaçacá / Matão II	-	-	-	✓	-
Ferreirinha	✓	-	✓	✓	18	Matão do Piaçacá / Matão III	-	-	-	✓	-
Pedra Branca / Porto Alegre	✓	✓	✓	-	-	Itaubal	✓	✓	✓	-	-
Perimetral / Tucano I	✓	✓	✓	-	15	Corre Água	-	-	✓	✓	16
Perimetral / Tucano II	✓	✓	-	✓	20	Santo Antônio da Pedreira	-	✓	-	✓	10

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Nota: Dados obtidos a partir da tabulação dos relatórios das visitas técnicas da SEED aos referidos assentamentos em 2013.

Gráfico 2 – Distribuição dos demandantários que trabalharam em conjunto com a SEED, 2013



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Nota: Gráfico elaborado com base nos dados apresentados e anexos de SEED (2013).

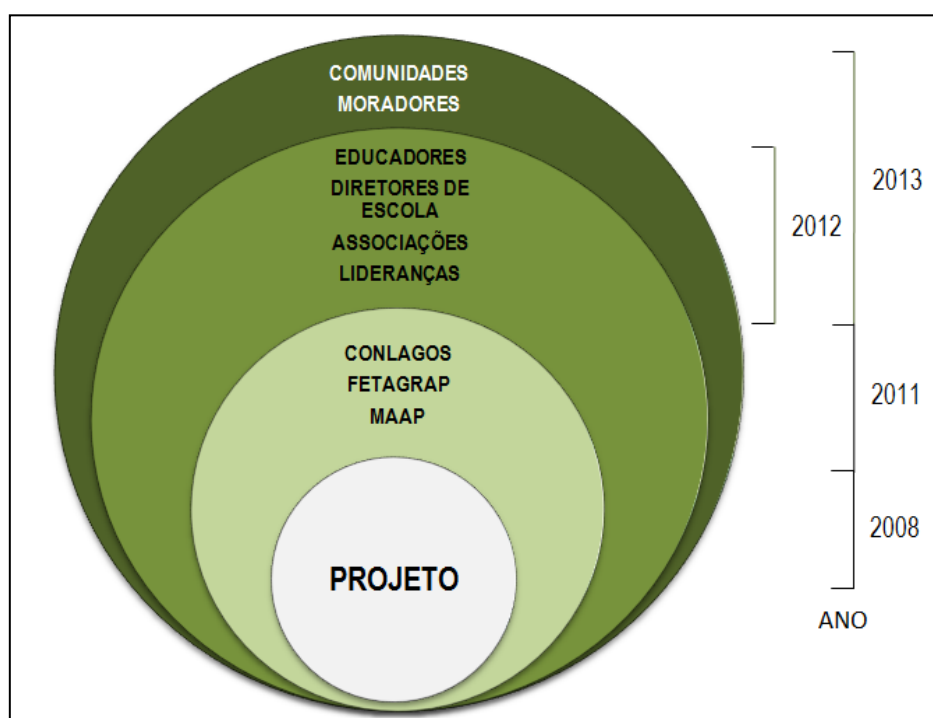
As visitas da SEED às comunidades que poderiam oferecer condições de receber turmas do projeto tornaram-se válidas, principalmente, diante da redistribuição dos locais de funcionamento das turmas, mas do que a própria confirmação da demanda. Muitas comunidades já possuíam turmas de escolarização através das prefeituras e do Estado. No entanto, outras não possuíam espaços adequados para as turmas e disponibilidade de energia elétrica, assim como a ausência de mobilização dos moradores em torno das demandas educacionais.

As alternativas aqui apresentadas revelam as maneiras encontradas pela SEED, lideranças e associações envolvidas para a implementação do projeto. A inserção de moradores mostrou-se uma maneira de obter demandas quantificadas corretamente. Em suma, o período de 2011 à 2013 representou para o PRONERA a possibilidade de uso de uma metodologia de qualificação em bases demandatárias mais amplas, que partem dos movimentos sociais e sindicais, passam pelas escolas (diretores e educadores) e associações locais, e finalmente chegam aos moradores (FIGURA 8).

Contudo, a ausência ou pouca participação dos movimentos, que representam estas associações e moradores, evidencia a pouca mobilização das comunidades em torno das demandas educacionais para o PRONERA. Na verdade, a Educação do Campo como pauta para os movimentos sociais e sindicais CONLAGOS, FETAAGRAP e MAAP esteve entre o rol de pautas

referentes a infraestrutura (estradas, habitações, rede de energia e abastecimento de água), crédito (fomentos e financiamentos), saúde (postos e presença de ambulâncias nas comunidades), comunicação (orelhões e sinal de celular) e segurança (posto policial e policiamento). As principais reivindicações em torno da educação concentram-se na garantia de escolas para a oferta de escolarização às crianças, jovens e, nos casos em que há mais mobilização, turmas específicas para adultos e idosos.

Figura 8 – Esquema das bases demandatárias do projeto de escolarização em anos iniciais do ensino fundamental pela SEED



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

O projeto de escolarização indiretamente foi demandado pelos educandos concluintes dos projetos anteriores de alfabetização. Diante da impossibilidade de desenvolvimento do projeto, em razão da suspensão da celebração de convênios, a necessidade de retomar a implementação do projeto a partir de 2011 deveu-se, principalmente, pelas informações de existência de que muitos sujeitos do campo amapaense ainda não haviam acessado a educação formal⁴¹.

⁴¹ Estas informações foram prestadas por extensionistas, servidores do INCRA responsáveis pelos assentamentos e pelos cadastros de novos assentados, lideranças comunitárias e servidores da SEED que aplicam os exames para a conclusão da educação básica.

Neste sentido, a forma com que se deu a concretização desse projeto pela SEED, quanto a definição da sua demanda, não objetivou ignorar o papel primordial de mandatário dos movimentos sociais e sindicais no PRONERA. O que se objetivou foi a garantia de realização da política pública, através da quantificação e qualificação da demanda em conjunto com os sujeitos que compõe a base das áreas de reforma agrária. Esta foi a principal contribuição deste projeto diante da ausência ou pequena participação dos movimentos.

Ao oferecer esta alternativa, a SEED mantém a possibilidade aos sujeitos do campo da garantia do papel de sujeitos políticos. É nesta condição que os sujeitos em sua diversidade assumem a sua responsabilidade na deliberação do PRONERA enquanto política pública.

4.3. A construção do projeto de Técnico em Meio Ambiente

O projeto apresentado pelo IFAP em 2013 tem como meta a formação de 40 técnicos em meio ambiente no Estado do Amapá. A demanda teve por base as seguintes áreas de reforma agrária: (a) PAC Maria de Nazaré Souza Mineiro; (b) RESEX do Rio Cajari⁴²; (c) PAE Maracá. O projeto teve os seguintes mandatários: AMPRANAZA; ASTEX-CA; ASTEX-MA; AMAC. A previsão é de ocorrência do tempo escola (TE) na escola municipal no PAC Maria de Nazaré Souza Mineiro.

A proposta tem como área de abrangência a região sul do Estado do Amapá, que tem a sua economia com base na agropecuária e no extrativismo. Este último, é destaque nas áreas de reforma agrária a serem atendidas pelo projeto. O produto principal dessas áreas é a Castanha do Brasil, que compõe a base da renda de pequenos agricultores e extrativistas. Estes assentados, organizados em associações e cooperativas, desenvolvem os procedimentos de coleta, processamento e comercialização da castanha e seus derivados. A economia também gira em torno do açaí, madeira de lei e argila, este destacando-se em função da produção de artesanatos cerâmicos de peças artísticas e utilitárias que se remetem a antiga cultura ameríndia Maracá.

⁴² A RESEX do Rio Cajari foi reconhecida como integrante do Programa Nacional de Reforma Agrária através da Portaria INCRA/SR-21/Nº 001/2003, de 03 de junho de 2003.

Contudo, a entrada de grupos econômicos voltados à extração madeireira tem realizado pressões nestas áreas de reforma agrária, apesar de todos os dispositivos legais que impeçam tal procedimento.

A formação de 40 educandos na região é uma possibilidade de fortalecer os ativos ambientais, assim como contribuir para combater as pressões que constituem os passivos ambientais da região.

4.3.1 Breve histórico da região sul do Estado do Amapá

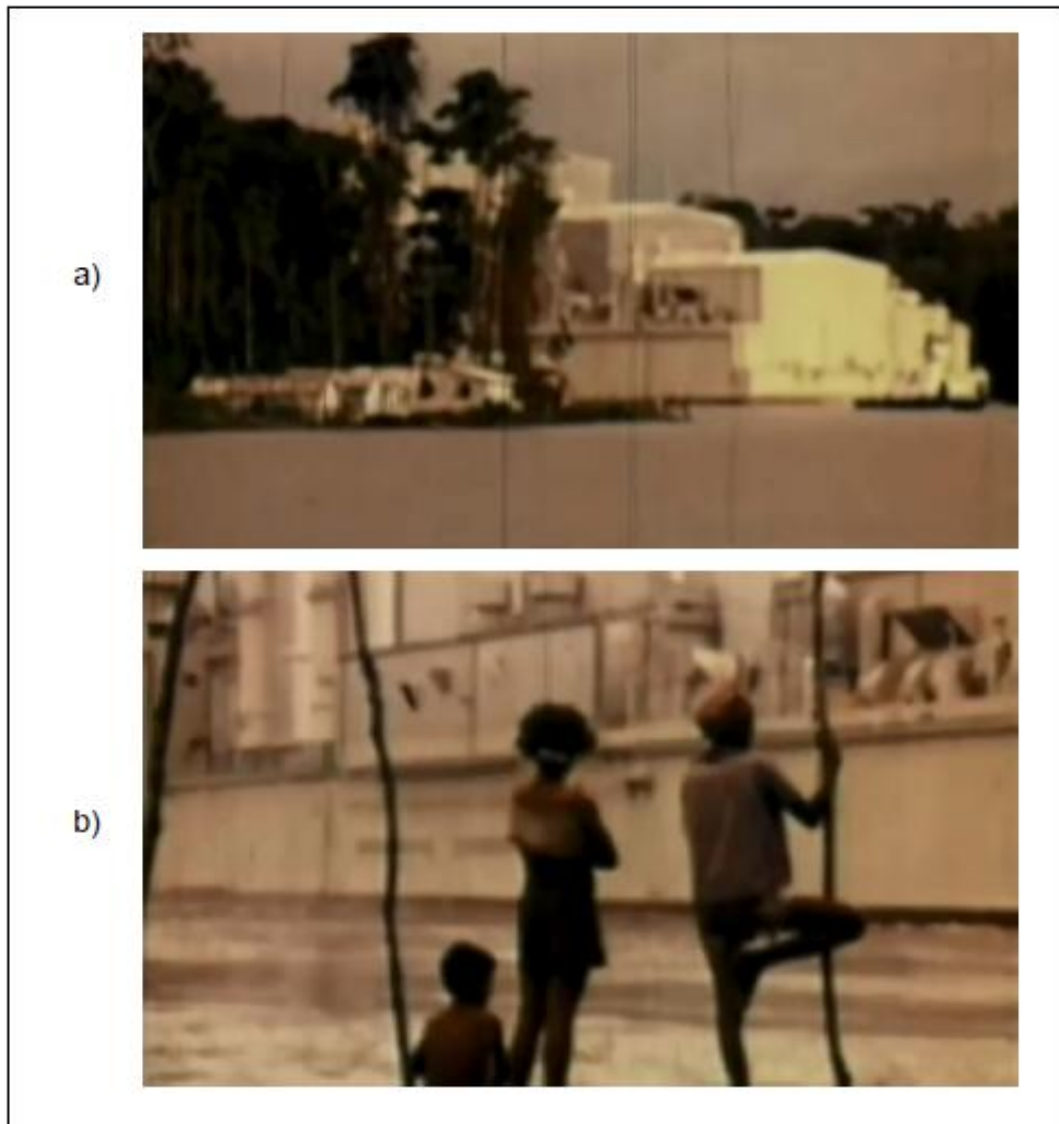
A área de abrangência do projeto tem uma história de resistência e mobilização dos seus sujeitos na organização dos territórios. É nesta porção do Estado do Amapá que se deu mais fortemente a concepção da floresta como território para os sujeitos do campo.

Como vimos anteriormente, parte considerável das terras do vale do Jari (3.000.000 de hectares) estavam na posse de José Júlio de Andrade, que após a crise da economia da borracha e as revoltas dos seringueiros vendeu estas terras em 1948. Segundo Pinto (1986, p. 17), as terras foram vendidas a sócios portugueses e brasileiros, que exploraram os recursos da região, assim como a navegação e a criação de gado. Somente em 1967, aproximadamente 1.400.000 hectares foram comprados pelo norte-americano Daniel Ludwig, que passaria a executar o Projeto Jari, explorando o desmatamento da floresta nativa e o reflorestamento com a *gmelina arborea* (árvore típica do sudeste asiático) para a produção de celulose. Em 1980, segundo Amazônia (2005), Daniel Ludwig encomendou a um estaleiro japonês a construção de uma fábrica e uma usina elétrica, que através de rebocadores foi transportado por 28.700 quilômetros do Japão ao valo do Jari em 87 dias (FIGURA 9).

Contudo, antes da produção de celulose, Daniel Ludwig tentou manter a exploração dos castanhais da região, mas diante de dificuldades em honrar seus compromissos com os compradores de Belém passou a arrendar os castanhais para a empresa Ampex. Segundo Pinto (1986), esta empresa também enfrentou dificuldades em entregar as milhares de hectolitros de castanhas e, conseqüentemente, passou a explorar as populações locais, sofrendo várias denúncias de trabalho escravo na região, as quais foram posteriormente comprovadas.

A comprovação das denúncias criou junto ao governo "aberta e inequívoca hostilidade à Ampex e uma posição 'extremamente fria e reservada' em relação à Jari, vista como cúmplice das irregularidades, segundo constatou um representante da empresa que esteve em maio [1973], em Macapá, negociando com o governo. Ele ouviu de funcionários governamentais a observação de que os atos praticados pela Ampex na área "são da maior gravidade, justificativos inclusive de um chamamento pela autoridade policial" (PINTO, 1986, p. 25).

Figura 9 – Fábrica e usina do Projeto Jari de Daniel Ludwig (1980)



Legenda: a) Fábrica e usina do Projeto Jari sendo rebocados no rio Jari.
b) Crianças ribeirinhas observando a passagens da fábrica e usina.

Fonte: AMAZÔNIA, 2006.

A exploração na região era grande e as populações nativas eram ignoradas pelo Projeto Jari. Eram vistas como obstáculos ao "progresso" promovido pela empresa. A postura de Daniel Ludwig para com a população do

vale do Jari comprovava a tentativa de converter o desenvolvimento da Amazônia ao *padrão estrada-terra firme-subsolo* em contraposição ao *padrão rio-várzea-floresta*.

Como um rei, Ludwig trouxe para aquelas paragens todo o seu séquito, do servo ao nobre. Não dava valor àquela gente nativa, preguiçosa e incapaz. Quando assumiu a Jari, ali havia aproximadamente dois mil posseiros, reduzidos, no início de 1981, a apenas 200. Quem não se submetia era expulso. Não poderia atraparhar os grandes planos. (PINTO, 1987, p. 86).

Diante de desentendimentos com o Governo Federal sobre a expansão do projeto e dificuldades com pragas, que atingiram os cultivos da *gmelina arborea*, Daniel Ludwig passa o controle do Projeto Jari, em 1981, a um conglomerado de grupos de empresas brasileiras. Estes sócios no início herdaram os prejuízos do projeto e, posteriormente, alcançam lucros com a modernização do processo de produção. Estas mudanças provocam a diminuição da necessidade de mão de obra, o que levou milhares de pessoas, que migraram em busca de oportunidades na Jari (principalmente maranhenses), a ficarem abandonados no Beiradão, uma favela lacustre criada em 1968 na margem esquerda do rio Jari. Na margem oposta localiza-se a cidade de Monte Dourado, a *Company Town* do Projeto Jari.

As condições de vida da população no sul do Amapá eram de muita dificuldade. Para os que estavam no Beiradão não haviam alternativas de trabalho que não fossem em atividades informais e para os que estavam no campo, restava a marginalização e perseguição. Segundo Raiol (1992)⁴³ apud Filocreão (2014, p. 130),

(...) a segurança da Jari ajudada por policiais militares, queimavam suas madeiras, alagavam canoas, prendiam e espancavam os camponeses e, quando não tomavam, cortavam suas jangadas. A polícia da Jari chegou a proibir, de revólver em punho, que os camponeses executassem suas atividades agrícolas.

Foi neste contexto de incentivos do Governo Federal ao grande capital estrangeiro e nacional nas décadas de 1960 à 1980, que os sujeitos do campo do sul do Amapá, descendentes dos ameríndios assimilados, dos caboclos

⁴³ RAIOL, Osvaldino da Silva. *A utopia da terra na fronteira da Amazônia: a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá*. Macapá: Editora Gráfica O DIA Ltda, 1992.

marginalizados, dos negros fugidos da escravidão e dos imigrantes nordestinos explorados pelo aviamento, iniciam a construção de uma das mais relevantes mobilizações em torno da luta pelo direito de reprodução dos seus modos de vida na floresta.

Como foi visto anteriormente, em resposta a luta dos seringueiros no Acre, o INCRA foi levado a reconhecer a territorialidade proposta pelos seringueiros em torno das reservas extrativistas e incluir, em 1987, os PAEs no PNRA. Nesta luta, as lideranças das comunidades extrativistas do sul do Amapá, juntamente com Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA) e Cooperativa Mista Agroextrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari (COMAJA), CNS, INCRA, Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá (ASTER-AP), passam a trabalhar juntos para a criação dos PAEs Maracá I, II e III em 1988⁴⁴, os primeiros do Brasil, e a RESEX do Rio Cajarí em 1990. (FILOCREÃO, 2014, p. 131).

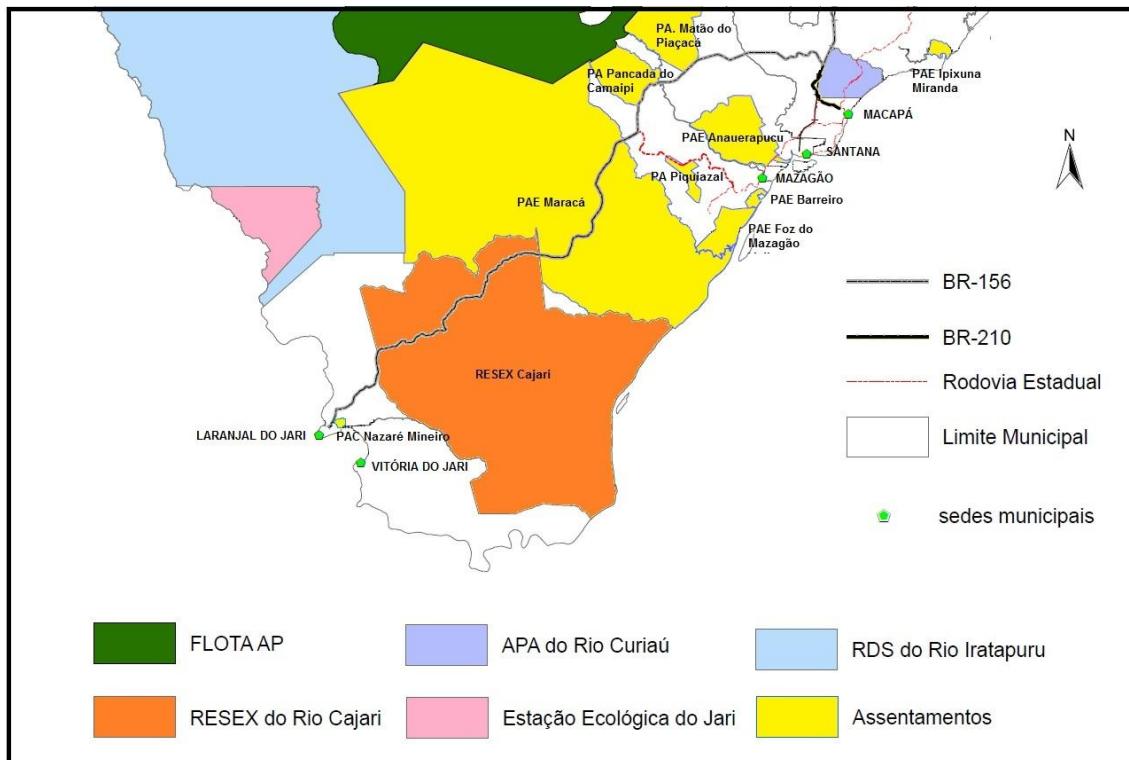
Mesmo diante da distância entre duas lutas que ocorreriam nos extremos da Amazônia brasileira (Acre e Amapá), as conquistas em torno das Reservas Extrativistas e dos Projetos de Assentamento mostrou a unidade dos sujeitos do campo amazônico em torno da lógica da floresta como território para garantir a reprodução do modo de vida dos seus habitantes. A luta e protagonismo amapaense pelo extrativismo foi destacado por Allegretti (2002)⁴⁵ apud Ribeiro A. (2011), ao afirmar que "(...) o Amapá foi decisivo no contexto nacional e regional porque criou precedente para que os trabalhadores de outros estados reivindicassem igual tratamento as suas demandas" (apud RIBEIRO. A., 2011, p. 34).

Como resultado desta luta e de ações ambientalistas dentro do Governo do Estado do Amapá e de Organizações Não Governamentais (ONGs), a região sul do Amapá atualmente é composta por extensas áreas dedicadas à reforma agrária e ao agroextrativismo (FIGURA 10).

⁴⁴ Através da Portaria/GM/n.017, de 28 de abril de 1997, os PAEs Macacá I, II e III são unificados em torno do PAE Macapá, totalizando uma área de 365.500 ha. Com a Portaria/INCRA/SR21/AP n. 37, de 23 de maio de 1997 foi aprovado o plano de utilização do PAE e sua área foi ampliada para 569.208,5400 ha. (RIBEIRO, 2011, p. 34)

⁴⁵ ALLEGRETTI, Mary Helena. A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e os movimentos seringueiros. 2002 700 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - UnB, Centro de Desenvolvimento Sustentável). Brasília, DF, 2002.

Figura 10 – Localização da região sul do Estado do Amapá com os assentamentos e áreas protegidas

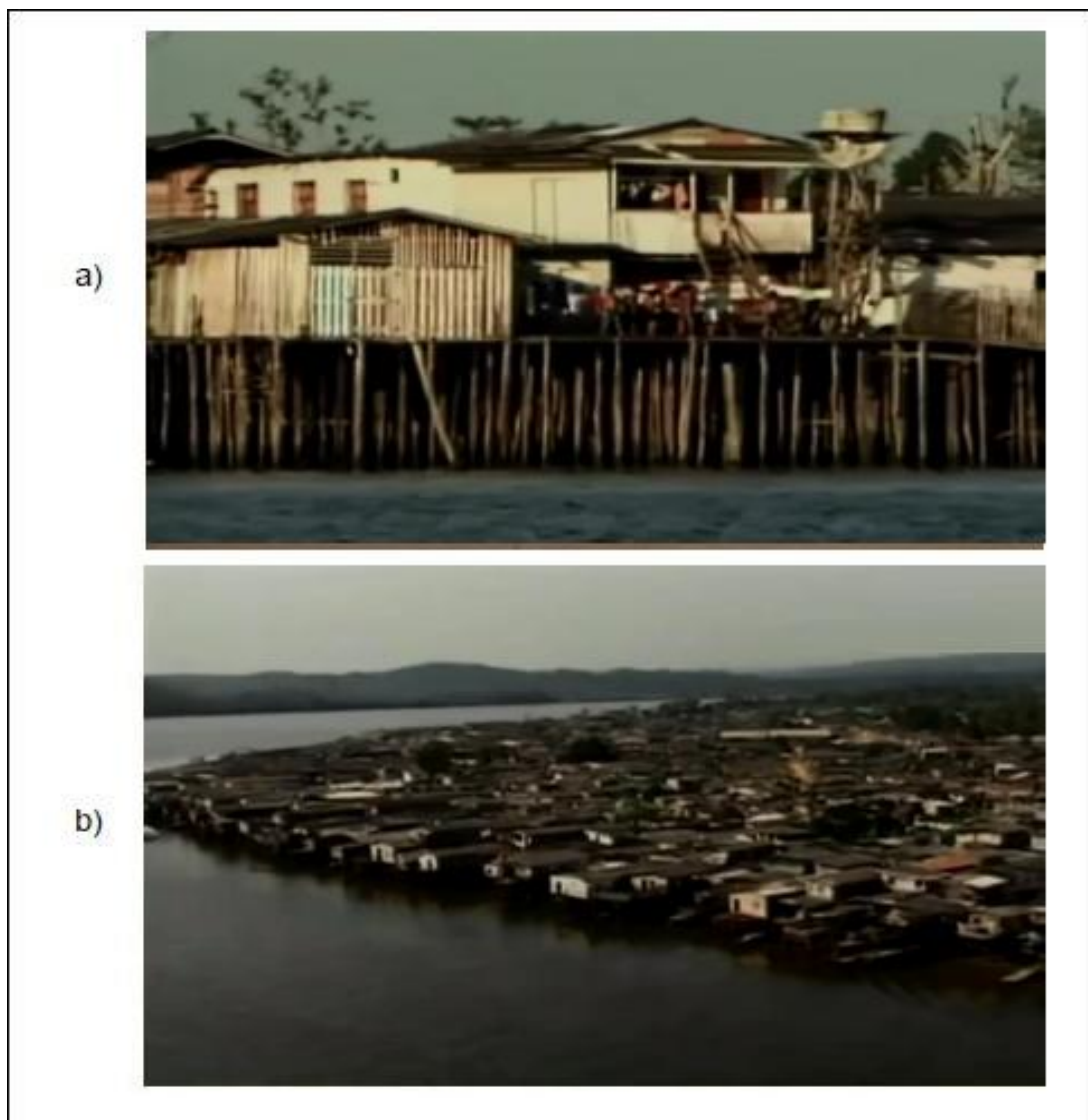


Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Entretanto, as pessoas acumuladas no antigo Beiradão, parte da atual sede do município de Laranjal do Jari, passaram a organizar, a partir da década de 1990, lutas pela Terra. O sítio onde está localizada o Beiradão faz parte da várzea do rio Jari e, portanto, é suscetível a inundações periódicas. Outro grave problema na cidade são os incêndios, que provocados por acidentes domésticos, se alastram por grandes extensões devido a proximidade das casas, que formam um aglomerado de palafitas suspensas por estacas na margem do rio (FIGURA 11).

Em um cenário de grande pobreza e pouca participação da população sobre as ações do município de Laranjal do Jari, gesta-se as condições para as reivindicações populares, que na verdade já ocorriam durante as décadas anteriores, mas eram violentamente reprimidas pelos "patrões" da época, José Júlio de Andrade e Daniel Ludwik.

Figura 11 – Beiradão



Legenda a) Palafitas.
b) Vista aérea do Beiradão.

Fonte: AMAZÔNIA, 2006.

Em 1997, a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari (PMLJ) deu início a desapropriação de áreas periurbanas que não possuíam benfeitorias. Surge daí a proposta de criação de um assentamento à cinco quilômetros da sede do município. Em razão de disputas judiciais entre os posseiros da área e a prefeitura, um movimento de moradores do Beiradão iniciam vários atos até a ocupação da área.

A tensão na região torna-se grande e as ameaças de morte contra as principais lideranças são cada vez mais constantes, principalmente contra

Maria de Nazaré Souza Mineiro, imigrante maranhense que passou a liderar o movimento em torno das terras. Em 16 de novembro de 1998, as ameaças se concretizaram e Nazaré Mineiro é assassinada em Laranjal do Jari. Pouco mais de um ano depois o PAC é criado e passa a ser chamado pelo nome da sua principal líder.

4.3.2. Os demandatários do curso Técnico em Meio Ambiente: AMPRANAZA, AMAC, ATEX-CA e ATEX-MA

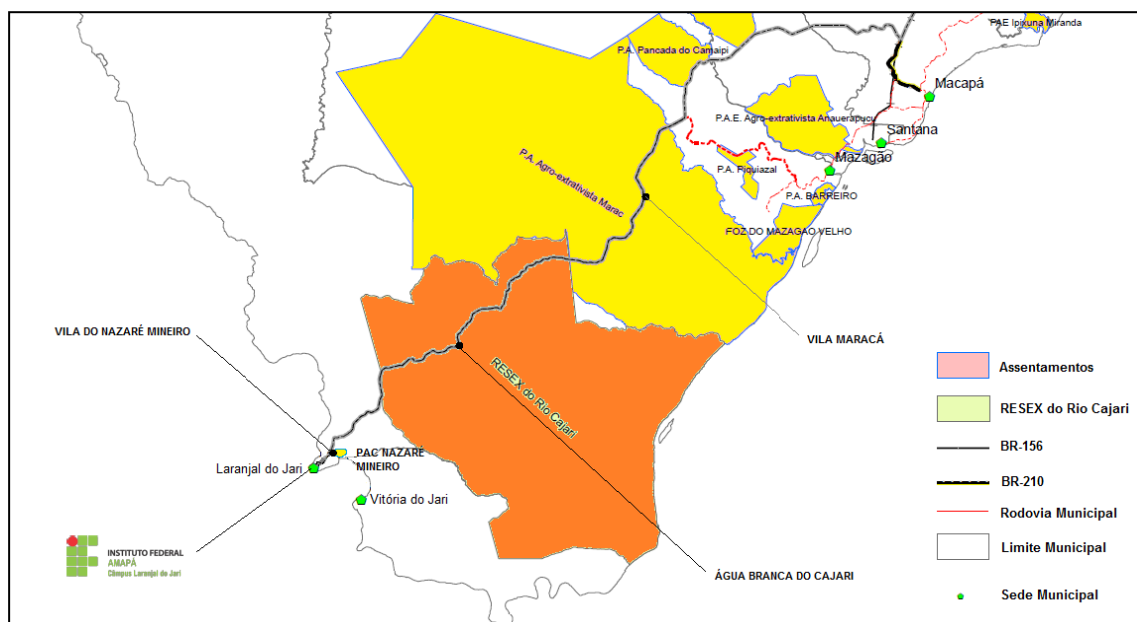
Com a disponibilidade do IFAP em ofertar o curso a beneficiários do PNRA na região sul do Amapá, as principais associações da região, principalmente aquelas mais próximas do Câmpus de Laranjal do Jari, passaram a ser consultadas para discutir e acordar sobre a possibilidade de apresentação de uma proposta de curso técnico para os seus moradores⁴⁶.

O IFAP passa a discutir o projeto com os presidentes das principais associações das áreas de reforma agrária: PAC Maria de Nazaré Souza Mineiro; RESEX do Rio Cajari; e PAE Maracá. Foram realizadas visitas à vila do Nazaré Mineiro, Água Branca do Cajari e Vila do Maracá. Foi utilizado como área de abrangência para quantificar e qualificar a demanda apenas estas comunidades, que estão localizadas as margens da BR-156 (FIGURA 12).

Nesta área de abrangência, estas são as principais comunidades da reforma agrária. Nelas existem as principais escolas da região, sendo que na Água Branca do Cajari e na Vila do Maracá existem escolas que ofertam o ensino médio, tendo destaque a Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA) (QUADRO 3).

⁴⁶ A demanda original para a necessidade de cursos técnicos nas áreas de reforma agrária da região sul do Amapá surgiu de uma reivindicação junto ao INCRA de lideranças do Curuçá, comunidade localizada no baixo Maracá. Considerando, as instituições de ensino parceiras do PRONERA, o IFAP foi a que mais mostrou interesse em desenvolver um projeto que atendessem a realidade socioeconômica da região. Em razão da existência de um câmpus na sede do município de Laranjal do Jari e a oferta de cursos técnicos, o instituto sinalizou para um projeto de curso Técnico em Meio Ambiente, o qual já faz parte do elenco de cursos da instituição. Deste modo, o projeto foi encarado como um piloto que possibilite o início da participação do IFAP no PRONERA.

Figura 12 – Localização das comunidades que serviram para quantificar as demandas do projeto de curso Técnico em Meio Ambiente.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Quadro 3 – Escolas das comunidades da Vila do Nazaré Mineiro, Água Branca do Cajari e Vila do Maracá

Comunidade	Escola	Possui prédio próprio	Possui ensino médio	Estimativa de alunos
Vila do Nazaré Mineiro	Escola Municipal Nazaré Mineiro	Sim	Não	45
Vila do Maracá	Escola Estadual Evilásio Pedro de L. Oliveira	Sim	Sim	120
Vila do Maracá	Escola Família Agroextrativista do Maracá	Sim	Sim	89
Vila do Maracá	Escola Municipal Evilásio Pedro de L. Oliveira	Sim	Não	30
Água Branca do Cajari	Escola Estadual Água Branca do Cajari	Sim	Sim	90
Água Branca do Cajari	Escola Municipal Água Branca	Sim	Não	...

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Nota: Dados levantados em campo.

Esta escola família agrícola (EFA) atende a 89 alunos, distribuídos entre os projetos de assentamentos Maracá, Pancada do Camaipi, Matão do Piaçacá e RESEX do Rio Cajari, além de várias comunidades de posseiros em

áreas fundiárias da região sul. Até 2010, a escola ofertou o curso Técnico em Agroextrativismo, formando três turmas com 25 alunos cada⁴⁷.

Considerando que já houve um curso técnico voltado para realidade extrativista da região e a sua base foi a pedagogia da alternância, o IFAP parte em maio de 2013 para uma quantificação e qualificação da demanda a partir do Maracá. Segundo o presidente da ATEX-MA, Francisco dos Santos Vieira (FOTOGRAFIA 6), a visita do representante do instituto gerou muita expectativa, mas também mostrou a dificuldade que a associação teria em levantar a demanda.

Ele passou ai, parou e perguntou da associação. Aí comecei a contar das dificuldades e se não dava pra fazer um núcleo [turma] aqui. Aí ele disse: "olha eu não posso te dizer, mas eu ainda vou fazer um projeto que é novo pra dar certo com o pessoal do INCRA." Daí eu disse: "olha rapaz, tem muita gente aqui que quer estudar." Aí ele disse: "então nós vamos fazer esse projeto." Aí eu respondi: "então eu vou te esperar aqui." Nós só tinha a dificuldade de levantamento [da demanda]. (...) o Maracá, ele é grande, tanto aqui como no baixo Maracá. Por aí tem muitas paragens. Tem o Ajurixi, tem o Rio Preto, é muito tempo pra fazer essas visitas. (VIEIRA, 2014)

Fotografia 6 – Francisco dos Santos Vieira, Presidente da ATEX-MA.



Fonte: Do autor, 2014

⁴⁷ Informações obtidas em 13 de agosto de 2013 no trabalho de campo da pesquisa sobre *sujeitos, práticas e políticas da educação do campo* na disciplina Seminário Integrador II deste Curso de Especialização em Educação do Campo.

Francisco dos Santos Vieira revela um dos principais limites dos movimentos sociais no Amapá, com relação aos projetos do PRONERA: o levantamento das demandas, essencialmente uma atribuição dos sujeitos do campo, não é realizada por desinteresse; ocorre principalmente em razão das grandes dimensões das áreas de reforma agrária amapaenses. A fala de Francisco dos Santos Vieira é a fala da experiência de quem sabe o quanto difícil e demorado (e por que não, dispendioso) são visitas às comunidades que são acessadas unicamente por rios e igarapés, principalmente no alto e baixo Maracá.

Entretanto, a alternativa encontrada entre IFAP e ATEX-MA foi centrar a estimativa da demanda do projeto na EFAEXMA. Esta EFA faz parte de uma rede de mais quatro distribuídas pelo Estado do Amapá e tem a sua abrangência de atendimento na região sul, principalmente no eixo da rodovia que liga Macapá à Laranjal do Jari. A sua organização e gestão é representada por uma associação própria e nas decisões tem a participação da RAEFAP e associações da região ligadas ao Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e ao CNS, além da própria ATEX-MA. Diante desta alternativa, Francisco Vieira afirmou que

(...) o professor [representante do IFAP] começou a falar com os outros. Fez uma reunião com a Escola Família. Aí eu reuni e falei do projeto, aí o pessoal [comunidade] ficou animado. A esperança é grande, muita esperança que aconteça isso. Os moradores perguntam: "quando vai acontecer?"; "não vai acontecer?". (VIEIRA, 2014).

Levar a discussão do projeto para a EFAEXMA foi a oportunidade de inserir a proposta nesta rede de movimentos sociais, além de envolver a comunidade no debate. No entanto, a certa desconfiança em relação a possibilidade de efetivação do projeto revela que qualquer iniciativa que se desenvolvido na comunidade que não tenha um encaminhamento através de seus movimentos fundantes ou apoiadores, não será merecedor de uma confiança imediata.

Outra estratégia para a constatação das demandas foi relacionar a proposta do curso às atividades produtivas. Na visita a RESEX do Rio Cajari,

nas discussões sobre o projeto, IFAP e ATEX-CA observaram as oportunidades que o curso possibilitaria ao Projeto Carbono Cajari.

Este projeto é patrocinado pelo Programa Petrobras Ambiental e contribui como instrumento de implementação do desenvolvimento sustentável na RESEX, através de estratégias para o desenvolvimento dos processos produtivos e do meio ambiente. Uma das ações de destaque do projeto é o levantamento das castanheiras da reserva e para tanto sempre foi preciso mão de obra qualificada, que muitas vezes é de fora da RESEX.

A relação da proposta do curso está no possível envolvimento dos educandos nas atividades do Projeto Carbono Cajari durante as atividades do Tempo Comunidade (TC). Esta possibilidade fez com que a proposta do curso fizesse parte das pautas da ATEX-CA e, assim, respaldasse sua necessidade junto aos moradores da reserva. Esta possível relação do curso com as ações da ATEX-CA teve destaque na justificativa do projeto elaborado pelo IFAP, principalmente quando explica que o curso é uma oportunidade de qualificação técnica para Projeto Carbono Cajari e outros na região.

Alguns moradores comentaram a importância da qualificação técnica, porque, com o projeto em execução, a mão de obra qualificada é proveniente de outras localidades, e por conta da ausência de concorrência, os recursos financeiros poderiam permanecer na comunidade (IFAP, 2013, p. 10)

Outra atividade produtiva que tem possibilidade de se relacionar com a proposta do curso é a produção e comercialização de biscoito de Castanha do Brasil. Essas atividades são realizadas por aproximadamente 80 mulheres associadas à AMAC, que se revertem entre a fabricação do biscoito na cozinha comunitária (FOTOGRAFIA 7) e a venda de parte da produção na Feira Popular.

Das discussões sobre o projeto surge um acordo para que os futuros educandos do curso promovam junto com a comunidade quatro minicursos, que serão organizados nos tempos comunidades (TCs) e terão os seguintes temas: economia solidária; empreendedorismo; desenvolvimento sustentável; e elaboração de projetos e linhas de crédito.

Fotografia 7 – Cozinha comunitária da AMAC na RESEX do Rio Cajari.



Fonte: Do autor, 2014

Deste modo, o curso pode fortalecer a organização da AMAC, que através do beneficiamento da Castanha do Brasil gera uma renda constante para as mulheres da comunidade. Segundo Euziane Ribeiro da Silva, presidente da AMAC (FOTOGRAFIA 8), este trabalho provocou a melhoria nas condições de vida, expressa aqui nessa fala de Euziane Ribeiro da Silva quando se autoidentifica:

Sou extrativista mesmo. A extrativista trabalha com policultura, castanha, que é o nosso meio de vida daqui da reserva. O trabalho daqui é castanha e roça. (...) Trabalhamos diretamente com a castanha e derivados e isso melhorou, porque tivemos a oportunidade de trabalhar. A maioria já trabalhava, só não tinha pra quem vender. Hoje dá pra vender a produção para a merenda escolar e melhorar a renda. (SILVA, E., 2014)

Mesmo diante da oportuna relação entre o projeto com as atividades produtivas da RESEX, uma questão que chamou a atenção foi a concentração das discussões do Curso apenas entre o IFAP, ATEX-CA e AMAC. Não se observou diálogo direto com a comunidade, como ocorreu no PAE Maracá. Este fato pode ser evidenciado na explicação de Euziane Ribeiro da Silva, quanto da necessidade de apresentação da projeto para a comunidade:

(...) Até agora não vi o projeto, então não tenho muito o que falar com a comunidade. Mas se eu falasse eles apoiariam. Iriam querer dentro da reserva [uma turma] pra estudar aqui mesmo. Eu acho que se eu falasse do projeto eles iriam querer isso. Muitos iriam querer estudar pra não ter que ir pra cidade. (SILVA, E., 2014)

Fotografia 8 – Euziane Ribeiro da Silva, Presidente da AMAC, e a Feira Popular.



Fonte: Do autor, 2014

Neste ponto fica claro o distanciamento entre o diálogo sobre o projeto, (o discutido) e o acesso ao projeto final (o escrito). A AMAC demonstra que o acesso ao projeto escrito é fundamental para garantir a credibilidade junto a comunidade. De certa forma, a própria organização da AMAC, que tem promovido conquistas importantes na RESEX, é o fator que justifica a exigência do acesso ao projeto final.

Na construção de um projeto do PRONERA, as instituições de ensino não são meros tradutores da vontade dos sujeitos do campo. É importante que garantam o princípio do diálogo, principalmente quanto a produção coletiva do conhecimento. Outro princípio do PRONERA importante a ser observado é o da práxis, ou seja, a construção do projeto não deixa de ser um processo educativo que se baseia no movimento ação-reflexão-ação e na transformação da realidade. Estes princípios são norteadores para o conteúdo pedagógico

das propostas⁴⁸, mas também devem orientar o conteúdo político e social da construção dos projetos.

Nesse caminho pela demanda, o IFAP chega ao PAC Maria de Nazaré Souza Mineiro e conta com o envolvimento da comunidade em razão do assentamento constar na proposta como a sede do TE. A pequena distância (cinco quilômetros) do assentamento para o câmpus do IFAP é o maior motivo desta possibilidade e não haveria muita razão do curso funcionar exclusivamente no IFAP diante desta proximidade com o assentamento.

As discussões iniciais se deram com a AMPRANAZA, na pessoa do seu presidente, Vicente Frazão (FOTOGRAFIA 9), que relatou da seguinte forma o primeiro contato com o professor do IFAP:

(...) quando ele veio aqui, ele pediu informação e ligou pra mim. Queria muito conversar comigo. Perguntou se eu estava de acordo em cooperar com esse projeto do IFAP aqui dentro do assentamento. Eu disse: "aceito!". Se o projeto vim pra cá pra beneficiar a comunidade, eu tô de acordo. (FRAZÃO, 2014)

Fotografia 9 – Vicente Frazão, Presidente da AMPRANAZA, e esposa.



Fonte: Do autor, 2014

⁴⁸ Além dos princípios do diálogo e da práxis, o PRONERA também compreende os princípios da transdisciplinaridade e equidade.

A receptividade do presidente da AMPRANAZA e os demais moradores mostra a satisfação com a possibilidade de receber um curso do IFAP dentro da área do assentamento. Vicente Frazão expressa esta satisfação, até com certo orgulho:

(...) nós vamos dizer aqui: "olha, tá funcionando lá dentro do assentamento Nazaré Mineiro." Ai vão falar: "é mesmo!?" Ai vão vim pra vê como tá funcionando. Vão ver que tá funcionando. A porta está aberta. Eu fico bem satisfeito porque é uma forma de divulgar o assentamento com o projeto e buscar a melhoria da comunidade. (FRAZÃO, 2014)

Esta satisfação e orgulho talvez se justifique pela oportunidade do curso ressaltar a condição de área de reforma agrária do assentamento, que para muitos habitantes de Laranjal do Jari é apenas um bairro da cidade. Esta condição é injusta para os assentados, pois omite a história de luta daqueles que substituíram a vida no Beiradão pelas terras do assentamento.

Os assentados indicam a disposição de serem uma espécie de responsáveis pelo acompanhamento do curso durante o TE, mais do que apenas demandantes. Segundo o acordo entre IFAP e AMPRANAZA e PMLJ, o TE funcionará na Escola Municipal (FOTOGRAFIA 10) e no IFAP (aulas nos laboratórios) (FOTOGRAFIA 11). A escola também funcionará como alojamentos para educandos das outras comunidades (IFAP, 2013).

Fotografia 10 – Escola Municipal Maria de Nazaré Souza Mineiro



Fonte: Do autor, 2014

Fotografia 11 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Câmpus Laranjal do Jari



Fonte: Do autor, 2014

Para tanto, a Escola Municipal terá um papel de destaque e por isso participou das discussões em torno do projeto. Vicente Frazão explica esta participação da escola da seguinte forma:

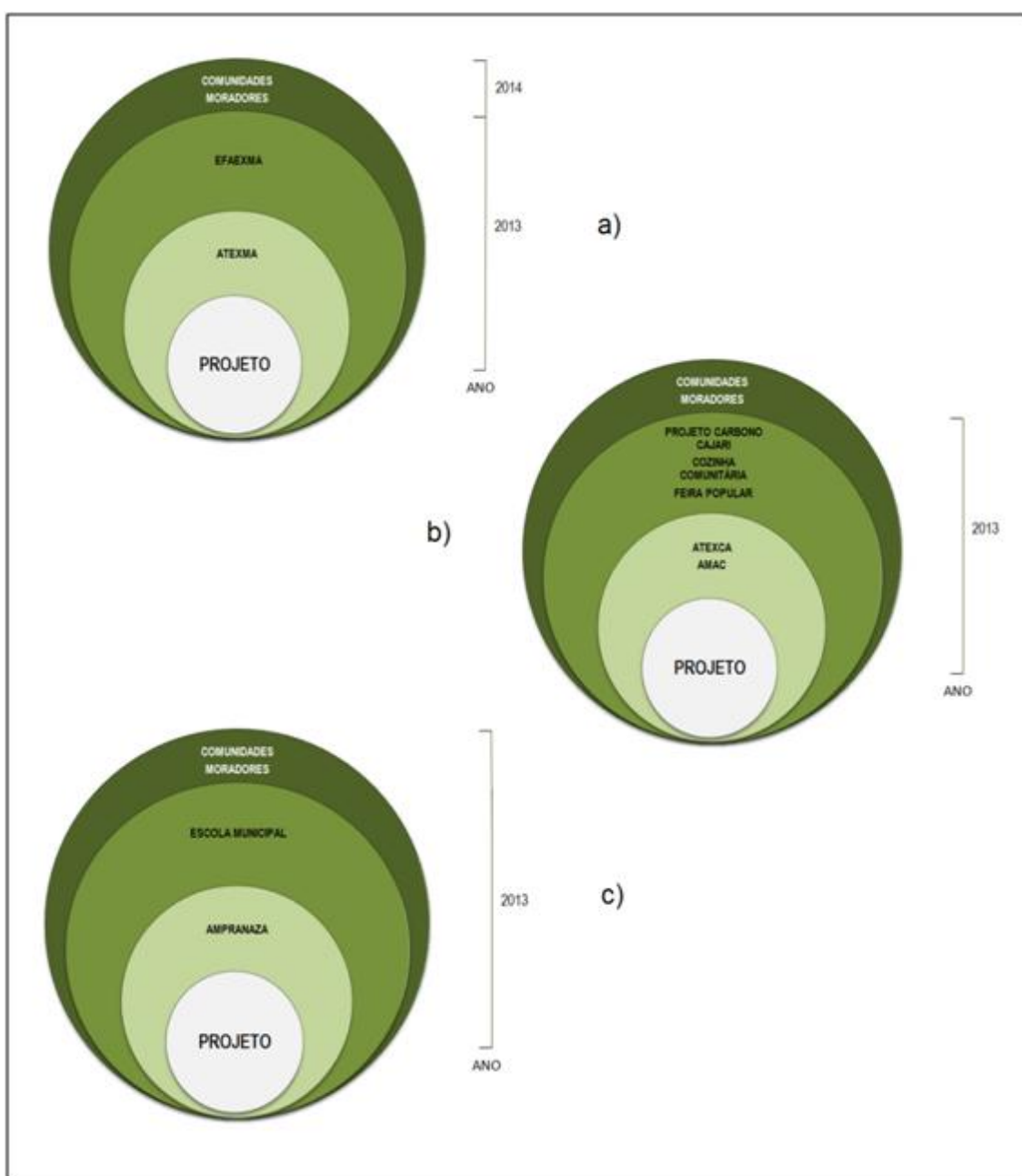
(...) ele [professor] foi lá na escola e conversou com o pessoal lá. Fui com ele lá na escola, conversei com os professores. Eles fizeram um trabalho lá. Acho que as pessoas estão bem informadas e a vontade é de acontecer. (FRAZÃO, 2014)

Com a inclusão da escola na discussão, os moradores iniciaram a participação através de reivindicações, principalmente diante da demora para a implantação do curso. Esta situação é ilustrada por Vicente Frazão da seguinte forma:

(...) quando ele veio com esta proposta, um "bocado" [muito] se agradou. Mas depois quando demora eles ficam "vaiando" aqui. Mas quando demora não é culpa de vocês, é culpa de lá [Brasília]. Ficam ansiosos e falam: "e aí, o IFAP veio, não vimos mais". Eu digo: "rapaz, dia certo eles estão chegando por aqui". Aí eles falam: "é mesmo?". Ontem já me tornaram a perguntar lá na rua [Laranjal do Jari]: "é só pra gente do assentamento?". (FRAZÃO, 2014)

Este esforço de construção do projeto no PAC Maria de Nazaré Souza Mineiro indica que a discussão de demanda foi ampla. Do outro lado, a RESEX do Rio Cajari e o PAE Maracá apresentaram uma construção mais centrada nas associações, tendo uma certa reserva dos moradores quanto o sucesso do projeto. Em suma, podemos definir as bases demandatárias do curso através dos esquemas representados na Figura 13.

Figura 13 – Esquema das bases demandatárias do projeto de Técnico em Meio Ambiente pelo IFAP



Legenda: a) PAE Maracá.
b) RESEX do Rio Cajari.
c) PAC Maria de Nazaré Souza Mineiro

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A construção do projeto acabou por ser realizado a partir de um recorte nas possíveis opções de movimentos demandantes. Em razão do caráter inédito do curso para o IFAP (o primeiro projeto para áreas de reforma agrária e o primeiro no âmbito do PRONERA), a escolha da região sul do Amapá se deu a priori como uma forma prudente de encarar o projeto como um piloto, que servirá de base para os demais que possam vir no futuro.

A escolha de três áreas de reforma agrária da região sul do Amapá, mais do que uma opção viável em razão da proximidade do Câmpus Laranjal do Jari, foi uma estratégia que permitiu a aproximação do PRONERA de movimentos sociais historicamente envolvidos pela luta da floresta como território.

A introdução de movimentos que envolvam segmentos específicos, como os extrativistas, configura-se como uma maneira de trazer para o debate sujeitos e movimentos típicos do campo amapaense. Como exemplo destes movimentos, temos o CNS, que é um representante das lutas na Amazônia e, segundo Gonçalves (2001), "(...) também é reconhecido como o movimento que foca a luta dos trabalhadores rurais para além da terra, ampliando para a defesa do modo de vida e, assim, tem como principais conquistas as reservas extrativistas e a proposta da aliança dos Povos da Floresta." (GONÇALVES, 2001. p. 132).

Na verdade, existem diversos movimentos locais que seguem o pioneirismo e práticas dos extrativistas e podem representar, diante da sua organização, uma efetiva construção coletiva dos projetos do PRONERA, que representem as reais demandas do campo amapaense.

Portanto, a análise dos projetos apresentados pelo IFAP e SEED nos permite visualizar o elenco de dificuldades que afetam a participação dos movimentos na construção dos projetos do PRONERA, conforme a sistematização do Quadro 4.

Para além de uma lista de dificuldades, os projetos possibilitaram a identificação das suas causas e origens, o que nos leva elencar recomendações sobre a construção dos projetos do PRONERA.

Quadro 4 – Síntese das dificuldades que os sujeitos do campo amapaense enfrentar para concretizar a sua participação na construção dos projetos do PRONERA no Estado do Amapá

Dificuldade	Causas	Origem
a) Desânimo das comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> • A demora na implantação dos projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • INCRA/Sede • INCRA/SR-21
b) Desconfiança das comunidades sobre o papel dos movimentos na indicação de demandas.	<ul style="list-style-type: none"> • A demora na implantação dos projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • INCRA/Sede • INCRA/SR-21 • Instituições de Ensino
c) Desconhecimento e indiferença das comunidades sobre os projetos.	<ul style="list-style-type: none"> • Informação concentradas 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos • Lideranças
d) Pouca atuação dos movimentos em algumas comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> • Pequena repercussão da construção dos projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos • Lideranças
e) Desinteresse dos moradores em participar da indicação de demandas.	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de previsão nos projetos de transporte para os educandos; • Moradores dispersos em ramais, rios e igarapés distantes e de difícil acesso. 	<ul style="list-style-type: none"> • INCRA/Sede • Comunidade
f) Desconfiança das comunidades sobre a efetividade do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • O histórico de descontinuidade dos projetos; 	<ul style="list-style-type: none"> • INCRA/Sede • INCRA/SR-21
g) Indicação da demanda, através de levantamentos realizadas de modo incompletos ou incorretos.	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de condições logísticas e falta de conhecimento sobre as diretrizes do PRONERA; • Grandes dimensões das áreas de reforma agrária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lideranças
h) Desestímulo dos moradores em participar da indicação das demandas.	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência ou inexistência no abastecimento de energia elétrica e de salas de aula adequadas em algumas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> • INCRA/Sede • INCRA/SR-21 • Governo do Estado • Prefeituras • Comunidades
i) Desconfiança inicial da comunidade quando a construção dos projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • Quando a construção não tem início ou não é encaminhada pelos movimentos ou apoiadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada sobre a construção dos projetos do curso Técnico em Meio Ambiente e da escolarização em anos iniciais nos possibilita responder a hipótese apresentada na introdução desta pesquisa. Estes dois projetos ilustram as dificuldades de implementação do PRONERA no Amapá, principalmente quanto a participação dos movimentos sociais e sindicais na indicação das demandas.

Esta análise nos leva ao objetivo geral e aos específicos da pesquisa, quando:

- Define o elenco de dificuldades enfrentadas pelos sujeitos do campo amapaense na efetivação da construção dos projetos, permitindo a compreensão das possíveis soluções em torno da implantação do PRONERA no Amapá;
- Elenca os movimentos que participam da construção dos projetos, tanto os movimentos que fazem parte do colegiado do PRONERA (CONLAGOS, FETTAGRAP e MAAP) como as ações coletivas que representam às comunidades onde ocorrerão os projetos (ATEX-MA, ATEX-CA, AMAC e AMPRANAZA). Também chega aos objetivos quando nos leva a compreender a necessidade de participação do CNS na construção de projetos futuros;
- Revela que a participação dos movimentos ocorre diante de dificuldades inerentes a cada parceiro do PRONERA e a construção só pode ser protagonizada pelos movimentos quando há uma construção coletiva entre estes e associações, lideranças, instituições de ensino, escolas e moradores;
- Demonstra que os movimentos possuem uma organização diferenciada com relação a sua representatividade, pois apresentam formas diferentes de diálogo com a comunidade (concentração ou não de informações) e de atuação geográfica (local, regional ou estadual);

Foi constatado que a participação dos movimentos que compõem o colegiado do PRONERA é mais expressiva nas reuniões, que tratavam da avaliação das atividades pedagógicas dos projetos implementados. Em alguns casos, estes movimentos também tiveram destaque no acompanhamento *in loco* destas atividades. Porém, diante da gestão participativa inerente ao PRONERA, a maior problemática em torno da participação dos movimentos, esteve na indicação das demandas, seja na quantificação de educandos ou na definição das áreas de reforma agrária para os projetos.

Entre os sete projetos apresentados até hoje ao PRONERA, apenas o primeiro demandante não foi identificado. Os demais foram demandados a partir de articulações entre as instituições de ensino e os movimentos, assim como através da formalização da intenção a partir da assinatura da carta de aceite. Este documento serve como demonstrativo do reconhecimento da proposição pelas comunidades, através dos seus movimentos representativos. No entanto, um projeto que apenas passa a ser referendado pela carta de aceite, sem a real dimensão da demanda, pode minimizar o papel protagonista dos movimentos no PRONERA.

A participação dos movimentos CONLAGOS, FETTAGRAP e MAAP na proposta de escolarização em anos iniciais se limitou na confirmação da demanda quantificada em 2008 pela SEED. Neste caso, os movimentos apresentaram dificuldades na atualização da demanda diante da reformulação do projeto em 2011. Neste ínterim, o projeto sofre influência direta das seguintes problemáticas:

- A suspensão nacional dos convênios devido o Acórdão n. 2.653/2008 - TCU, o qual impossibilitou a celebração de novos projetos com a SEED. Este evento provocou a desmotivação dos educandos, que aguardavam a escolarização em anos finais do ensino fundamental, e a desmobilização das comunidades para a indicação de novas demandas;
- O pedido de saída da CPT do colegiado no início de 2009 provocou a desmobilização dos movimentos que poderiam indicar as demandas para novos projetos;

- O declínio no número de movimentos sociais e sindicais na composição do colegiado do PRONERA, passando de seis componentes em 2008, para três em 2010. Este evento enfatizou a disparidade na composição do colegiado, provocando posicionamentos no PRONERA mais voltados aos pontos de vista institucionais.

Os movimentos CONLAGOS, FETTAGRAP e MAAP são de grande importância no PRONERA, pois, apesar das dificuldades enfrentadas, possuem qualidades na sua organização e representatividade, que contribuem na possível indicação das demandas.

O CONLAGOS tem como área de abrangência o Território dos Lagos (municípios de Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho), onde estão assentadas 1.737 famílias, que representam 12,5% das famílias assentadas em todo o Estado do Amapá. Este percentual é representativo nas demandas para o projeto de escolarização em anos iniciais, principalmente quando a indicação de demanda foi realizada em conjunto com os outros movimentos.

A FETTAGRAP congrega os sindicatos rurais dos 16 municípios do Estado do Amapá. Nesta abrangência de atuação a presença de assentados nos sindicatos rurais e na diretoria da Federação é constante, assim como o conjunto dos sujeitos do campo amapaense tem na Federação o seu maior movimento sindical.

Por sua vez, o MAAP se caracteriza como uma ação coletiva exclusiva dos assentados e participa do PRONERA voltando-se ao apoio das turmas nos assentamentos. Ainda assim, as suas limitações logísticas impedem o levantamento das demandas para uma indicação correta e completa aos projetos.

A alternativa encontrada para a construção do projeto de escolarização em anos iniciais foi a inclusão de bases demandatárias mais amplas, com a participação direta de diretores de escola, educadores, lideranças e moradores.

A princípio esta alternativa pode indicar uma interferência na autonomia dos movimentos no ato de demandar, mas a ampliação das bases contribuiu para o fortalecimento da representatividade dos movimentos nas áreas de reforma agrária. Este trabalho conjunto é um caminho para a construção

coletiva dos projetos e pode ampliar a participação e manifestação dos movimentos que estejam se limitando apenas à assinatura de uma carta de aceite.

Portanto, o desafio da construção conjunta, em bases demandatárias ampliadas, encontrará dificuldades que se interporão na plena participação dos sujeitos do campo nos projetos. Estas dificuldades são as seguintes:

- A demora para a implantação do projeto provoca desânimo nas comunidades e a desconfiança sobre a atuação dos movimentos e lideranças na tentativa de indicar as demandas;
- A concentração de informação entre os movimentos e lideranças (passando pouco ou quase nenhuma informação sobre a construção do projeto) causa o desconhecimento e desinteresse da comunidade sobre o projeto;
- A repercussão do projeto é pequena em algumas comunidades, devido a pouca atuação dos movimentos, o que leva ao reduzido envolvimento dos moradores na indicação das demandas;
- A ausência no projeto de previsão de transporte para os educandos, aliado à condição dos moradores dispersos em lugares distantes e ou de difícil acesso às salas, compromete o interesse dos moradores em participar da indicação das demandas quando estão diante das limitações que terão para participar dos cursos;
- O histórico de descontinuidade dos projetos do PRONERA é causa da desconfiança das comunidades quanto à efetividade do projeto;
- A indicação de demanda realizada unicamente por lideranças pode acarretar em levantamentos incompletos e incorretos;
- A deficiência ou inexistência, em algumas comunidades, de abastecimento de energia elétrica, assim como a falta de espaços adequados para o funcionamento das turmas, desestimula a mobilização dos moradores em torno das demandas, pois, também serão limitações para a participação nos cursos.

Em referência à construção do projeto de Técnico em Meio Ambiente, foi revelado o seguinte aspecto relacionado a hipótese da pesquisa: a presença

de lideranças e associações que também confirmam as demandas dos projetos do PRONERA.

Isto posto, a construção foi realizada preliminarmente pelas seguintes associações: ATEX-MA, ATEX-CA, AMAC e AMPRANAZA. Posteriormente, a partir da quantificação e qualificação das demandas junto à comunidade, foram incluídos as seguintes bases demandatárias: EFAEXMA, Escola Municipal Maria de Nazaré Souza Mineiro e os projetos relacionados às atividades produtivas (Projeto Carbono Cajari, Cozinha Comunitária de Derivados Alimentícios de Castanha do Brasil e Feira Popular, todos na RESEX do Rio Cajari). Logo, o projeto em questão deparou-se com as seguintes dificuldades:

- A indicação de demanda pelas lideranças, através de um levantamento nas comunidades, seria demorado e dispendioso, o que nos leva a considerar que também seria improvável em virtude das grandes dimensões das áreas de reforma agrária e do quanto os seus moradores estão dispersos;
- A postura de desconfiança inicial dos moradores diante das iniciativas que não partem ou não são encaminhadas pelos movimentos e apoiadores;
- O desconhecimento da comunidade, no que se refere às informações preliminares da construção do projeto, são provocadas pela concentração destas informações em suas lideranças.

Com base neste elenco de dificuldades, podemos identificar que as suas causas têm origem nos sujeitos coletivos: Movimentos; Lideranças; Comunidades. Bem como dos seguintes sujeitos institucionais: INCRA/Sede; INCRA/SR-21; Instituições de ensino; Governo do Estado; e Prefeituras.

Os resultados obtidos na pesquisa respondem a hipótese levantada quando apresentam as dificuldades que os sujeitos do campo enfrentam na construção dos projetos. Também respondem e vão além da hipótese quando evidenciam que estas dificuldades afetam o INCRA e as instituições de ensino na implementação do PRONERA.

Este fechamento das ideias nos remete à essencialidade do PRONERA, que é definida pela construção coletiva dos projetos a partir da

parceria e do diálogo entre os movimentos sociais e sindicais, as instituições de ensino e o INCRA.

É diante desta indissolúvel parceria entre sujeitos coletivos e sujeitos institucionais, na busca pelo direito à educação dos povos do campo, que elencamos as seguintes sugestões no sentido de subsidiar possíveis diálogos a respeito da superação das dificuldades aqui elencadas. Nossas sugestões são as seguintes:

- Fortalecer o colegiado do PRONERA, através da reafirmação dos movimentos sociais e sindicais presentes atualmente (MAAP, RAEFAP, CUT e FETTAGRAP);
- Aproximar o colegiado do PRONERA dos colegiados do PTDRS do Território Sul e Território Centro-Oeste, além Território dos Lagos (CONLAGOS);
- Incluir os movimentos sociais que estejam relacionados à luta pela floresta como território de vida e nesta condição temos o CNS;
- Ampliar as bases demandatárias dos projetos, envolvendo associações, cooperativas, lideranças, moradores, educadores e diretores de escolas municipais, estaduais, além das escolas famílias agrícolas;
- Desenvolver o levantamento de demanda a partir dos movimentos sociais e sindicais, em conjunto com as instituições de ensino e das bases demandatárias ampliadas;
- Promover estes levantamentos conjuntos através de visitas às comunidades envolvidas;
- Relacionar os projetos em construção com as atividades produtivas das comunidades, preferencialmente aquelas que se desenvolvem de forma coletiva e que têm expressiva participação na renda dos moradores;
- Envolver as escolas famílias agrícolas na construção dos projetos para a realização de conversas, reuniões e debates com a comunidade sobre a relevância dos projetos na lógica da pedagogia da alternância.

Mesmo que estas sugestões possam se apresentar em menores proporções diante do desafio a superar, elas se definem como uma base para os diálogos, as reuniões, os encontros e as deliberações que possam e devam aprofundar a questão.

Por fim, desejamos que esta pesquisa possa colaborar na construção coletiva de um caminho de êxito para os futuros projetos do PRONERA. Neste futuro, acreditamos que os sujeitos do campo amapaense, testemunhos vivos e resistentes da rica sociodiversidade da Amazônia, se farão presentes protagonizando a sua própria história. É partir destas palavras pensadas aqui, que renovamos o nosso compromisso com o *direito* dos sujeitos do campo à educação e o nosso *dever* em garanti-lo.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA: heranças de uma utopia. Direção: Ricardo Favilla. Brasil; França: MPC e Associados, Rio de Cinema e Mano a Mano, 2006. 1 DVD (90 min.), son., color. Tradução de: Mauro Pinheiro, Leyla Ribeiro e Maria Amélia de Moraes.

ANDRADE, Manual Correia de. *A questão do território no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Huncitec, 2004.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, n. 17, p. 139-154, 2. semestre. 2001.

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: ed. Vozes, 2012.

_____. *Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais?* Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, p. 28-49, Jan/Jun, 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>> Acessado em: 11 jul. 2014

BARRETO, Cristiana. Entre mistérios e malogros: os primeiros contatos com ameríndios da Amazônia. In: SCATAMACCHIA, Maria Cristina M.; SOLANO, Francisco E. (orgs.). *América, Contacto y Independência. Cidade do México: Instituto Panamericano de Geografía y Historia*, 2008, p. 110-121.

BARROSO, João. *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores*. Lisboa, PT: Educa, 2006

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3. ed. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

BRASIL. *Decreto nº 8.180*, de 30 de dezembro de 2013. Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Brasil, Brasília - DF, 31 dez. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm> Acesso em: 02 jul. 2014.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. (Série textos básicos; n. 67). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=11>. Acesso em: 20 Jun. 2014.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs). *Educação do campo: identidade e políticas públicas*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação básica do Campo, 2002. p. 25-36 (Coleção: Por uma Educação do Campo, n. 4).

_____. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org.). *Por uma Educação do Campo*. Brasília: NEAD, 2008. p. 67-86 (Coleção: Por uma Educação do Campo, n. 7)

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 11. ed. Ilustrada. São Paulo: Global, 2002.

COLEGIADO EXECUTIVO ESTADUAL DO PRONERA. Regimento Interno. Macapá, 2006. 4 p.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. 2. ed. Brasília, DF: Liber Livros, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: Clarice dos Santos (Org.). *Por uma Educação do Campo*. Caderno 7. Brasília: NEAD, 2008. p. 39-66 (Coleção: Por uma Educação do Campo, n. 7)

_____. CERIOLI; Paulo R.; CALDART, Roseli S. Primeira Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo". In: MOLINA, Mônica C; CALDART, Roseli S; ARROYO, Miguel (Orgs.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERREIRA, Nilda Tevês. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FILOGREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. *A história do agroextrativismo na Amazônia Amapaense*. Macapá: UNIFAP, 2014.

FRAZÃO, Vicente. Construção coletiva dos projetos do PRONERA. Laranjal do Jari, 16 jul. 2014. 1 arquivo mp3 (75 min.). Entrevista concedida a Fabrício Souza Dias.

FREIRE, José Ribamar Bessa; *Da fala boa ao português na Amazônia brasileira*. Ameríndia: *Révue d'Ethnolinguistique amérindienne publié par le Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, avec le concours du CNRS*, v. 8, p. 39-83, 1983. Republicada em *Amazônia em Cadernos*, revista anual do Museu Amazônico, da Universidade Federal do Amazonas, v. 6, p. 1-65, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 44ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001 (Coleção Questões de Nossa Época; v. 23)

FUNES, Eurípedes Antonio. *"Nasci nas matas, nunca tive senhor"*: História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* [1959]. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

GALLOIS, Dominique Tikin; GRUPIONI, Denise Fajardo. *Povos indígenas no Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam*. São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em <http://www.institutoiepe.org.br/media/livros/livro_povos_indigenas_no_AP_e_N_do_PA.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

_____. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012b

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazonas*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, Milton, et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 375-409.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRZYBOWSKI, Cândido (Org.). *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro - 1960. In: STEDILE, João Pedro (Org.); ESTEVAM, Douglas (Assistente de pesquisa). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HILBERT, Peter Paul. Contribuição à arqueologia do Amapá: fase Aristé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia*, Belém, n. 1, p. 1-44, set. 1957.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia brasileira. v. 11)

IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia:1964-1978*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Acompanhamento do projeto Saber Mais, Viver Melhor*. PRONERA. Macapá: PRONERA, 2004. 7p. Relatório

_____. *Área do projeto, capacidade de assentamento, número de famílias assentadas, tituladas, números de vagas e excedentes nos projetos e reforma agrária*: período de informação - 01/01/1980 até 30/03/2014 - Superintendência Regional do Estado do Amapá - SR (21). Macapá: SIPRA, 2014a. 4p. Relatório.

_____. Manual operacional do PRONERA, Brasília: INCRA, 2011.

_____. *Processos protocolados: comunidades quilombolas*. Macapá: INCRA, 2014b. 2 p. Relatório.

_____. *Relatórios de visita técnica*. Macapá, 2012. 25 p. Relatório

_____. *Sistema de Informações na Reforma Agrária*, Brasília, 2014c. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/relacao-de-beneficiarios-rb>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Câmpus Laranjal do Jari. *Projeto do Curso Técnico em Meio Ambiente para educandos de assentamentos da reforma agrária da região sul do Amapá*. Laranjal do Jari, 2013. 104 p.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*. Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32, n. 2, Dez, 1999. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/107/161>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

LINS, Cristovão. *Jari: setenta anos de história*. 1. ed. Rio de Janeiro: DATAFORMA, 1991.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. 2. ed. Belém: Editora Cejup, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. In: *Textos de Economia*, v. 4. n. 1. Florianópolis, 1993. p. 131-142.

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para a Amazônia. *Presença: revista de educação, cultura e meio ambiente*, Porto Velho, vol. 2, n. 12, p. 1-13, Dez. 1998. Disponível em <http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/12mariadasgracasnascimento_migracoesnordestinasparaamazonia.pdf> Acesso em: 16 abr. 2014.

NEVES, E; PAIVA, M. National Geographic, *Amazônia Ano 1000*. São Paulo: Abril Cultural, 2010, p. 34-39

_____. *Arqueologia da Amazônia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. Modelo de desenvolvimento local na Amazônia pré-colonial: complexidade cultural e modernidade em sociedades pré-coloniais da Amazônia. *Estação Científica* (UNIFAP). Macapá, v. 1, p. 99-109, n. 2, 2011. Disponível em <<http://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/144>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *O nosso governo: os ticuna e o regime tutelar*. São Paulo, Marco Zero, 1988, p. 214-35.

PACHECO, Agenor Sarraf. As Áfricas nos Marajós: Visões, fugas e redes de contatos. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires (Orgs.). *Muito além dos campos: Arqueologia e história na Amazônia marajoara*. Belém: GKNORONHA, 2010. p. 33-71.

PARCEIRO. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Lagos do Amapá. Macapá: PARCEIRO, 2011.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o Governo Cardoso. In: STEDILE, João Pedro (Org.); ESTEVAM, Douglas (Assistente de pesquisa). *A questão agrária no Brasil*. 1. ed. v. 8. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 19-68.

PINTO, Lúcio Flávio. *Jarí toda a verdade sobre o projeto de Ludwig: As relações entre Estado e multinacionais na Amazônia*. 1. ed. São Paulo: Marco Zero, 1986.

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio*. Tradução de Rômulo Monte Alto. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil* [1945]. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRINCE, Richard. *Reinventando a História dos Quilombos: Rasuras e Confabulações*. In: *Revista Afro-Asiática*, n. 23, 1999, p. 239-265.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, José Fernandes do. *Estado e Políticas Públicas: A reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar*. São Luís: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, 2005 (Edições do Senado Federal, v. 64)

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. *Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá*. São Paulo: All Print Editora, 2011.

RODRIGUES, Carmen Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. *Novos Cadernos NAEA*. Belém, v. 9, n.1, p. 119-130. jun. 2006. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/60/131>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: Sob o regime da escravidão*. 3. ed. revista e ampliada. Belém: IAP/Programa Raízes, 2005.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Africanos e índios na Amazônia: experiências de precarização da liberdade. In: *Simpósio Internacional América: Poder, Conflicto y Política*. 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luiz Heron; AZEVEDO, José Clóvis de; SANTOS, Edmilson Santos dos. *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre, 1996. p. 15-33. p. 15-33.

_____. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências: In: RAMALHO, M. I.; RIBEIRO, A. S. (Orgs.) *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-823.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2008.

SCHADEN, Egon. Antropologia: aculturação e assimilação dos índios do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 2. 1967

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (AMAPÁ). Projeto de escolarização, em anos iniciais do ensino fundamental, para assentamentos do plano de reforma agrária do Estado do Amapá. Macapá, 2008. 78 p.

_____. Relatório de visita aos assentamentos do INCRA. Macapá, 2013. 33 p. Relatório

SILVA, Armando Corrêa da Silva. O território da consciência e consciência do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: HUNCITEC, ANP, 1998. p. 257-260.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: em busca de novos caminhos. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MEDEIROS, Marta Inez. (Org.). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 335-352.

SILVA, Euziane Ribeiro da. Construção coletiva dos projetos do PRONERA. Laranjal do Jari, 15 jul. 2014. 1 arquivo mp3 (60 min.). Entrevista concedida a Fabrício Souza Dias.

SILVA, José Graziano da. A porteira já está se fechando?. In: _____. *A modernização dolorosa: estrutura fundiária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982, p. 114-125.

SILVA, Sílvio Simone. A floresta como dimensão territorial: novos e velhos apontamentos para a compreensão do desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Orgs.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 289-313.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Martha; MARQUES, Eduardo (orgs.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 65-86

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-116.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). Prestação de contas de convênios: dever do gestor, direito da sociedade: módulo 1: noções básicas sobre convênios. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2009.


VIEIRA, Francisco dos Santos. Construção coletiva dos projetos do PRONERA. Laranjal do Jari, 14 jul. 2014. 1 arquivo mp3 (70 min.). Entrevista concedida a Fabrício Souza Dias.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na História e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANEXO A

Figura 14 - Portaria que constituiu a primeira composição do Colegiado do PRONERA.

B: Nº 44
01/11/99


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA/INCRA/SR-(21)AP/G/Nº 052/99 DE 19 DE OUTUBRO DE 1.999

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA NO ESTADO DO AMAPÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, alínea "q", do Regimento Interno da Autarquia aprovado pela Portaria MAARA/Nº 812, 16 de dezembro de 1.993, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 dos mesmos mês e ano, e de conformidade com a Portaria INCRA/IN Nº 362, de 20 de maio de 1.994, publicada também no Diário Oficial da União do dia 24 dos mesmos mês e ano.

CONSIDERANDO o que estabelece o item 6.3.1 - Das Coordenações Estaduais do Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RESOLVE:

I - CONSTITUIR a Coordenação Estadual do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com a finalidade de divulgar, coordenar, articular, implementar, acompanhar, supervisionar, avaliar, além de outras, conforme o Manual de Operações do PRONERA.

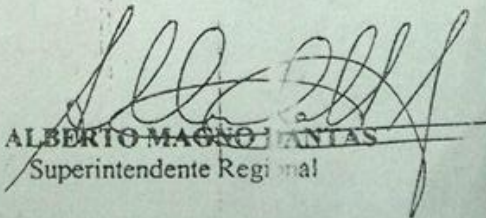
II - DESIGNAR os representantes das entidades, abaixo relacionados, para constituir a Coordenação Estadual do PRONERA.

REPRESENTANTES E ENTIDADES:
M. DO SOCORRO PALHETA BAIA - INCRA/AP.
ANA MARIA SAMPAIO DOS SANTOS SALES - INCRA/AP.
LUIS ISAMU BARROS KANZAKI - UNIFAP/AP
ÉLCIO NOLE DE CAMPOS - UNIFAP/AP.
MERIAN DOS SANTOS NOGUEIRA - SEED
MÁRCIA TEREZA RIBEIRO BRENHA - SENAR
ARNALDO BIAMN CHETTI - EMBRAPA

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT.:
MARINEIDE OLIVEIRA VIEIRA

SOCIEDADE CENTRAL DOS AGRICULTORES DO AMAPÁ.:
RAIMUNDO APÓSTOLO SANTANA

Fazer cessar os efeitos da Portaria/INCRA/SR(21)AP/G/Nº 016/99 de 27.07.99


ALBERTO MAGNO SANTAS
Superintendente Regional

ANEXO B

Figura 15 - Carta de aceite da AMPRANAZA no projeto de Técnico em Meio Ambiente

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a equipe do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Câmpus Laranjal do Jari, veio a Comunidade do Maracá para discutir sobre a implantação do Curso Técnico em Meio Ambiente em parceria com o INCRA, denominado Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Foi apresentada a proposta mencionando a justificativa e objetivos do curso, perfil profissional, proposta pedagógica (pedagogia da alternância), requisitos de acesso, organização curricular, dentre outros pontos.

Após a exposição dos pontos acima relatados, foi possível opinar e contribuir na construção da proposta, com a finalidade de trazer, para o curso, necessidades mais próximas da realidade que a Comunidade do Maracá apresenta.

Por fim, confirmo a relevância do Curso Técnico em Meio Ambiente – Subsequente tanto para formandos quanto para a comunidade, onde os conhecimentos adquiridos serão aplicados e trarão benefícios para o desenvolvimento sustentável local.

Mazagão, 23 de maio de 2013

Francisco dos Santos Vieira
 PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES
 AGRICULTIVISTAS DO MARACÁ

Maria Lúcia Silva de Oliveira
 - PROFESSORA DA E.E. EVILASIDIO DO SCLIMA FERREIRA

ANEXO C

Figura 16 - Carta de aceite da ATEX-CA e AMAC no projeto de Técnico em Meio Ambiente

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a equipe do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Câmpus Laranjal do Jari, veio a Comunidade Água Branca do Cajari para discutir sobre a implantação do Curso Técnico em Meio Ambiente em parceria com o INCRA, denominado Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Foi apresentada a proposta mencionando a justificativa e objetivos do curso, perfil profissional, proposta pedagógica (pedagogia da alternância), requisitos de acesso, organização curricular, dentre outros pontos.

Após a exposição dos pontos acima relatados, foi possível opinar e contribuir na construção da proposta, com a finalidade de trazer, para o curso, necessidades mais próximas da realidade que a Comunidade Água Branca do Cajari apresenta.

Por fim, confirmo a relevância do Curso Técnico em Meio Ambiente – Subsequente tanto para formandos quanto para a comunidade, onde os conhecimentos adquiridos serão aplicados e trarão benefícios para o desenvolvimento sustentável local.

Laranjal do Jari, 23 de maio de 2013

Marcos Pinheiro Gomes
~~Coordenador~~ Conselho Fiscal
 da ATEX-CA

Robson Roberto de Souza
 PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES
 DO ALTO CAJARI - AMAC

ANEXO D

Figura 17 - Carta de aceite da ATEX-MA no projeto de Técnico em Meio Ambiente

DECLARAÇÃO


Declaro para os devidos fins que a equipe do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Câmpus Laranjal do Jari, veio ao Assentamento Nazaré Mineiro para discutir sobre a implantação do Curso Técnico em Meio Ambiente em parceria com o INCRA, denominado Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Foi apresentada a proposta mencionando a justificativa e objetivos do curso, perfil profissional, proposta pedagógica (pedagogia da alternância), requisitos de acesso, organização curricular, dentre outros pontos.

Após a exposição dos pontos acima relatados, foi possível opinar e contribuir na construção da proposta, com a finalidade de trazer, para o curso, necessidades mais próximas da realidade que o Assentamento Nazaré Mineiro apresenta.

Por fim, confirmo a relevância do Curso Técnico em Meio Ambiente – Subsequente tanto para formandos quanto para a comunidade, onde os conhecimentos adquiridos serão aplicados e trarão benefícios para o desenvolvimento sustentável local.

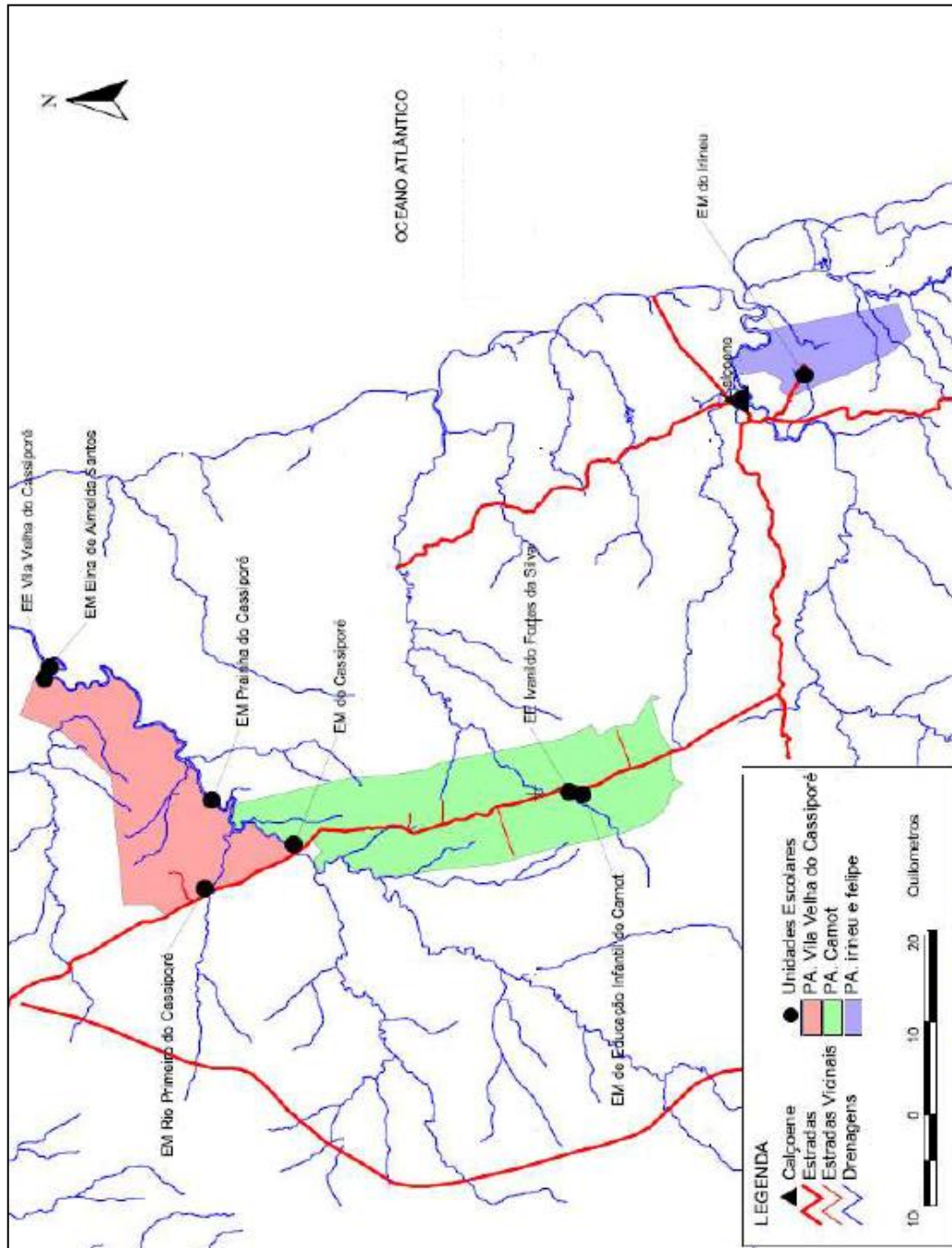
Laranjal do Jari, 20 de maio de 2013.



VICENTE FRAZÃO
PRES. ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO
NAZARÉ MINEIRO

ANEXO E

Figura 18 - Localização das escolas dos projetos de assentamento Vila Velha do Cassiporé, Carnot e Irineu e Felipe

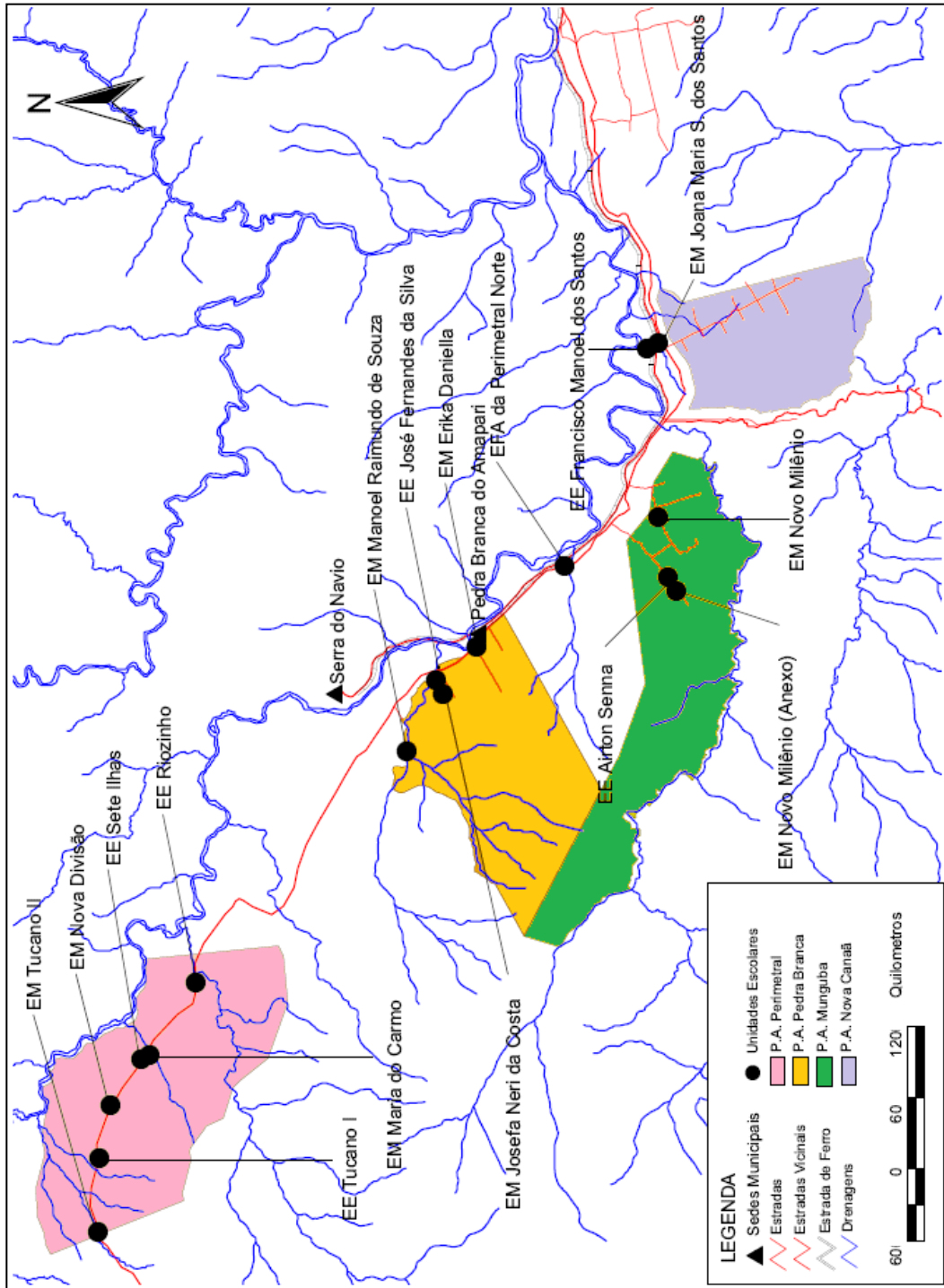


Fonte: INCRA, 2012.

Nota: EM: Escola Municipal; EE: Escola Estadual.

ANEXO F

Figura 19 - Localização das escolas dos projetos de assentamentos Perimetral, Pedra Branca, Munguba e Nova Canaã.



Fonte: INCRA, 2012.
 Nota: EM: Escola Municipal; EE: Escola Estadual; EFA: Escola Família Agrícola.

APÊNDICE A

Roteiro das entrevistas

Nome:

Autoidentificação:

Idade:

1. Qual é a sua origem?
 - a) Quando você nasceu?
 - b) Onde você nasceu?
 - c) Qual a origem dos seus pais?
2. Como foi o início da sua participação nos movimentos sociais do campo?
 - a) Quando e como foi a sua introdução?
 - b) Você participou da origem da associação a qual você preside?
 - c) Qual foi a sua motivação para participar deste momento?
3. Você estuda ou estudou até que ano?
4. Quais são as principais reivindicações dos moradores nesta área de reforma agrária?
5. Quais são as principais questões da educação nesta área de reforma agrária?
6. Como são discutidas as demandas por educação nesta área de reforma agrária?
7. Como foi o diálogo com as instituições proponentes dos projetos do PRONERA (SEED e IFAP)?
8. Como a discussão sobre os projetos foi compartilhado com a comunidade?
9. Ocorreu a participação de outras partes da comunidade (associação, lideranças, escolas e moradores) na construção dos projetos?
10. Qual a importância do projeto de Curso de Técnico em Meio Ambiente para a comunidade?